

Discussão
no
Parlamento
do Estatuto
da RTP

PROPOSTAS DO GOVERNO E DO PS

NÃO DEFENDEM ISENÇÃO E INTERESSE PÚBLICO

Os deputados comunistas
António Filipe e Miguel Urbano Rodrigues
expressaram as bases da proposta do PCP

Pág. 6 e 7

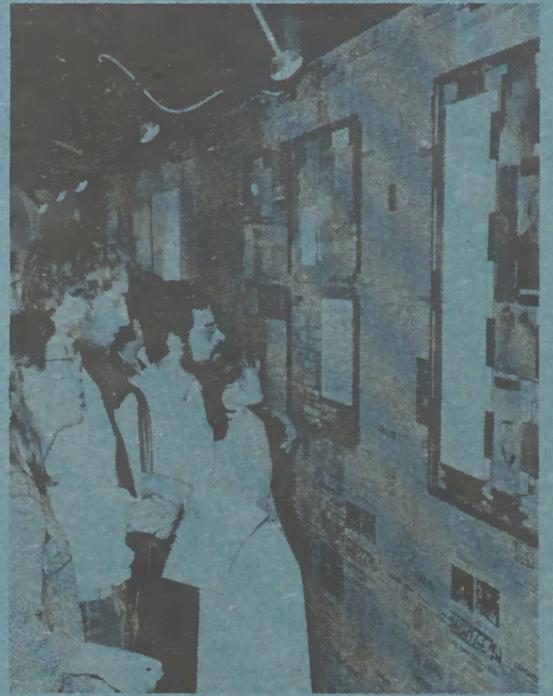
IWA O fim da Taxa Zero
determinará aumentos
de preços de 12%
em mais de 30%
do consumo em Portugal

Pág. 3

Respostas necessárias

– artigo de
Vítor Dias

Pág. 18



Fortalecer a organização

– artigo de
Blanqui Teixeira

Pág. 19

O 8.º Congresso do Partido Comunista da África do Sul

– artigo de
Edgar Correia

Pág. 23

Duas realidades a Leste

– artigo de
Manuela Bernardino

Págs. 24 e 25

EDITORIAL

Com o PCP
respostas para a nova situação

A CGTP reafirma a recusa dos aumentos propostos pelo Governo para a administração pública e a exigência de melhores salários para os trabalhadores portugueses

RESUMO

2
Quinta-feira

A CGTP considera que o comando americano quer despedir portugueses nas Lajes para os substituir por civis dos EUA ■ O PCP critica a intenção do Governo de extinguir o INIC ■ Dias Loureiro solicita aos governadores-civis que lhe enviem um relatório mensal sobre «tudo o que se passar nos respectivos distritos» ■ Os bombeiros profissionais cumprem um dia de luta a nível nacional por melhores salários e melhores condições de trabalho ■ Na Rússia e noutras repúblicas da CEI entra em vigor a anunciada liberalização dos preços, provocando aumentos enormes ■ Um conselho militar anuncia a tomada do poder na Geórgia, ao fim de quase duas semanas de combates para depôr o presidente Zviad Gamsakhurdia ■ Acompanhando a visita do presidente dos EUA, continuam na Austrália as manifestações de apoio ao povo maubere ■ Para «salvar a democracia» e protestar contra o fundamentalismo da FIS, realiza-se em Argel uma manifestação de centenas de milhar de pessoas.

3
Sexta-feira

No CPCS são rejeitadas as propostas do ministro Braga de Macedo para converter o salário mínimo em indexante do trabalho e para penalizar as empresas que excedessem os aumentos salariais acordados na Concertação ■ O Conselho de Ministros aprova o projecto de Grandes Opções do Plano, uma proposta de lei sobre dívida de órgãos humanos, e condições para a privatização da Petrolgal ■ Depois de duas semanas de protestos, os mineiros das Astúrias efectuam uma greve geral contra a reestruturação da indústria do carvão que o governo espanhol pretende levar a cabo na região ■ O 15º cessar-fogo é ignorado pelas forças em conflito na Jugoslávia, que se acusam mutuamente de o violar ■ Protestando contra a expulsão por Israel de 12 palestinianos dos territórios árabes ocupados, os participantes árabes decidem adiar a sua partida para Washington, onde terá lugar a 3ª fase das negociações de paz ■ Os EUA tencionam manter a sua presença militar na Ásia, diz George Bush no fim da visita à Austrália ■ Aumentam os protestos contra a subida de preços na Polónia ■ Um violento tornado mata 131 pescadores vietnamitas, enquanto outros 268 são dados como desaparecidos.

4
Sábado

Falcão e Cunha admite no CM-Rádio a possibilidade de adiamento do congresso do PSD, que se deveria realizar em Abril ou Maio ■ António Guterres garante que não deixará de se candidatar à liderança do PS, mesmo que a sua moção de estratégia venha a ser derrotada no Congresso ■ A Indonésia exige que as autoridades australianas reprimam os manifestantes timorenses concentrados junto à embaixada de Jacarta em Camberra ■ O primeiro-ministro polaco admite no Parlamento preferir demitir-se a ceder às reivindicações dos sindicatos.

5
Domingo

Os bispos de Viseu e de Setúbal criticam, numa conferência subordinada ao tema «Um olhar sobre o homem», o clima de desigualdades sociais existente no País ■ A Comissão Executiva da OID de Setúbal defende que a auto-estrada da Marateca terá de avançar em 1992 ■ Com o juramento de bandeira de militares da ex-URSS aquartelados na Ucrânia, esta república inicia a criação das suas Forças Armadas ■ A oposição armada ao presidente georgiano lança um violento ataque contra o Parlamento de Tbilissi, onde Gamsakhurdia se encontra entrincheirado ■ O ministro da Agricultura francês afirma que a CEE deveria pôr em execução uma nova Política Agrícola Comum, tendo em conta o que prevê ser o fracasso das negociações do GATT.

6
Segunda-feira

Em conferência de imprensa, num intervalo da reunião da sua Comissão Executiva, a CGTP-IN reafirma a recusa das propostas do Governo para os aumentos salariais da administração pública e insiste em que há condições para aproximar os salários portugueses da média europeia ■ Metade do dinheiro aplicado no Centro Cultural de Belém resolveria facilmente alguns dos problemas mais graves da agricultura portuguesa, afirma a CNA ■ Cavaco Silva recebe delegações do PS e do PCP para falar sobre a Presidência portuguesa da CEE ■ Braga de Macedo e Silva Peneda explicam, nas comissões parlamentares de Economia, Trabalho e Assuntos Europeus, o programa de convergência com a Comunidade aprovado em Bruxelas a 16 de Dezembro ■ Vítor Costa apresenta o plano de actividades do pelouro do Turismo da CM de Lisboa para 1992 ■ Gamsakhurdia abandona Tbilissi e vai para a Arménia, que lhe recusa asilo político ■ Na Guiné-Bissau é empossado o novo governo, cujo elenco só ficará completo após terminadas as negociações com o FMI, a iniciar dia 15.

7
Terça-feira

A taxa de inflação, referente a Novembro, agrava-se em todos os países da CEE, de acordo com dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Comunidade Europeia (Eurostat) ■ Os alemães pretendem que a sua língua seja equiparada ao francês e ao inglês junto da administração da CEE, em Bruxelas, invocando que se tornaram o povo mais numeroso da Comunidade ■ Manifestações na Rússia, com consumidores desesperados a assaltar algumas lojas, obrigam à baixa de preços em algumas cidades ■ Cinco observadores da CEE, um militar francês e quatro italianos, morrem quando o helicóptero em que seguiam numa missão de observação foi abatido na Croácia por um «Mig» da Força Aérea jugoslava ■ Satisfeita com a condenação de Israel pelo Conselho de Segurança da ONU pela deportação de 12 palestinianos dos territórios ocupados, a delegação jordana-palestina anuncia que regressará a Washington para o recomeço das negociações de paz.

Resteve um inegável significado político que as primeiras iniciativas do governo de Cavaco Silva em 1992 tenham contemplado, precisamente, a área das privatizações - com a definição pelo Conselho de Ministros

das regras para a privatização da Petrolgal - e o endurecimento das orientações para a contenção salarial - com as novas propostas que o ministro das Finanças levou ao Conselho de Concertação Social.

Dir-se-ia que os governantes do PSD fizeram questão de demonstrar pelos próprios actos, por um lado, a afeição ao grande capital brindando-o com medidas generosas para lhe pôr nas mãos uma das mais importantes unidades do Sector Empresarial do Estado e, por outro, a aversão e a severidade para com os trabalhadores (para quem vive do seu trabalho), especialmente para os de menores rendimentos, preconizando aumentos de salários irrisórios e penalizações para quem ultrapasse as taxas fixadas.

Na verdade, ao defender no Conselho de Concertação Social que o aumento do salário mínimo nacional deve ser indexante das demais remunerações do trabalho e ao preconizar penalizações para as empresas que ultrapassem o aumento assim fixado, o governo mostra a vontade de impedir a todo o preço reais aumentos salariais desrespeitando para isso o princípio estabelecido na concertação social (e as próprias promessas eleitorais do PSD) de que o salário mínimo deve ter um aumento superior ao dos outros salários e coloca a contratação colectiva sob ameaça de sanções, que não se repercutirão nas empresas, pois se dirigem aos trabalhadores e visam inviabilizar a sua luta.

Esta tentativa de endurecer as orientações para a política de contenção salarial soma-se aos malabarismos sobre as previsões da inflação, à proposta dos ridículos 6,5% para o aumento da função pública acompanhada de comentários intimidatórios sobre a necessidade de demitir 100 mil trabalhadores deste sector, à anunciada eliminação da taxa zero do IVA e o agravamento da taxa de 8% para 17% do mesmo imposto, que provocará um automático aumento dos preços de géneros de primeira necessidade, designadamente, de produtos alimentares.

O governo disfarça, mas não esconde que é sobre os trabalhadores e as camadas médias que quer descarregar os custos da sua política de concentração da riqueza e de restauração monopolista, dos atrasos da preparação do país para os compromissos comunitários, bem como as consequências de uma conjuntura menos favorável.

A inviabilização destes propósitos governamentais exige, para ter êxito, uma resistência organizada e diversificada por parte dos trabalhadores, compreendendo tanto o desmascaramento e a denúncia, como a negociação e a luta enérgica, com acções de massas de grande participação.

Perante tão frescas manifestações da sistemática política do governo de Cavaco Silva ao serviço dos interesses do grande capital, pasma-se ao ler num matutino do passado fim-de-semana extensas declarações de um dirigente do movimento sindical unitário acusando a esquerda de ser injusta no julgamento que faz da política social do governo e negando que esta seja «liberal ou exclusivamente de direita». Não se trata de qualquer equívoco, são conceitos desenvolvidos e perfeitamente claros.

Diz o tal dirigente sindical: «A esquerda em geral tem uma apreciação errada do Governo e da sua política, tendo caído em fraseologias e «slogans» que rotulam o Governo de liberal e exclusivamente de direita.» Nega que assim seja e acrescenta o seu próprio julgamento para que não fique qualquer dúvida. Nestes termos: «Cavaco Silva tentou fazer acordos com as estruturas sindicais e assumiu, inclusive, preocupações de natureza social, apesar de insuficientes.»

Serão estes os pressupostos da tal plataforma de «refundação da esquerda»?

Quem assim fala terá percebido a diferença que há entre a propaganda e a demagogia do Governo e a sua política real e acção concreta e que é nestas últimas que se traduzem as «preocupações» e que é por elas que o Governo tem que ser apreciado e julgado?

Pode esquecer-se que foi Cavaco Silva e os seus governos que desenvolveram uma ofensiva implacável contra os direitos dos trabalhadores e que contra a vontade destes expressa em lutas grandiosas acabaram por impor o «pacote laboral», incluindo a celerada lei dos despedimentos? Pode não se ter presente que na revisão constitucional de 1989, o PSD e o governo quiseram liquidar outros direitos dos trabalhadores, incluindo com a revisão da lei da greve, objectivo este que Cavaco Silva já anunciou querer retomar? E a quem serviu o Acordo Económico e Social de 1991 que a CGTP justamente não assinou? E a quem pretende o governo servir com o ataque que presentemente desenvolve contra os salários reais dos trabalhadores e as condições de vida das massas populares? E o que significa a escalada das privatizações e a política de desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações no campo social, designadamente em relação à saúde, à habitação, ao ensino e à segurança social?

Tudo isto são invenções da esquerda, «fraseologias e slogans»? Não. É sem qualquer equívoco a política da direita, conforme com as concepções neo-liberais, servindo os interesses do grande capital e da restauração monopolista. Mas é uma política de direita que tem que ter em conta um forte, decidido e bem orientado movimento dos trabalhadores e sindical que em muitos momentos tem sido capaz de a conter e fazer retroceder. É essa capacidade de resistência do movimento sindical e dos trabalhadores que não se pode perder para bem do povo e da democracia portugueses.

OAno Novo que há dias se iniciou apresenta algumas perspectivas sombrias para quem, de um ponto de vista democrático, de esquerda, do interesse dos trabalhadores e dos povos, observe atenta e objectivamente tendências dominantes tanto interna como internacionalmente.

O reconhecimento desta situação não pode significar de maneira nenhuma atitudes de menos confiança na luta, ou o abandono de valores, princípios e objectivos e menos ainda a aceitação daquilo que a comunicação social ao serviço da direita apresenta como as boas ideias da moda. Tem que significar pelo contrário, uma atitude responsável na compreensão das dificuldades e confiante na mobilização de esforços para contrariar os desenvolvimentos mais perigosos que se anunciam, particularmente, no nosso país.

Uma atitude responsável significa desde logo a recusa de que as dificuldades da esquerda e a crise que internacionalmente a afecta possam servir de pretexto para actividades fracionárias, divisionistas, desagregadoras ou grupuscilizadoras.

É imperioso sem dúvida aprofundar as explicações, as respostas, as novas orientações exigidas pelas profundas mudanças que se produziram no mundo, designadamente com o fracasso da Perestroika, as derrotas do socialismo, o desmembramento e desaparecimento da União Soviética. É imperioso igualmente, no que toca à situação nacional, aprofundar a análise das mutações e alterações verificadas, definir caminhos de luta e rigorosas propostas alternativas para barrar as ofensivas da direita contra a democracia política e nos terrenos económico e social.

O PCP não só reconhece a urgência destas grandes tarefas, como, ao convocar o XIV Congresso do Partido e ao definir um longo período para a sua preparação, tem em vista proporcionar as condições para uma profícua reflexão colectiva que - a partir de sólidas análises anteriores relativas a características e aspectos essenciais da situação internacional e nacional - permita enfrentar as dificuldades e definir com rigor as respostas para a nova situação.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 5.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Vêm aí os aumentos de preços

Tudo passa a pagar IVA?

Passadas que foram as eleições, pagam agora os eleitores — os que votaram e os que não votaram em Cavaco Silva — os custos da nova maioria PSD. Sob várias formas — aumentos de preços, tentativas de imposição de tectos salariais inferiores à inflação e... aumentos de impostos. As coisas vão-se tornando, pois, mais claras.

A clareza, porém, só aparece ao nível dos bolsos e à boca da caixa. Quando, de um modo ou de outro, o Zé é chamado a pagar. Porque, com qualquer dos ministros que Cavaco escolheu para dar cara à política económica e financeira, a transparência das contas não é a preocupação de regra. Pelo contrário. Com Cadilhe ou com Beleza, sempre se tratou de fazer crer que se aumentava o poder de compra dos portugueses. Com Braga de Macedo a regra é a mesma. Os aumentos vêm aí. Mas decerto mascarados. E com os pretextos e as desculpas a que a governação cavaquista já nos habituou.

Ainda a semana passada, em nota do Gabinete de Imprensa, o PCP alertava «para o facto de, no chamado Programa de Convergência Q2, recentemente apresentado pelo ministro das Finanças à Comissão das Comunidades Europeias, o Governo anunciar para o próximo ano a eliminação da taxa zero do IVA».

O próximo ano já cá está. A clareza ainda não. E o certo é que o Governo teve mais pressa em anunciar tais medidas à CEE do que àqueles que as vão pagar.

Com efeito, o Programa de Convergência Q2, assumido em Conselho de Ministros em 21 de Novembro, foi examinado pelo Conselho ECOFIN, em Bruxelas, no âmbito da chamada Supervisão das Economias dos Estados Membros, em 16 do mesmo mês, antes de ser apresentado (em linhas gerais) aos grupos parlamentares portugueses. O miolo e as verdadeiras intenções do Governo, isto é, as decisões práticas quanto ao novo modo de taxar os produtos de consumo com o IVA ainda é segredo dos deuses.



Os combustíveis, seja o gás, seja a gasolina ou o gasóleo, são produtos de consumo que vão ver a taxa de IVA agravada. Com as consequências que daí decorrerão

Só que não são os deuses a pagar.

«Quase zero»

Uma das intenções reveladas é a de acabar com a Taxa Zero do IVA, que incide fundamentalmente sobre bens alimentares. E, embora se anuncie que esta taxa se vai manter «próxima de zero», ela vai incidir sobre mais de 30 por cento do consumo em Portugal, o que não é pouco. Não é pouco no desembolso, por parte de todos — e os trabalhadores são os mais atingidos, tal como os reformados e outras camadas desfavorecidas que não têm outro remédio senão consumir bens alimentares se quiserem continuar a viver. E não é pouco no que respeita ao arrecadar de imposto por parte do Estado que aí vai embolsar milhões. A eliminação da taxa «agravada» só vai perdoar 30% a um consumo de luxo de apenas 0,4%!

Será entretanto necessário, no que respeita às obrigações portuguesas na CEE, este «ajustamento»? O texto do Programa Q2 pretende fazer crer que sim:

«Manter-se-á uma taxa transitória próxima de zero



Os produtos alimentares, a maioria dos quais era classificada na taxa zero do IVA, vão ser agora onerados com uma ainda misteriosa taxa. Seja qual for, estes produtos representam mais de 30 por cento do consumo

bem como a taxa agravada», diz o documento, «até que esteja completa a harmonização. Alguns bens e serviços actualmente tributados à taxa reduzida passarão a ser tributados à taxa normal», diz ainda, referindo-se às taxas de 8% (reduzida) e de 17% (normal). «Estas alterações estão inteiramente na linha da harmonização fiscal necessária a nível comunitário, devendo as taxas quase zero e agravada vir a ser eliminadas pelas mesmas razões. O

alargamento da base e os benefícios de racionalização tornados possíveis pela simplificação do sistema facilitam a consolidação orçamental e a harmonização fiscal comunitária».

Surge assim, portanto, desculpada esta decisão com a «harmonização fiscal necessária a nível comunitário». Não se trata de uma mentira descarada. Mas não se trata, mesmo assim, de uma verdade. Porque tal «harmonização», que se afirma «necessária», não é obrigatória. A alteração harmonizadora pode avançar, em fase ainda transitória, a partir de 1993 e não já.

Porquê então esta pressa? Só a vontade de aumentar significativamente a receita do Estado o pode justificar. E, com este aumento do IVA, mascarado de necessidade, podem, por outro lado, ser mascarados os aumentos reais que os produtos sofrerão, enquanto o Estado português, com a desculpa da CEE, arrecadará algumas centenas de milhões de contos. Não é a primeira vez que se antecipam as «obrigações portuguesas» em relação à CEE. Já em 1986, noutras circunstâncias, tal havia sido

feito. Quem paga essa antecipação antes de o dever fazer, é sempre o mesmo Zé...

Aumentos mascarados

Não foi ainda divulgada a nova «grelha» de taxas do IVA que o Governo pretende estabelecer e que certamente já propôs à apreciação dos parceiros europeus. Mesmo assim, considerando as intenções anunciadas e o que por aí se diz da sua eventual concretização, não ficaremos longe de um agravamento de monta.

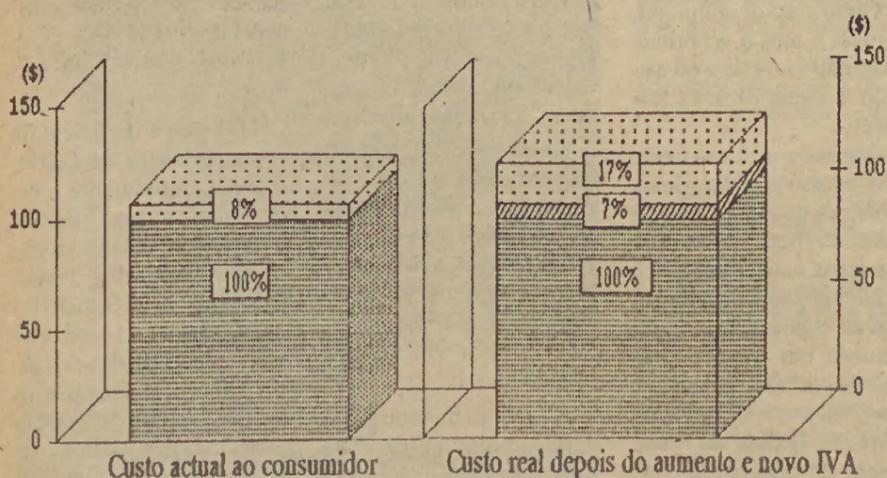
Assim, quando se fala de abandonar a taxa zero, que cobre cerca de 30 por cento do consumo dos portugueses, desse modo abrangendo os artigos de maior necessidade — produtos alimentares — fala-se do agravamento do preço da grande maioria dos produtos consumidos por toda a gente, daqueles indispensáveis à vida de todos os dias. O aumento do IVA incidindo sobre tão grande massa de consumo, iria equivaler a uma entrada nos cofres do Estado de 150 a 200 milhões de contos, vindos directamente dos

bolsos de todos os portugueses...

Entretanto, o agravamento da taxa de 8 para 17 por cento não deixaria de incidir sobre outra «fatia» significativa de consumo. Há quem diga que mais de metade do consumo correspondendo actualmente à taxa de 8% passaria ao escalão seguinte — 17%! Mais de metade do consumo em Portugal — muito próximo dos 60 por cento — seria taxado a 17 por cento de IVA!

Isto quer dizer que, além do agravamento do imposto sobre bens alimentares correntes, outros bens alimentares subiriam vertiginosamente, assim como despesas básicas na economia familiar. A água canalizada, o gás, a electricidade, o café e o açúcar, a gasolina e o gasóleo, os transportes urbanos e outros. Não escapariam os jornais, os livros, o papel, cujo peso no orçamento familiar é bem conhecido no princípio do ano escolar, já não falando naqueles que têm da cultura uma ideia diferente da do cavaquismo televisivo.

Entretanto, estes previstos mas ainda não declaradamente anunciados aumentos do IVA, vão certamente servir os propósitos governamentais para mascarar outros aumentos. Como se poderá verificar no esquema gráfico inserido nesta página, um produto cujo preço actual — avaliado em cem escudos — sofra um aumento de 7 por cento, e que, hoje, fosse vendido com a taxa de IVA correspondente a 8 por cento, se amanhã passasse a ser taxado com os 17 por cento do IVA «normal», passaria a custar ao consumidor não os 108 escudos (preço mais IVA de hoje), mas sim cerca de 126 escudos! O aumento real não se ficaria pelos 7 por cento anunciados ao público, mas quase nos 12 por cento que o público iria pagar!



Com um aumento de 7% (por exemplo), e passando um produto a ser taxado no escalão «normal» (de 8 para 17%), o seu preço sofrerla efectivamente um aumento de cerca de 12 por cento

Custo do produto
 Aumento previsto
 IVA tributado

TRABALHADORES

CGTP reafirma não aceitar este ano qualquer contenção salarial

Marcado para amanhã, um plenário de dirigentes sindicais da Administração Pública pode anunciar formas de luta

O Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) reuniu-se sexta-feira passada em Lisboa a fim de discutir a política de rendimentos para 1992. Para a CGTP-IN que, como se sabe é membro daquele Conselho, continua a ser «inadmissível» o aumento de 6,5 por cento, proposto pelo Governo para os salários da Administração Pública.

José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, disse à Lusa: «Tudo leva a crer que o Executivo persiste na intenção de conter os salários»; e afirmou-o após contactos entre aquela Central e o Governo, no seguimento da reunião do CPCS em 10 de Dezembro findo.

Foi nessa altura, recorde-se, que o Governo avançou

com a citada proposta dos 6,5 por cento, imediatamente recusada pelos sindicatos e pela generalidade do movimento sindical.

José Ernesto Cartaxo sublinhou ainda a propósito, junto da Lusa, a posição assumida pela Central em recentes reuniões com sindicalistas da Administração Pública.

Estes já tornaram conhecida a sua posição: recusa

da proposta do Governo e marcação de um plenário de dirigentes sindicais, a efectuar não em 16, como estava inicialmente previsto, mas em 10 do corrente, ou seja amanhã.

A antecipação, da responsabilidade da Comissão Negociadora (CN), deve-se ao atraso do Governo na marcação da próxima reunião de negociações, atraso esse condenado pela CN, assim como a tentativa de redução dos salários da Função Pública para «a fixação de tectos salariais e como principal instrumento da política de redução do défice do Orçamento».

Na nota emitida a antecipar a reunião para amanhã, a Comissão Negociadora (CN) da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública sublinha que o Plenário (a reunião começa às 15 horas) «vai discutir formas de luta».

Sobre este assunto, a CGTP afirma que «a persistir esta política de contenção salarial, o Governo tor-

na-se responsável pela conflitualidade que resultar da sua atitude».

Mas refira-se que a CGTP-IN defende a desin-

flação, e acrescenta que ela é possível, como 1991 mostrou, com o crescimento real dos salários em Portugal.

Salário mínimo deve crescer mais que o médio

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, disse segunda-feira passada aos jornalistas que a Central continua a reivindicar um salário mínimo de 50 mil escudos mensais.

O crescimento do salário mínimo (mais quase 25 por cento) seria assim superior ao médio — necessidade preconizada pela CGTP.

Para a CGTP, o salário mínimo nacional continua a ter uma função social muito significativa, conforme referiu Manuel Carvalho da Silva.

Além disso, os salários portugueses podem e devem crescer mais, de forma a aproximarem-se dos praticados na Comunidade. Para tanto, é preciso «trabalhar-se nesse sentido», acrescentou o coordenador, «e que o Governo seja realista nas suas previsões da inflação».

Manuel Carvalho da Silva afirmou ainda que «a Administração Pública não pode servir como travão aos aumentos salariais dos restantes sectores, mas é isso que o Governo está a tentar».

A Comissão Executiva da Central referiu-se também à necessidade de pôr em prática a redução do horário de trabalho semanal.

Salários na Função Pública STAL admite apoiar «jornada de greve»

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) admite apoiar, segundo a Lusa, «uma jornada de greve», conjunta com outros sectores, se o Governo não responder «com brevidade» às propostas sindicais de aumentos nos salários da Função Pública.

Depois de ter afirmado àquela agência noticiosa que o respectivo processo de negociações «não está a correr tão bem como seria de esperar», Francisco Braz, coordenador do STAL, destacou nomeadamente que «o Governo já deveria ter entregue a resposta à proposta (dos sindi-

catos) e até agora ainda não marcou uma nova ronda negocial».

Eventuais formas de luta deverão ser analisadas amanhã (ver estas páginas) no Plenário Nacional de Dirigentes da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública.



A negociação colectiva na Função Pública tem originado sempre intensa movimentação sindical (Foto: arquivo)

Menos postos de trabalho em jornais Federação protesta

O Conselho Nacional da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, reunido recentemente em Lisboa, depois de sublinhar a redução de postos de trabalho no sector (cerca de mil) devido ao encerramento de empresas, a rescisões forçadas e de «processos de despedimento provocados ilegalmente por entidades patro-

nais», menciona as empresas onde se verificaram essas baixas no emprego, designadamente: Portucel, «Diário Popular», Grafínova, «O Primeiro de Janeiro», «Comércio do Porto», «A Capital», Delta, entre outras.

Perante a análise da situação sociolaboral do sector e a intenção governa-

mental de desenvolver uma política de contenção salarial em 1992», o mesmo Conselho Nacional decidiu protestar contra a política seguida pelo Governo; exigir o direito de negociação, negado na Portucel, por exemplo; e, nomeadamente, «rejeitar e condenar a intenção governamental de impor uma política de contenção» dos aumentos salariais.

No Distrito de Setúbal os salários em atraso atingem os dois milhões

Ao mesmo tempo que em Vieira de Leiria mais seis dezenas de trabalhadores eram despedidos ou pré-reformados na indústria do aço, os salários em atraso no distrito de Setúbal atingiam, em 2 do corrente, um total de dois milhões de contos.

A informação foi fornecida à Agência Lusa pela União dos Sindicatos de Setúbal. Manuel Pisco, dirigente da USS, acrescentou que são 22 as empresas atingidas e 2580 as vítimas.

Quanto ao desemprego, o nível é alto e «continua estagnado». A taxa no distrito é superior a 12 por cento.

Segundo a Lusa, que teve acesso ao relatório da USS, as empresas em dívida abrangem as seguintes áreas económicas:

No sector dos trabalhadores agrícolas encontram-se em tribunal processos contra a Florex, de Setúbal, com 45 trabalhadores; e Quinta da Asseiceira, de Alcácer do Sal, com 13 trabalhadores, sendo as dívidas de cerca de 32 500 contos.

Na área da construção

civil, as empresas Compar (20 trabalhadores Empreitral (30) e Concital (29) estão todas na falência e devem cerca de 20 mil contos de salários em atraso.

No sector da cerâmica, a Sado Internacional, na falência, com 291 trabalhadores, deve 386 374 contos, e a Previgal, em processo de recuperação, com 27 trabalhadores, deve 32 900 contos.

Na área dos corticeiros, a Corticeira Ibérica, da Moita, em falência deve 133 413 contos e a Mundet, do Seixal, também em falência deve 106 370 contos. Esta última empregava 735 trabalhadores.

No sector das indústrias alimentares e hidratos de carbono, a Sociedade de Lavradores do Sado, com 19, deve 18 543 contos, em falência; e a May Portuguesa, com 13, deve 8000 contos, em falência também.

A área da metalurgia, é a que maior número de trabalhadores afecta. São 1106 das empresas em falência: Mecânica Setubalense, Cooperadora, Tonus, Entreposto Indus-

trial, Lurgel, Ficul, Parry, M. Gaiivota, que devem cerca de 700 mil contos.

Ainda segundo a Lusa, com salários por pagar até Maio de 1984 está a Imperex, com 71 trabalhadores, que deve 8837 contos, e em recuperação a Clérigo, com 61 trabalhadores, com créditos por salários em atraso no montante de 27 000 contos.

Na Siderurgia Nacional, apesar da reestruturação ter um ano, a viabilidade da SN continua em causa, segundo a COTRA (Comissão de Trabalhadores).

Quanto à Fábrica de Aços de Vieira de Leiria, onde recentemente perderam o seu posto de trabalho 60 operários, fonte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria disse à Lusa que os despedimentos e pré-reformas ficam a dever-se à «falta de atenção do Governo português e à negociação de determinados dossiers com a Comunidade Europeia».

TRABALHADORES

Mague

Plenário de hoje pode decidir greve

Num encontro com os jornalistas anteontem, a comissão negociadora do caderno reivindicativo da Mague, Indústrias Metalomecânicas (MIM), revelou que existe nesta empresa — uma das maiores do País — «um processo de descapitalização» gerador de «uma certa frustração e desconfiança» entre os seus trabalhadores. Um plenário entretanto marcado para hoje pode levar à adopção de formas de luta, incluindo a greve, centrada à volta de reivindicações por satisfazer.

Entre estas está o próprio caderno reivindicativo para 1992, o qual continua a não ter uma resposta positiva da parte da administração.

Como motivos para de-

sencenar formas de luta, aquela comissão negociadora sindical (CNS) indica ainda a baixa no emprego da firma que em 1982 tinha 2600 trabalhadores, «continuando a administração a falar na redução de mais postos de trabalho», enquanto «hoje somos apenas 1350».

A comissão (CNS) disse ainda aos jornalistas que a «empresa continua a contratar cada vez mais "súbempreiteiros e pessoal pago à hora"».

Esse pessoal não efectivo é utilizado em trabalhos que até há pouco eram efectuados por trabalhadores da empresa. Daí que a Mague tenha vindo a perder «a sua identificação e qualidade nos trabalhos que executa».

Quando à alegada «reestruturação» da empresa, a CNS adianta que esse processo «mais não visa do que a redução dos postos de trabalho, esbanjamento de dinheiro e energia», bem como «a divisão entre os trabalhadores».

Ao mesmo tempo, os responsáveis pela empresa respondem negativamente «a todas as matérias constantes do caderno reivindicativo» e continua sem contactar a CNS para dar continuidade às negociações.

A comissão negociadora sindical disse por último que pretende obter 18 por cento de aumentos salariais este ano. A proposta da administração não ultrapassa metade.



Os representantes dos trabalhadores da Mague foram ilegalmente proibidos pela administração de utilizar as instalações das ORTs na fábrica para darem a conferência de imprensa de anteontem. Tiveram que se deslocar para a Junta de Freguesia de Alverca. Nas fotos: pormenor da conferência de imprensa e o aviso a indicar a alteração de última hora



Greve na Soares da Costa

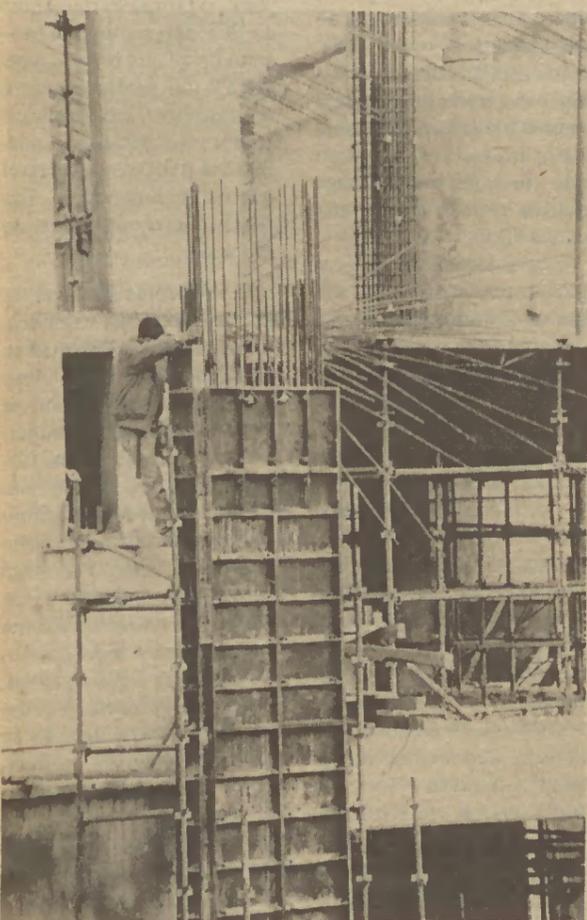
Cinco sindicatos assinam um pré-aviso de greve a efectuar amanhã em todo o País, nas instalações da maior empresa de construção civil portuguesa, a Soares da Costa, que emprega mais de 7000 trabalhadores. Em causa estão reivindicações económicas e sociais.

Os sindicatos (Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito do Porto; Indústrias Eléctricas do Norte; Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distri-

to do Porto; Escritórios e Serviços do Norte; e Rodoviários e Urbanos do Norte) justificam a greve com a recusa da administração em negociar um caderno reivindicativo.

A greve foi aprovada pelas organizações sindicais, depois de os trabalhadores a apoiarem em plenários nos locais de trabalho.

O mesmo processo se seguiu para a aprovação do caderno reivindicativo.



Houve plenários de Norte a Sul do País. Na foto: estaleiro da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa

CTs Encontro amanhã

Inicia-se amanhã, sexta-feira, às 10 horas, nas instalações da «Voz do Operário», em Lisboa, o 3.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores.

Segundo a comissão organizadora (CO), este Encontro reúne pela primeira vez comissões de trabalhadores de todo o País.

O debate prévio, entretanto efectuado «envolveu centenas de membros de CTs».

Ainda segundo a CO, as questões centrais desse debate incidiram no «processo de privatizações em curso, nos efeitos de precarização, dos despedimentos e pré-reformas nos locais de trabalho e na organização dos trabalhadores».

O debate prévio ocupou-se ainda de «a nova cultura de empresa e o comportamento dos jovens trabalhadores, a dimensão social da Europa», em especial no que respeita «aos direitos de participação e intervenção na vida das empresas multinacionais e o relacionamento das CTs com o movimento sindical».

Bombeiros param até dia 14

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra iniciou anteontem uma paralisação dos serviços internos e, segundo a Lusa, até ao dia 14, também não vai satisfazer pedidos sem carácter de urgência.

De acordo com a mesma fonte, a paralisação dos sapadores coimbricenses começou mais tarde do que a dos profissionais que trabalham noutros pontos do País por ter sido «entregue

tardamente» o pré-aviso de greve.

Os bombeiros profissionais, representados pela sua Associação Nacional (ANBP), reclamam a «abertura do diálogo» com o ministro da Administração Interna e as autarquias, bem como a publicação do novo sistema retributivo, que aguardam há dois anos.

Há corpos de sapadores profissionais em Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra e Vila Nova de Gaia.

Despedimentos nas Lajes

CGTP patrocina encontro hoje em Lisboa

No seguimento de outras tomadas de posição públicas contra o despedimento ilegal de trabalhadores portugueses na Base das Lajes, a CGTP-IN veiculou anteontem para a imprensa a realização de um encontro com jornalistas a promover hoje por organizações sindicais na sede da Central, na Vitor Cordon, em Lisboa.

A conferência de imprensa inicia-se às 15 horas e tem por objectivo expor à «comunicação social nacional e internacional a situação laboral vivida na Base das Lajes em

consequência dos atropelos cometidos pelo comando americano», acrescenta o Departamento de Informação (DIF) da Central.

Segundo a mesma fonte, «em causa estão não só os interesses daqueles trabalhadores (os despedidos da Base), mas também o prestígio de Portugal e dos seus governantes. Por esse facto, a CGTP-IN apoia a realização desta conferência de imprensa».

Segue-se um convite aos órgãos de comunicação social para se fazerem representar na aludida conferência.

Camiões TIR Fronteira bloqueada

Dezenas de camiões TIR aguardavam anteontem do lado português da fronteira Caia-Badajoz a oportunidade de passarem para Espanha.

Os camionistas estavam impedidos de o fazer, segundo a Lusa, devido a uma greve dos mesmos profissionais espanhóis.

Fonte da Brigada da GNR disse que os camionistas

espanhóis em greve bloqueiam a fronteira de Badajoz desde o passado dia 1.

Uma fonte do posto fronteiriço português do Caia disse à Lusa que os parques de estacionamento estavam completamente cheios anteontem com veículos pesados.

Apenas passavam as viaturas com carga deteriorável.

Estatuto da RTP

A alteração ao estatuto da Radiotelevisão Portuguesa esteve em foco na reabertura dos trabalhos parlamentares do novo ano, preenchendo na sua totalidade a ordem do dia da sessão plenária de terça-feira. No centro do debate, três diplomas de conteúdo e objectivos diversos, subscritos pelo Governo, PS e PCP, concitaram a atenção dos deputados, trazendo de novo para primeiro plano, num momento em que é generalizado o reconhecimento de uma grave crise de redução do pluralismo na comunicação social, as diferenças de opinião existentes sobre esta matéria.

Diferenças que, no fundamental, no caso das iniciativas legislativas em presença, radicam no entendimento sobre o papel e formas de funcionamento de um serviço público de televisão que, no respeito pelas disposições legais e constitucionais, seja capaz de responder à situação resultante do licenciamento pelo Governo de canais privados, afirmando-se simultaneamente como um órgão independente e pluralista, ao serviço dos cidadãos, liberto da acção instrumentalizadora a que tem sido permanentemente sujeito, em particular nos últimos anos.

Uma mudança que conta obviamente com a objecção do Governo, como se pode aferir pelo quadro de soluções preconizadas na sua proposta de lei, onde é manifesta a tendência para a manutenção de uma prática governamentalizadora e para a prevalência dos interesses económicos privados em detrimento do interesse público, lógica que neste último caso, de acordo com o articulado do seu projecto de lei, conta com a convicção do PS, que decaiu de posições anteriormente assumidas para se aproximar das teses defendidas neste capítulo pelo PSD.

Optando pela manutenção da RTP como empresa pública, defendendo soluções com vista à sua maior democraticidade, apostando em medidas tendentes a pôr cobro à governamentalização reinante, o PCP, por sua vez, quer no seu projecto de lei, quer pela voz dos deputados António Filipe e Miguel Urbano Rodrigues, cujas intervenções proferidas em plenário reproduzimos nestas páginas, foi a força política que defendeu coerentemente uma nova estrutura orgânica para a RTP assente num modelo de onde releva a defesa do direito fundamental dos cidadãos a um serviço público de televisão independente e pluralista.

Intervenção de Miguel Urbano Rodrigues

A ânsia de lucro na televisão conduziu ao desastre na França e Itália

A Assembleia da República discute hoje três projectos de Estatutos para a Radiotelevisão Portuguesa. São muito diferentes pelo conteúdo e objectivos.

No novo quadro legal resultante da revisão constitucional o Estado tem o dever de criar condições para a existência e o funcionamento de um serviço público de televisão que possa dar resposta à situação resultante do licenciamento pelo Governo de canais privados de televisão.

Porventura os projectos de lei do PSD e do PS traduzem a preocupação de defender e modernizar o serviço público de televisão de modo a que a RTP possa enfrentar vantajosamente a concorrência dos dois canais privados, explorados por empresas cujos nomes serão divulgados nos próximos dias? A resposta é negativa.

O meu camarada António Filipe deixou bem claro na sua intervenção que os princípios e os objectivos do projecto de lei do Partido Comunista Português expressam, relativamente à função social da RTP como serviço público de televisão, uma atitude profundamente diferente da que emerge dos projectos do PSD e do PS.

A existência de um serviço público de televisão não governamentalizado, cuja qualidade programática, nível cultural e amplitude temática lhe garantissem prestígio junto da opinião pública seria por si só factor de fiscalização democrática do funcionamento dos canais privados. Os telespectadores, ao compararem, tirariam conclusões sobre a forma como esses canais vão cumprir (ou não cumprir) os fins genéricos e específicos da televisão, tal como os define a Constituição.

Em alguns sectores da sociedade criou raízes a ideia de que a abertura dos canais privados contribuirá para uma elevação da qualidade da programação, uma maior diversidade e mesmo um pluralismo mais efectivo.

São ilusórias essas esperanças. Olha-se para a Europa e o que se vê? Com raríssimas excepções a produção do lucro tem prioridade sobre os fins culturais e informativos e os condicionamentos éticos. Convém reflectir sobre o tema.

Na mira exclusiva do lucro

A Itália é talvez hoje na CEE a melhor fonte de li-

ções úteis para nós. O nível da TV, com a inflação de canais privados, baixou naquele país em vez de melhorar.

A televisão privada não escapou à tendência para a concentração dos *media* num país onde o Grupo Fiat, dominado por uma família, controla 24% das tiragens da imprensa diária.

Poderia esperar-se que a Radiotelevisão Italiana — a RAI, tivesse, sob o estímulo da concorrência, elevado o nível do serviço público. Ocorreu, porém, precisamente o contrário. A RAI, com a cumplicidade do Poder, renunciou à sua independência ao entrar em acordos espúrios com o consórcio Fininvest, que exerce amplo controlo sobre a TV privada. Ambas constituíram aquilo a que os italianos chamam o *duopólio* do éter. A Fininvest, sendo um gigante, é também uma empresa televisiva quase ficcional. Apenas 25% dos programas difundidos pelas suas associadas são de produção própria; os restantes três quartos são adquiridos e a maioria tem baixo nível.

A Fininvest concluiu que, para ganhar mais, lhe convém, no fundamental, funcionar como empresa de distribuição de produtos alheios. O polvo Fininvest reflecte o pensamento de Berlusconi — o grande patrão da TV privada — segundo o qual o papel cultural e informativo da TV é meramente subsidiário. De acordo com a lógica do magnata a publicidade deve ser encarada como fim e não como instrumento de financiamento da empresa televisiva. Para Berlusconi, a TV é, antes de mais, um veículo para recolha de publicidade e não um serviço criado para responder a exigências dos utentes. Por outras palavras: não se vende espaço publicitário para cobrir os gastos da empresa e produzir bons programas. Compra-se um canal de televisão para vender publicidade.

A factura da privatização em França

Será a Itália uma excepção na Europa Comunitária? A resposta é negativa. O «Diário de Notícias», ao introduzir na sua edição de 16 de Dezembro uma entrevista com o ministro da Cultura e da Comunicação da França, Jack Lang, reconheceu que «após cinco anos de experiência de privatizações no sector audiovisual, a França

está a pagar um preço elevado por uma política que privilegiou a privatização de um património que, antes de tudo, deve ser considerado como instrumento e veículo de propaganda cultural de qualquer país».

Que nos disse Jack Lang? Da sua entrevista extrai três breves mas esclarecedoras opiniões:

Primeira citação: «De forma geral a televisão privada manifesta total desprezo pelo público, pela cultura e pelo pluralismo político. Muitas vezes os canais privados obedecem a imperativos de rentabilidade imediata e fazem tudo para obter a maior fatia de publicidade.

Para isso não hesitam em utilizar os métodos mais baixos, chegando mesmo ao ponto de se prostituírem».

Segunda citação:

«Os canais são obrigados a comprar programas medíocres, na sua maioria vindos dos EUA. Esses canais transformam-se simplesmente em instrumentos de uma colonização cultural americana. É triste ver que enquanto os países do Norte da Europa como a Alemanha, a Suécia, a Dinamarca e a Noruega conseguiram preservar os seus canais públicos, os países do Sul como a Itália, a Espanha, a França e agora Portugal, estão na origem de uma verdadeira desestabilização do sector público do audiovisual».

Terceira e última citação: «Não é correcto que, por motivos políticos, se sacrifique a cultura de um povo. É criminoso que esse povo tenha de pagar o preço desses interesses. Trata-se na realidade de um verdadeiro golpe de Estado legal contra o espírito de um país».

É importante que estas afirmações tenham sido feitas pelo ministro da Cultura da França. E porquê? Porque elas envolvem uma autocrítica indirecta. Jack Lang teve em França um papel significativo no desastre que agora lamenta. No início do processo de privatização da TV no seu país contribuiu pessoalmente para a atribuição da cadeia *La Cinq* aos grupos Hachette, Matra e Berlusconi. Essa mesma *La Cinq* que depois de fracassar junto do público, acaba de declarar falência, em circunstâncias escandalosas, com défice equivalente a mais de 30 milhões de contos.

Cito agora J. A. King, director da British Telecommunications. Provavelmente é um admirador da política do Primeiro-Ministro Cavaco Silva e certamente o foi da estraté-

gia de privatizações selvagens da Sra. Thatcher.

«A única via — assim se expressa — para desenvolver os sistemas e infra-estruturas de comunicações é a de acelerar a desregulamentação e abrir à concorrência comercial embora essas mudanças — sublinho — possam conduzir a uma grande confusão e perturbação dos mercados e das estruturas sociais». Outra opinião desse senhor sobre o rumo dos sistemas de telecomunicações: «A partir deste momento, a iniciativa depende dos EUA, da Inglaterra (até esqueceu o nome oficial do seu país) e dos países industrializados.»

Parece um trecho de algum inflamado discurso sobre o ultraliberalismo pronunciado por Milton Friedman, antigo chefe de fila dos Chicago Boys.

Estratégia governamentalizadora

Assumo-me como crítico permanente da RTP, da sua programação, do seu conceito de pluralismo e de informação, e do entendimento que ali se tem, ao nível mais alto, do que deva ser um serviço público de televisão.

Não venho, assim, assumir aqui a defesa do que considero indefensável. Entretanto, o reconhecimento de que a RTP não cumpre minimamente o seu papel não me impede de erguer a voz contra a estratégia de subalternização da RTP como serviço público, estratégia inspirada pela mesma mundividência, pela mesma ânsia insopitável de lucro que em Itália e em França deu os resultados que são conhecidos.

Nesta década de viragem para o terceiro milénio em que a Comunicação Social desempenha uma função cada vez mais determinante na vida e na formação dos homens, a sociedade é simultaneamente um laboratório e um objecto da televisão. E contudo, continuamos a brincar com ambos. No tocante a Portugal sou levado a crer que os discípulos de Berlusconi, Mondadori e Murdoch, não estão preocupados com a estrutura e a funcionalidade dos sistemas mediáticos que actuam poderosamente sobre a sociedade. Não meditam sobre a sua coerência ou incoerência, sobre a funcionalidade ou a ausência dela. A relação cultural-comunicação conta cada vez menos para os grandes

patrões da comunicação. A sua meta é o máximo lucro.

A morte de Robert Maxwell e o que hoje se sabe sobre o seu império apodrecido vale por convite à reflexão sobre a falta de vigilância social. Foram sobretudo os aspectos folhetinescos do seu fim que alienaram as manchetes. Pouco se reflectiu sobre o fundamental, ou seja os processos através dos quais, com múltiplas cumplicidades, este moderno Cidadão Kane construiu um gigantesco império mediático transaccional que usou para satisfazer caprichos, tritufar empresas e tratar como bonecos milhares de trabalhadores da comunicação social. O homem que numa noite perdia fortunas na roleta para quebrar o tédio existencial lesou em mais de mil milhões de dólares a sociedade e aqueles que lhe puseram nas mãos o poder colossal com que modelou a opinião de dezenas de milhões de europeus e norte-americanos. Julgo útil recordar aqui que os futuros concessionários da TV privada portuguesa também o cortejaram, esperançados em envolvê-lo nos seus negócios.

Não tenho ilusões. O Governo e o seu partido vão levar adiante a política que reproduzirá em Portugal, no campo televisivo, males semelhantes àqueles de que nos fala o ministro da Cultura da França.

Em defesa de um pluralismo efectivo e de autêntico serviço público de televisão, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que propõe para a RTP um Estatuto que, a ser aprovado, lhe permitiria cumprir na sociedade portuguesa o papel responsável que não tem assumido. Em coexistência com a televisão privada.

O Presidente da República recordou uma evidência preocupante ao salientar na sua Mensagem de Ano Novo que em Portugal se observa uma nítida diminuição do pluralismo na Comunicação Social. Um bom e responsável serviço público de televisão é absolutamente indispensável para conter essa tendência. A estratégia do Governo aponta porém para o lado oposto, ou seja para a governamentalização crescente, a redução e a desestabilização do sector público do audiovisual. Gostaria de ser optimista. Mas a política do Governo não o permite. 1992 anuncia-se como um mau ano para a Comunicação Social e sobretudo para a televisão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Intervenção de António Filipe

O PS recuou na posição que defendeu e o PSD quer manter o controlo

O Projecto de Lei do Partido Comunista Português sobre o Estatuto da RTP, cujos traços fundamentais me proponho enunciar, apresenta-se, neste debate, como o contraponto aos traços mais marcadamente negativos da Proposta de Lei do Governo que acabou de ser apresentada. O Projecto de Lei do PCP assume uma clara atitude de oposição e assume-se como proposta alternativa às opções do Governo que visam pôr em causa a concretização de um verdadeiro Serviço Público de Televisão nos termos legais e constitucionais e que pretendem conduzir, com pretextos diversos, à consolidação da actual situação de controlo da RTP por parte do Governo e à utilização ilegítima do imenso poder mediático do Serviço Público de Televisão como instrumento de acção política do PSD, visando a sua manutenção no poder.

Realizamos este debate sobre o Serviço Público de Televisão num momento de grave crise de redução do pluralismo na comunicação social e como bem reconheceu o Presidente da República na sua recente mensagem de Ano Novo.

O momento presente é caracterizado pela redução drástica do espaço de pluralismo na comunicação social, com o desaparecimento de jornais, revistas, semanários e mesmo rádios locais; com a concentração forçada de meios de comunicação social nas mãos de escassos grupos económicos; com o funcionamento de uma «Alta Autoridade para a Comunicação Social» acordada na última revisão constitucional entre o PSD e o PS, maioritariamente constituída por militantes e personalidades afectas ao PSD, que não dá um mínimo de garantias de isenção no desempenho das suas atribuições, e ainda, com uma situação de governamentalização do serviço público de televisão que impede que o pluralismo possa ter expressão num órgão de informação legalmente obrigado a salvaguardá-lo.

Mas o momento presente é ainda marcado por uma situação nova. Em tempos próximos o Serviço Público de Televisão vai ter de enfrentar uma situação concorrencial em que não está garantida a igualdade de oportunidades. De um lado estarão os novos canais privados acautelando a relação receitas/encargos e do outro, um serviço público, com encargos fixos e constantes, com despesas vultuosas decorrentes de funções de interesse público que lhe compete assegurar e que terá de fazer face a substanciais decréscimos de receitas e à perda recente

de importantes parcelas do seu património.

De há muito temos vindo a dizer que, se não for assegurada a transição para a situação de concorrência sem quebra de continuidade a nível dos meios humanos e materiais e não for evitada a eclosão de situações de asfixia financeira, correr-se-á o risco de se conduzir a uma degradação da programação da RTP, incompatível com as finalidades que devem ser prosseguidas pelo Serviço Público de Televisão.

Servir clientelas

No preâmbulo da Proposta de Lei do Governo são a floradas intenções quanto à qualidade e diversidade da programação do Serviço Público de Televisão que, evidentemente, todos subscrevemos. Porém, nem as soluções constantes da Proposta de Lei, nem a prática conhecida do Governo dão quaisquer garantias de que o PSD coloque desta vez o interesse público à frente dos interesses económicos das suas clientelas.

Basta recordar as pesadas responsabilidades do Governo PSD na eclosão e constante agravamento da crise sem precedentes por que passa entre nós o sector da comunicação social.

Basta recordar a manipulação dos concursos para atribuição de frequências de rádios, locais e regionais; basta recordar a agonia e fecho de vários jornais na sequência das respectivas privatizações; basta recordar os processos de privatização do JN e do DN que colocaram estes importantes órgãos de imprensa nas mãos do mesmo grupo económico, recorrendo a testas de ferro e à cumplicidade do Governo. Basta recordar a alienação de um vasto património da RTP, escandalosamente subavaliado, a favor da criação da TDP; empresa que ainda mal funciona, já se anuncia a alienação do seu património, esvaziando praticamente o seu objecto. Basta recordar ainda a actual situação da RTP, transformada em caixa de ressonância da propaganda governamental e no contrário do que deve ser, em matéria informativa, um Serviço Público de Televisão.

A RTP tem sido, para o Governo, um veículo de enaltecimento das suas medidas, sem um mínimo de rigor, isenção ou distanciamento das suas medidas. Tem silenciado e deturpado as lutas dos trabalhadores e as posições e propostas dos Partidos da oposição, assumindo, no que se refere ao PCP, comportamentos informativos que podemos

qualificar de provocatórios.

Tem primado pela ausência de debate e de confronto de opiniões sobre os mais prementes problemas nacionais. Tem usado critérios de compadrio político na selecção de responsáveis pelos canais, pelos serviços informativos e mesmo na selecção e promoção de profissionais da comunicação social. Não tem respeitado a independência e a isenção a que se encontra obrigada perante o Governo e demais poderes públicos, como se tornou notório quando um director da RTP se arrogou o direito de utilizar o imenso poder do Serviço Público de Televisão para agravar directamente o Presidente da República que, imagine-se, fez uso dos seus poderes constitucionais dirigindo uma mensagem à Assembleia da República.

O PSD não está interessado em que esta situação se altere na RTP. Quando, a pretexto da «flexibilidade de gestão» o Governo propõe a passagem da RTP a sociedade anónima e se disponibiliza para viabilizar a sua abertura a accionistas privados, não está preocupado em garantir a existência de um Serviço Público de Televisão pluralista e de qualidade. Está evidentemente mais preocupado em assegurar um bom prémio de consolação ao concorrente a um canal privado que terá que preterir no concurso.

Com a vantagem de, enquanto accionista maioritário, o Estado, através de um representante nomeado pelo Governo, continuar a mandar na empresa e a usar ao seu livre arbítrio, com menos responsabilidades e mais comodidades, um serviço público com a importância da televisão, sem Conselho de opinião que lhe valha.

Verificamos que, embora de uma forma mitigada, o Partido Socialista decaiu da posição que conosco defendeu ainda há poucos meses e se aproximou a passos largos da lógica do PSD, que coloca os interesses económicos privados acima do interesse público subjacente à actividade da RTP. É um facto que registamos e lamentamos.

Garantir uma informação isenta e plural

A situação complexa que atravessa o sector da comunicação social e as perspectivas que se apresentam à actividade de televisão e que a avaliar pela experiência de outros países se afirmam pouco optimistas, tornam ainda mais crucial a importância de um Serviço

Público de Televisão, que seja a garantia mais segura de que um bem ainda tão escasso e do domínio público como a televisão seja colocado efectivamente ao serviço do público e não seja utilizado simplesmente como fonte de lucros privados.

Para o PCP, é essencial assegurar o funcionamento de 2 canais de serviço público e a sua independência perante o poder político. Definir os apoios e meios necessários para assegurar a qualidade e a diversidade da programação, a conservação e aproveitamento dos arquivos audiovisuais, garantir a reconversão tecnológica e os postos de trabalho. Permitir um serviço público atento às realidades nacionais e incentivador da criatividade dos seus profissionais. Assegurar uma vida democrática na empresa e a existência de uma informação isenta e plural. Estimular a produção própria e revitalizar as delegações regionais. Tornar a RTP um meio de cultura e de divertimento sem esquecer o seu papel como dinamizadora da consciência crítica dos portugueses, permitindo o confronto, em todos os domínios, das diferentes correntes de opinião.

São estas as grandes linhas que norteiam o projecto do PCP. Um serviço público que não se limite ao cumprimento de algumas obrigações legais de que os canais privados se encontram isentos e não se remeta a uma programação destinada a uma minoria de fiéis telespectadores. Importa assegurar uma programação que não seja determinada, exclusivamente, pela pressão das audiências que irá decorrer de um quadro fortemente concorrencial, mas que contribua também para a informação, a recreação e a promoção educacional e cultural do público em geral, atendendo à sua diversidade de idades, ocupações, interesses ou origens, e que assegure, por outro lado, a independência, a isenção, o pluralismo, o rigor, a actualidade e a objectividade da informação e da programação.

Importa ainda salientar o papel que a produção própria da RTP deve desempenhar no incentivo da produção televisiva destinada quer ao mercado nacional quer internacional e assegurar a compensação financeira atempada do Estado com contrapartida dos deveres inerentes ao cumprimento do serviço público, que, em nosso entender, deverá ser inscrita em cada ano em rubrica própria do OE e consequentemente ser submetida à apreciação da Assembleia da República.

As propostas do PCP

O PCP propõe uma nova estrutura orgânica para a RTP. A desgovernamentalização, a redução dos poderes de tutela no essencial aos aspectos económico-financeiros e de garantia do respeito pela legalidade, a separação entre a gestão e a programação e o enriquecimento da vida democrática na empresa, são os princípios fundamentais em que assenta a nossa proposta.

O PCP propõe a constituição de um Conselho Geral da RTP como órgão máximo da empresa, composto por 25 elementos directamente designados por entidades representativas da comunidade, visando garantir uma direcção democrática, participada e independente do Serviço Público de Televisão. Propõe que os 5 elementos do Conselho de Administração sejam eleitos, 4, por maioria de 2/3 do Conselho Geral e um, directamente pelos trabalhadores da empresa, substituindo o actual Conselho de Gerência de nomeação governamental, violando inclusivamente o Estatuto em vigor, que atribui aos trabalhadores a eleição de um membro do Conselho de Gerência, que nunca foi empossado.

Clarifica a separação entre a gestão e a programação da RTP, sendo o conteúdo da programação e informação da responsabilidade directa e exclusiva dos directores que chefiem essas áreas.

O respeito pelos princípios e deveres fundamentais do Serviço Público de Televisão implica, porém, que os responsáveis pela programação e informação da RTP seja vedada a sua utilização para a difusão de opiniões e comentários que possam pôr em causa a sua independência e isenção. A isenção que se exige a um serviço público implica que o poder de que ele dispõe não seja utilizado para que as opiniões dos seus responsáveis se sobreponha às demais. Maus exemplos recentes obrigam a que esta salvaguarda seja explicitamente proposta.

Propõe o reforço da vida democrática da empresa, atribuindo maior protagonismo legal à respectiva Comissão de Trabalhadores e explicitando claramente os poderes e garantias dos membros dos Conselhos de Redacção.

As propostas referentes ao modelo orgânico da RTP que o PCP apresenta têm como objectivo central introduzir mecanismos de gestão participativa que limitem as possibilidades de um qualquer governo utili-

zar abusivamente os poderes de que dispõe sobre a empresa para utilizar a seu favor o imenso poder da televisão.

Essa situação existe actualmente na RTP e é contra ela que combatemos. Com a consciência, porém, de que esta situação não decorre inevitavelmente do Estatuto da RTP em vigor mas decorre devidamente da vontade do Governo PSD de controlar a RTP, escolhendo as pessoas indispensáveis para tal.

Não é a RTP que tem um Estatuto intrinsecamente antidemocrático. É o Governo PSD que tem uma política antidemocrática para a comunicação social e se rodeia de quem esteja disposto a servir os seus objectivos.

A existência de um Serviço Público de Televisão com uma estrutura de funcionamento que salvasse a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos e assegure a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, insere-se no nosso ordenamento constitucional, entre os direitos, liberdades e garantias pessoais dos cidadãos. Directamente aplicáveis e vinculativos para todas as entidades.

A aplicação plena deste direito esbarra notoriamente com a oposição do Governo PSD e dos actuais responsáveis pela RTP.

O Projecto de Lei do PCP, preconizando um novo modelo de estruturação da empresa, visa acima de tudo criar condições para uma garantia mais efectiva dos direitos dos cidadãos.

É contra aquela atitude e em defesa do direito fundamental dos cidadãos a um serviço público de televisão independente e pluralista, que o PCP propõe um novo modelo de estruturação da empresa que seja um obstáculo efectivo à manipulação da RTP por parte de qualquer Governo, de qualquer Conselho de Administração ou de qualquer pessoa que assuma, ou venha a assumir, responsabilidades na empresa.

O Projecto do PCP visa sobretudo conferir garantias aos direitos dos cidadãos perante o serviço público de televisão, assegurando a participação de representantes da comunidade na direcção da RTP e na designação dos seus responsáveis, criando mecanismos que possibilitem uma vida e um funcionamento democrático da empresa, compatível com as funções constitucionais do serviço público de televisão e inviabilizem a manipulação e instrumentalização que presentemente se verifica.

Promovido pelos Sectores Intelectuais da ORL Em ciclo de debates «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo»

Os Organismos de Direcção dos Sectores Intelectuais da ORL do PCP anunciam um ciclo de debates que procura responder à necessidade, «há muito sentida e expressa por numerosos camaradas, de discutir e aprofundar problemas ideológicos da actualidade». Designado, genericamente, por «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo», este ciclo, direccionado para militantes do Partido, estender-se-á até Junho e funcionará subordinado a quatro temas, que passamos a especificar:

Alguns problemas teóricos da actualidade

1. Revolução tecnológica e mudanças sociais. Fim da luta de classes, fim das ideologias, fim da História? (14.1.92)
2. Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos (28.1.92)
3. Revolução informacional, comunicação e implicações nas questões de organização (11.2.92)

Questões de história

4. Movimento operário e movimento comunista na história do século XX (25.2.92)
5. O que é o estalinismo? (10.3.92)
6. O PCP na história portuguesa (24.3.92)

A crise mundial contemporânea

7. Contradições do capitalismo como sistema mundial, crise do socialismo (7.4.92)
8. Perspectivas actuais da política internacional (21.4.92)
9. Nacionalismo, racismos - de novo os fascismos? (5.5.92)

Portugal - o presente e o futuro

10. Portugal, a integração europeia e a crise mundial - mudanças sociais e mudanças das representações (19.5.92)
11. O Estado da Democracia (crítica e projecto) (2.6.92)
12. A estratégia do PCP (Da Revolução Democrática e Nacional à Democracia Avançada no Limiar do Século XXI) (9.6.92)

Os debates têm lugar no CT Vitória, às 3.^{as} feiras, às 21 horas.

As razões e os pormenores

Os promotores desta iniciativa esclarecem em comuni-

cado — que entretanto está a ser enviado a todos os militantes da Organização — as razões que a inspiraram e os pormenores da sua organização. Passamos a transcrevê-lo:

«Em várias reuniões e plenários, expressando uma necessidade há muito sentida, muitos camaradas têm manifestado o seu interesse em participar numa discussão mais aprofundada sobre os problemas teóricos e ideológicos do mundo contemporâneo.

«Procurando responder a esse interesse e tendo em conta diversas sugestões apresentadas, constituiu-se na Organização dos Professores um grupo de trabalho para estudar as formas, temas, metodologia e calendarização de um ciclo de debates onde algumas dessas questões possam ser abordadas numa perspectiva mais ampla e sistematizada.

«No seguimento desse trabalho, propomo-nos promover uma reflexão sobre o tema geral «O comunismo e o mundo contemporâneo», examinado num conjunto de 12 debates a realizar quinzenalmente e agrupados em quatro grandes áreas: problemas teóricos da actualidade, questões de história, a crise mundial contemporânea, questões sobre o presente e o futuro de Portugal.

«Trata-se de um ciclo em que se procurará tratar este conjunto de temas de forma inter-relacionada e com diferentes abordagens. Nesse sentido pensamos ser desejável, tanto quanto possível, uma continuidade de participação para que a reflexão possa contar com uma perspectiva global dos diferentes temas. Com o fim de ajudar o nosso trabalho de preparação convidamos-te a preencher desde já a ficha de inscrição que junto enviamos.

«A abertura de cada debate será assegurada por uma intervenção de apresentação geral de problemas relacionados com o tema proposto, seguida de dois comentários que procurarão lançar desde logo elementos para uma abordagem diversificada da mesma temática, generalizando-se depois o debate. A intervenção e os comentários iniciais não deverão exceder no total uma hora. Para permitir uma melhor preparação de todos os camaradas enviamos o calendário das sessões, com os temas previstos para cada debate.

«Consideramos que este ciclo de debates será uma contribuição para a necessária reflexão teórica no nosso Partido, sem termos, evidentemente, a pretensão de fazer uma análise exaustiva.»

O primeiro painel

Refira-se, por curiosidade, a citação de Karl Marx que preside ao documento que explica este ciclo de debates genericamente designado «O Comunismo e o Mundo Contemporâneo» (e que transcrevemos nesta página): *O comunismo não é para nós um estado de coisas que haja de ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade terá de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da permissa actualmente existente.*

Entretanto já estão definidos os nomes que, nas mesas, orientarão a discussão neste ciclo de debates, pelo que anunciamos os dos camaradas que protagonizarão o primeiro painel, subordinado à designação genérica «Alguns problemas teóricos da actualidade», que funcionará em três sessões.

Assim, na sessão de 14/1/92 («Revolução tecnológica e mudanças sociais. Fim da luta de classes, fim das ideologias, fim da História?») o tema será introduzido por Eduardo Chitas, acompanhado por Manuel

Gusmão e Agostinho Santos Silva. Na sessão de 28/1/92 («Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade») a introdução do tema estará a cargo de José Barata Moura, acompanhado por Gizela da Conceição e Diogo Marques da Silva. Finalmente a 11/2/92 («Revolução informacional, comunicação e implicações nas questões de organização») será Ruben de Carvalho a introduzir o tema, tendo por parceiros de mesa Carvalho da Silva e Fernando Correia.

Juventude madeirense contesta PIDAR 92

«O PIDAR para 1992 para além de ser um amontoado de intenções carecido de rigor é também, em alguns casos, a transcrição quase fiel do plano de 1991», denunciou a Comissão Política da JCP/Madeira na sua primeira reunião deste ano, em que analisou o Plano e Orçamento Regional aprovado em Dezembro último na Assembleia Legislativa pela maioria PSD.

Este organismo acusa o PIDAR para 1992 da «ausência de uma política de incentivo e apoio à participação juvenil na sociedade madeirense», já que não é feita nenhuma referência à necessidade de incrementar o envolvimento das novas gerações, nem ao apoio ao desenvolvimento do movimento juvenil de cariz formal e informal.

Os jovens comunistas afirmam que a actividade das organizações juvenis, «nas suas diversas áreas e expressões, é sem dúvida alguma geradora de uma ocupação dos tempos livres de forma mais sã e criadora, que trava o consumo do álcool, da droga e a marginalidade entre os jovens».

O menosprezo deste factor, conduziu no ano passado ao

crescimento da criminalidade juvenil, a qual era já em 1990 a mais alta do país, a par do consumo de álcool também dos mais elevados. A JCP considera que «muito mais do que construir monumentais prisões, é necessário desenvolver um vasto trabalho no campo pedagógico nas diversas áreas da sociedade madeirense de combate à marginalidade e delinquência juvenis». Designadamente, aponta-se como caminho a «sensibilização e o apoio aos jovens, a criação de condições para a prática de actividades desportivas, recreativas, culturais e sociais

de acordo com os seus gostos e vocações».

Durante o debate do Plano e Orçamento para 92, o Presidente do governo regional afirmou que a Educação era a grande aposta da sua política para 92. Entretanto, as verbas do Orçamento destinadas ao investimento nesta área do Plano é de menos 400 mil contos do que em 91.

Por fim, a JCP/Madeira afirma «não entender por que razão o Conselho Consultivo Regional da Juventude não debateu a proposta de Plano e Orçamento das áreas organizadas na SERJE, em questões que respeitam aos jovens.

Populares requereram embargo no Lindoso

A Associação dos Proprietários da Peneda-Soajo-Amarela-Gerês, afirma ainda que já requereu ao Governo português, com conhecimento do parlamento europeu, o embargo do enchimento das barragens de Tovedo e Alto do Lindoso.

Este embargo deve ser mantido — segundo aquela associação — até que as populações afectadas sejam «condignamente compensadas dos prejuízos causados não apenas em termos pessoais,

mas também tendo em conta as profundas alterações do ambiente local».

A associação, que representa a população portuguesa afectada pela construção da barragem do Lindoso e de Tovedo, acusa o Governo português de ser «o maior delapidador da natureza».

Os afectados pela construção da barragem do Alto do Lindoso, portugueses e galegos, pretenderam com esta acção «pressionar a EDP e as estruturas governamentais».

JCP/Aveiro define actividades para o ano

A Juventude Comunista Portuguesa no distrito de Aveiro definiu, em reunião realizada no passado sábado, o plano de actividades e iniciativas para o ano que agora começou.

Nos objectivos da organização está a promoção de uma campanha de divulgação da imagem e dos princípios e actividade da JCP no distrito. Neste sentido, vai ser publicado um boletim de informação para ser distribuído regularmente entre os jovens, bem como se prevêem várias

iniciativas de convívio e debate, abertas não só a militantes mas à generalidade dos simpatizantes e jovens que desejem conhecer a JCP. O centro de trabalho do PCP de Aveiro, onde funcionam actualmente os jovens comunistas, será em princípio o local eleito para o desenrolar destes encontros.

Para além de um acampamento a organizar no mês de Abril, a JCP/Aveiro está já a preparar uma reunião distrital de jovens quadros comunistas para debater a actual situação político-ideológica nacional e internacional.

Nos horizontes, está ainda um torneio de futebol, a dinamização e participação em iniciativas juvenis pela Paz e Solidariedade entre os povos, onde se destaca a luta do povo de Timor.

No âmbito das escolas, a JCP insere nos seus objectivos o acompanhamento dos eleitos comunistas em associações de estudantes do distrito, que se pautará pela «defesa dos interesses estudantis e da independência do movimento estudantil». O trabalho dos representantes eleitos do Conselho Nacional de Juventude no Conselho



Consultivo Regional do Instituto de Juventude de Aveiro, será também seguido com atenção e envolvimento, sendo ainda considerada como tarefa prioritária a divulgação do projecto de lei 7/IV, apresentado pelos comunistas na AR, que extingue a Prova Geral de Acesso e cria um novo regime de acesso ao ensino superior com eliminação do *numerus clausus*.

Para discutir este plano de actividades, a JCP/Leiria decidiu convocar uma nova reunião de militantes e simpatizantes para o próximo dia 18 de Janeiro, pelas 15,30 no CT do PCP, na Avenida Lourenço Peixinho.

«Sintra-Cascais, Paisagem... Protegida?»

Encontro rejeita Plano de Macrozonamento

Num encontro promovido pelo PCP para debater os problemas da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais foi rejeitada a proposta de Plano de Macrozonamento, que o Governo pode estar a preparar-se para publicar em breve no «Diário da República», apesar da opinião contrária dos órgãos autárquicos



O encontro teve lugar no passado dia 14 de Dezembro, por iniciativa das comissões concelhias de Sintra e de Cascais do PCP, e contou com a participação de mais de 70 pessoas ligadas ao tema, entre autarcas, especialistas de saúde ambiental, sindicalistas, dirigentes associativos, professores, arquitectos, responsáveis de associações

de bombeiros voluntários, o delegado de saúde de Cascais e o chefe do Gabinete do Plano Director Municipal de Sintra. Participaram no encontro os camaradas Luís Sá, da Comissão Política, e Romeu do Rosário e António Cordeiro, do Comité Central, bem como os vereadores comunistas nas duas câmaras e outros eleitos.

Quatro razões

A rejeição da proposta do Governo e da Comissão Instaladora da Área de Paisagem Protegida é fundamentada, no documento onde foram registadas algumas das principais conclusões da iniciativa, em quatro razões:

- não contempla como grande objectivo a conservação e preservação nas mais

diversas vertentes (ambiental, paisagística, patrimonial, etc.) da área;

- dá cobertura às grandes especulações imobiliárias, encobertas sob a falsa capa de projectos turísticos de alta qualidade e que mais não são do que loteamentos de propriedade horizontal;

- não permite a expansão dos perímetros habitacionais solidificados, de grande tradição sociocultural nos dois concelhos;

- descaracteriza e afecta profundamente a paisagem e o ambiente.

Os participantes no encontro decidiram exigir do Governo que proporcione aos municípios uma intervenção directa no planeamento e gestão da Área de Paisagem Protegida - que ocupa um total de 133 km² e tem grande importância para os concelhos de Sintra e de Cascais.

Foi reafirmada a reclamação de que a serra de Sintra seja classificada pelo Governo como parque natural. Ao IPPC e à Secretaria de Estado da Cultura foi exigida «uma efectiva preservação e conservação do património edificado e classificado» que se situa na Área de Paisagem

Protegida. Os participantes no encontro pretendem ainda que a SEC tome uma decisão rápida sobre a proposta de candidatura de Sintra a cidade património mundial.

No documento de conclusões do encontro afirma-se, como posição de fundo a ter em conta, que «os municípios de Sintra e Cascais detêm meios técnicos suficientes para ordenar e gerir a Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais».

A gula do poder central

A criação pelo Governo da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais é «mais uma história da gula do poder central face às competências das autarquias» - afirmava recentemente o sociólogo Lino Paulo. Num artigo publicado no «Jornal de Sintra», aquele vereador comunista recordava as etapas que levaram ao surgimento do Plano de Macrozonamento, «peça tão aberrante que nem a sua denominação faz parte da estrutura legal do nosso urbanismo».

Primeiro, refere o eleito do PCP na Câmara de Sintra, este executivo municipal

«reivindicou, com total apoio das associações de defesa do património, a criação do Parque Natural da Serra de Sintra».

Depois, em Outubro de 1981, o Governo faz sair legislação que cria a Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais. «Com esta habilidade, passaram à alçada do então ministro da Qualidade de Vida coisas tão simples como vazamento de lixos, entulhos ou efluentes, ou tão menos simples como loteamentos habitacionais, industriais ou turísticos» - realçava Lino Paulo no «Jornal de Sintra» de 29 de Novembro passado.

Em terceiro lugar, para aquela Área foi constituída uma Comissão Instaladora «que, ao fim de dez laboriosos anos de ingerência no poder local e de centenas de indeferimentos sobre as mais simples pretensões de municípios de Sintra e de Cascais, produziu uma peça aberrante intitulada Plano de Macrozonamento da Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais».

O Plano, refira-se, foi reprovado nas câmaras de Sintra (por unanimidade) e de Cascais.

CM de Cascais acolhe proposta da CDU

Brisa deve resolver problemas no nó do Estoril

Com a construção da auto-estrada Lisboa-Cascais e do chamado nó do Estoril, junto do Bairro da Martinha, foram gerados problemas com alguma gravidade à população residente neste bairro e em todo o vale de Santa Rita, afirmam os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, Carlos Sota e Vítor Costa.

Problemas que se situam no âmbito do saneamento

básico — com condutas de esgotos domésticos a correr na ribeira que desagua no mar, na segurança rodoviária onde há semáforos desactivados, arruamentos degradados e falta de sinalização indicativa referiu o vereador Carlos Sota.

Perante estas situações, na reunião de Câmara de 2 de Janeiro, os vereadores da CDU apresentaram uma proposta (aprovada por

unanimidade) no sentido de a Brisa (entidade responsável pelos danos provocados) vir rapidamente a considerar a resolução dos problemas existentes, os quais afectam os residentes do Bairro da Martinha e provocam um negativo impacto ambiental em todo o vale de Santa Rita e na ribeira que desagua junto de uma das praias de S. João do Estoril, afirma o vereador Carlos Sota.

Assembleia de Espinho repreende Laborinho Lúcio

Na última reunião de 1991, a 28 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Espinho aprovou uma moção apresentada pela CDU, em que se «lamenta que o sr. ministro da Justiça não tenha cumprido promessa anteriormente feita» àquele órgão de Poder Local.

Esta posição foi despoletada pela inauguração do novo edifício do tribunal de Espinho que ocorreu, com pompa e circunstância, na presença do ministro.

O tribunal novo era uma importante aspiração da população, reclamada há mais de 18 anos, mas não era o único problema da Justiça na região.

Já há quase um ano que a Assembleia Municipal tinha sublinhado, em moção dirigida ao Ministério da Jus-

tiça, que para além de um tribunal condigno era necessário tratar de outras questões, nomeadamente, acabar com a necessidade de deslocação ao Porto para as questões de família e de menores, a criação de um círculo judicial com sede em Espinho e a efectivação de um 3.º Juízo na Comarca.

Ao discutir, naquela ocasião, os problemas da Justiça em Espinho a Assembleia Municipal decidiu propor a ida a Lisboa de uma delegação formada por um elemento de cada força nela representada, para reunir com Laborinho Lúcio.

O ministro acedeu receber a delegação — ainda se estava na primeira metade de 1991, antes das eleições

— e, sem tomar qualquer compromisso concreto sobre as questões abordadas, disse que as iria estudar.

Mais disse o ministro que, quando se deslocasse a Espinho para inaugurar o tribunal (o que estava previsto para Junho, antes das eleições) iria de véspera para promover reuniões com os órgãos do Poder Local, os advogados, etc., etc., discutindo os problemas levantados, isto porque, segundo afirmou, inaugurações não eram para lançar foguetes, mas sim para arregaçar as mangas.

Ministro esquece promessas

Para mal dos problemas

de Espinho e da vontade de trabalho do ministro a inauguração não pôde ser efectuada em Junho. Problemas técnicos atiraram-na para um Dezembro obscuramente pós-eleitoral.

Os meses passaram e, como se afirma na moção agora aprovada, «muitas das preocupações e questões práticas então transmitidas continuam por resolver».

O que se alterou foi a disposição e o estilo do ministro. As promessas foram ignoradas, apesar de recordadas para o gabinete do ministro pelo presidente da AM, e o tribunal foi inaugurado «à boa maneira», sem esquecer a placa que registou para a posteridade o nome de Laborinho Lú-

cio, por acaso o que menos tem a ver com o processo de concretização desta aspiração.

Não houve qualquer reunião de trabalho mas sim sessão solene, inauguração e almoço. Muitos convidados como é normal nestas circunstâncias mas, entre os não convidados surgem estranhamente dois grupos: os advogados da comarca e a comunicação social local (ao contrário da nacional, amplamente representada).

Os primeiros não terão sido convidados porque talvez viessem a lembrar ao ministro, de viva voz, as promessas feitas. Os segundos porque, na perspectiva do Ministério, não deve contar muito para a projecção da «imagem» da governação.

Tudo somado justifica que a Assembleia Municipal de Espinho, para além de lamentar que o ministro não tenha cumprido a promessa feita àquele órgão do Poder Local, lamente também «que a inauguração não tenha tido a dignidade e a unidade que Espinho merecia».

Para o PSD, na Assembleia Municipal, a vergonha foi grande. Para lá das ténues vozes que proferiram algumas palavras de circunstância em defesa de Laborinho Lúcio, o que ficou, na votação da Moção, foi a repreensão ao ministro. Uma repreensão expressa nos votos a favor da CDU, do PS, e do CDS e também, implicitamente, na abstenção do PSD.

Portugal emprega menos funcionários públicos do que a restante CEE

A Administração Pública portuguesa é, no quadro da CEE, a que emprega menos percentagem de população activa e as despesas com pessoal baixaram 11 por cento no conjunto das despesas do Orçamento de Estado, entre 1980 e 1990. A esta redução não será estranho o facto de os aumentos salariais terem sempre sido inferiores à média da contratação colectiva.

«Um Governo que reduz as prestações sociais, que se propõe reduzir o poder de compra dos trabalhadores,

que ignora as mais elementares necessidades sociais de amplas camadas da população e, paralelamente, prossegue uma política de novo-riquismo e de ostentação, onde se registam vultuosos gastos com remodelações de gabinetes ministeriais e aquisição de viaturas, não pode merecer credibilidade», afirma em comunicado o Organismo de Direcção do Sector da Função Pública da ORL do PCP.

Para este ano, a própria OCDE prevê para Portugal uma inflação da ordem dos

10,5 por cento e o ministro da Finanças admitiu perante a CEE que ela virá a tingir os 9,5 por cento.

Por outro lado, estudos preparatórios do Orçamento do Estado apontam para um aumento da carga fiscal, que atingirá mais 28 por cento em receitas do IRS, tendo já o Governo declarado que irá abolir a taxa zero do IVA, o que conduzirá a que a taxa média suba de 8,5 para 10,7 por cento.

O texto divulgado denuncia «a contradição entre as

promessas eleitorais de Cavaco Silva e a sua prática política» e manifesta a sua solidariedade com «todos quantos sentem que não podem ser cidadãos europeus só para pagar impostos».

Para o PCP, o Governo de Cavaco Silva tem vindo a desenvolver uma campanha com vista a incutir na opinião pública que «existem funcionários públicos em excesso, que não é possível diminuir a inflação sem que se verifique uma contenção salarial na Função Pública, que

é preciso diminuir o peso excessivo do Estado».

Na sequência de tal campanha, foram divulgadas as intenções do ministro das Finanças de reduzir em cem mil os efectivos da Função Pública e de impor um aumento salarial de 6,5 por cento como condição para que a inflação em 1992 não ultrapasse a meta dos 7,8 por cento.

Tais medidas não estão desligadas de intenções de precarização das relações laborais na Função Pública, privatização de sectores, funções e serviços da Administração Pública, muito embora impliquem um aumento indirecto dos respectivos custos. Serão ainda reduzidas as funções sociais do Estado em áreas tão importantes como o ensino, a saúde, a habitação, ou a segurança social e, por fim, com a diminuição dos salários reais dos trabalhadores da Função Pública pretende-se dar o exemplo para que o grande capital possa impor tectos salariais semelhantes nos diversos sectores da actividade.

A análise feita pelo Organismo da Função Pública do PCP indica que, a serem leva-

das à prática tais intenções, não só afectariam a situação sociolaboral de milhares de trabalhadores da Função Pública como redundariam numa degradação generalizada dos serviços prestados à população.

As situações de ruptura em que se encontram inúmeros estabelecimentos de ensino, hospitalares, museus e organismos de investigação científica, impõem medidas orçamentais que permitam assegurar a prossecução das atribuições cometidas e a garantia do pagamento pontual dos salários dos respectivos trabalhadores

O documento da ORL conclui que a defesa da função social e dos legítimos interesses e direitos dos trabalhadores da Função Pública, bem como dos utentes motivarão sempre o empenhamento activo dos militantes comunistas que, em unidade com os seus seus companheiros de trabalho, encontrarão as formas de luta mais adequadas para fazer frente à ofensiva cavaquista contra a estabilidade de emprego e a dignidade profissional.

Condição Feminina: afinal... demagogia!

O Governo tomou a decisão de transferir a tutela da CIDM para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres: CIDM (ex-CCF), da Presidência do Conselho de Ministros, para o Ministério do Emprego e Segurança Social.

Recordamos, que a 7 de Março de 1991, o Conselho de Ministros aprovou a criação desta Comissão, pelo decreto-lei 166/91, em que se afirma que esta irá prosseguir o trabalho da Comissão da Condição Feminina institucionalizada em Novembro de 1977.

Afirma-se ainda neste decreto-lei que a CIDM está vocacionada para o estudo e análise da realidade na óptica da igualdade, de direitos e de oportunidades, para a intervenção em todas as áreas com incidência na situação das mulheres e na igualdade, intervindo na investigação multidisciplinar, na informação e sensibilização do público, na elaboração da política global e sectorial, entre outros aspectos.

Entretanto, em Maio, na tomada de posse da presidente da CIDM, Regina Tavares da Silva — que exerceu esta função na ex-CCF desde 1986 — o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dias Loureiro, produziu um discurso inflamado proclamando o papel da nova comissão e o trabalho realizado pela anterior, sintetizados nas seguintes afirmações: «com a criação desta nova comissão não visa o Governo alterar os objectivos fundamentais que nortearam sempre a extinta Comissão da Condição Feminina.» (...) «Os objectivos permanecem os mesmos: a promoção sem desfalecimentos da igualdade e dos direitos das mulheres. Trata-se de criar uma estrutura dotada de novos meios para que responda cada vez melhor e cada vez com mais eficiência aos desafios que tem pela frente.»

A demagogia desta postura, que se enquadrava no período pré-eleitoral que então se vivia, revela-se hoje em toda a sua dimensão, em coerência, aliás, com a recusa da maioria PSD na Assembleia da República de criação da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, apesar da petição das organizações não governamentais de mulheres.

A Organização das Mulheres Comunistas manifesta o seu mais profundo protesto pela transferência da tutela da CIDM para o Ministério do Emprego e Segurança Social, que restringe objectivamente o campo de intervenção institucional desta comissão e, em consequência, o das organizações femininas que têm assento no seu Conselho Consultivo.

Engana-se o Governo, se pensa desta forma conseguir abafar a voz e a vontade das mulheres impondo-lhes uma política lesiva dos seus direitos.

As mulheres, e em particular, as mulheres comunistas, continuarão a lutar pela efectivação dos seus direitos, constitucional e legalmente consagrados, no percurso certamente mais difícil, mas em que a justiça das suas reivindicações, designadamente a de ser atribuído às organizações femininas o estatuto de parceiro social, permanece como objectivo fulcral e norteador da sua actividade.

A Organização das Mulheres Comunistas exige que o Governo revogue esta medida: não pode haver democracia sem a plena participação das mulheres, seja na definição de políticas, seja no seu quotidiano, e em todas as áreas de actividade.

Organização das Mulheres Comunistas

Falência nos têxteis ameaça trabalhadores da FIACO

Irregularidades no pagamento de salários e um ambiente repressivo, parecem estar na origem da saída maciça de trabalhadores da FIACO, empresa têxtil do concelho de Coimbra.

Num comunicado divulgado pelo sector operário de Coimbra do PCP, afirma-se a este propósito, que «as dificuldades vividas nos têxteis, devem-se, no essencial, à falta de investimento tecnológico e à má gestão». Estes dois factores conduzem a que, apesar dos baixos salários praticados, as empresas não suportem a concorrência da CEE.

Na FIACO, segundo o PCP, para além destas dificuldades, surgiram vários desentendimentos entre os sócios da empresa, que estão

a destruir aquela unidade fabril.

«O contencioso entre os sócios principais, Francisco Martins Pimentel, já responsável pela falência da empresa "Francisco Martins", e o senhor Penha, apesar de serem familiares, está a criar uma situação insustentável para os trabalhadores, que de 150 passaram para cerca de 80». Os responsáveis pela empresa «dão-se ao luxo de nada cumprirem e tudo exigirem, com ameaças aos trabalhadores».

O PCP, que se solidariza com os operários da FIACO, reclama a intervenção da Inspeção do Trabalho, e apela à necessidade dos trabalhadores se manterem unidos na defesa dos empregos, designadamente através da eleição de delegados sindicais.

CAMARADAS FALECIDOS

RICARDO SARRACAYO

Faleceu no passado, dia 3 de Janeiro, Ricardo Casademont Sarracayo, com 75 anos de idade. Muito estimado na freguesia da Cova da Piedade, onde residia, Ricardo Sarracayo pertencia à Comissão de Freguesia local do PCP.

JOSÉ DÂMASO

Faleceu no Hospital de Faro, aos 70 anos de idade, José Fonseca Dâmaso. Reformado, José Dâmaso residia em Tavira e era membro da célula da NAVALIA de Vila Real de Santo António e da Comissão Concelhia de Tavira do PCP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

V. I. LÉNINE
OBRAS
ESCOLHIDAS
EM
SEIS TOMOS

As obras constituem um brilhante exemplo de ligação orgânica da teoria marxista com a prática revolucionária, de desenvolvimento criador do marxismo na base da generalização da experiência da luta da classe operária nas novas condições históricas, um exemplo de profunda fundamentação teórica da política do partido.

edições Avante!

Sobre a Situação do INIC

1. O INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica tem vindo a merecer recentemente múltiplas tomadas de posição por parte da comunidade científica e um significativo destaque em alguns órgãos da comunicação social.

Posta inusitadamente em causa pelo Governo a existência do INIC como organismo de coordenação e de financiamento da investigação científica universitária (de que é, em parte, também executor) e decidida a inserção dos Centros do INIC «nos estabelecimentos de ensino superior» subsistem na comunidade científica e na opinião pública interessada profundas dúvidas e interrogações que não obtiveram até hoje adequado esclarecimento.

2. A problemática da investigação universitária e dos seus caminhos de futuro, em Portugal, é naturalmente complexa e carece de uma análise aprofundada que tenha em conta aspectos fundamentais como: o papel da investigação na formação de quadros; a contribuição da investigação universitária para o progresso geral dos conhecimentos, por um lado, e por outro, para o desenvolvimento tecnológico do País; os pesos relativos da investigação fundamental, da investigação aplicada e do desenvolvimento experimental; as prioridades e os critérios de selecção de projectos; os mecanismos de financiamento e as regras de gestão das dotações atribuídas.

Na conjuntura actual, e tendo em conta a composição do sistema científico e técnico nacional, os recursos e potencialidades existentes, em qualidade e quantidade, o destino do INIC e dos seus centros é uma questão de grande importância para a comunidade científica, para a Universidade portuguesa e para o País em geral, questão à qual uma força política responsável, empenhada no desenvolvimento cultural, económico e social da nossa sociedade, não pode ficar indiferente.

Começando por sublinhar a importância que na consideração deste problema deve ser atribuída às posições e às preocupações dos próprios investigadores e docentes - investigadores, quer trabalhem nos centros do INIC ou em outras instituições do sistema científico e técnico, pois deles depende, real e directamente, o sucesso ou insucesso de quaisquer medidas que sejam tomadas no sector —, a Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP entende igualmente oportuno fazer alguns comentários à situação existente e às transformações que se perfilam no horizonte.

O primeiro comentário diz respeito ao que é forçoso considerar como vício de uma prática política que se deseja ver banida da nossa sociedade.

Com efeito, não é admissível que o Governo decida sobre matéria tão delicada e complexa, sem qualquer consulta e sem proporcionar à comunidade científica a oportunidade de debater a questão do INIC e dos centros do INIC, designadamente, a sua reestruturação.

Os centros do INIC têm responsáveis e o INIC, órgãos dirigentes e órgãos consultivos que, tanto quanto se sabe, não tiveram qualquer intervenção, como tal, na preparação das medidas anunciadas. Situação idêntica se verifica no que toca aos órgãos de governo das Universidades portuguesas. Está-se assim perante um caso

exemplar de desrespeito por pessoas e entidades que têm, profissional e institucionalmente, um papel determinante na gestão, funcionamento e execução das actividades de I&DE universitárias em Portugal.

Algo de semelhante se poderá dizer a respeito do papel que o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia (não) terá sido chamado a desempenhar neste processo.

Que dizer de um Governo e de uma política que marginaliza desta maneira, no campo das suas atribuições próprias, os mesmos órgãos por si criados para, sobre matéria referente a esse campo, se pronunciarem?

A Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP chama a atenção dos investigadores e docentes universitários para esta forma de proceder de que se encontram precedentes, infelizmente, em quase todos os campos da vida nacional, e que é, pela sua própria natureza e previsíveis consequências, profundamente oposta ao interesse nacional e às regras de uma convivência democrática sã e criadora, de cujo permanente respeito depende o encontrar-se as soluções mais adequadas para os problemas que se colocam à sociedade portuguesa.

O segundo comentário diz respeito à justificação das sérias preocupações que ocupam neste momento o espírito dos investigadores do Instituto Nacional de Investigação Científica, docentes universitários e, em geral, do pessoal que presta serviço nos centros do INIC.

Está em causa muito mais do que uma simples redistribuição de pelouros ou um novo arranjo orgânico de serviços no seio da Administração Central.

As transferências do Orçamento de Estado para o INIC, considerados valores iniciais de 1991, ascenderam a cerca de três milhões e cento e cinquenta mil contos. Excluindo despesas com o pagamento de remunerações ao pessoal permanente, que são uma parte pequena daquele total, dados os reduzidos efectivos de pessoal vinculado ao INIC, estima-se que o orçamento do INIC envolve cerca de 20% do total dos meios financeiros transferidos do OE para o pagamento de outras despesas de funcionamento (que não pessoal) e para o investimento, no conjunto dos serviços e organismos de Estado do sector da I&DE, incluindo os laboratórios de Estado.

Estes números, que põem ao mesmo tempo em evidência a magreza dos recursos à disposição das unidades executoras de I&DE do sistema científico e técnico nacional, mostram a importância do que está em jogo, quando se antevê a possibilidade muito real de diluição dos recursos financeiros atribuídos ao INIC, no grande mar de carências das Universidades portuguesas.

Há muito que a Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP tem vindo a alertar para a necessidade de modificar as regras de gestão administrativa e financeira impostas à generalidade das instituições e unidades executoras de I&DE, no sentido da flexibilização dessas regras e de uma radical desburocratização da gestão. Esta é uma necessidade real para se poder trabalhar a outro ritmo, se não, simplesmente, para se poder trabalhar.

O INIC, com o seu financiamento, dispondo, na prática, de maior autonomia neste campo do que outras unidades executoras de I&D, oferecia também uma

flexibilidade de gestão, desconhecida no interior das Universidades.

É pois necessário lutar para que as transformações que se antevêm não traduzam no efectivo desaparecimento de uma significativa parcela do financiamento proveniente do OE, até aqui destinado expressamente à I&DE universitária, por via da sua afectação ao INIC e que contemplava de modo significativo a investigação fundamental e, ao mesmo tempo, para que práticas de gestão mais adequadas às reais necessidades do trabalho de I&DE do que o são as regras impostas à generalidade dos serviços públicos sejam introduzidas.

Coloca-se assim um conjunto de questões de grande importância cujo esclarecimento pelo Governo é urgente e cuja decisão não pode uma vez mais ser empreendida à margem da comunidade científica e das suas instituições:

- como passará a ser financiada e coordenada a investigação nas universidades?
- que destino terão as actuais verbas de funcionamento dos Centros após a sua integração, dado o contexto de asfixia financeira dos estabelecimentos?
- que entidade assegurará as restantes actuais atribuições do INIC?
- que destino terão os investigadores e técnicos dos Centros?
- como serão integrados os Centros nitidamente interuniversitários (designadamente os Complexos I e II)?
- como será dada continuidade e com que financiamentos nos domínios da investigação fundamental e das ciências sociais e humanas?

A preocupação do equilíbrio orçamental e da contenção das despesas públicas, aliada a uma prática política autoritária e a um efectivo desprezo das actividades de I&DE, podem conduzir à progressiva degradação das condições de trabalho dos investigadores e docentes-investigadores portugueses e à frustração das suas aspirações profissionais.

São sinais desta política negativa, a anunciada redução da comparticipação nacional no financiamento de programas estruturais comunitários - que se traduziria no caso do CIENCIA, num corte líquido de dez milhões de contos - e o deliberado estrangulamento financeiro das Universidades públicas e de laboratórios de Estado.

Neste contexto e uma vez mais, a Comissão para as questões da Ciência e Tecnologia do PCP assinala a importância e o alcance da crescente intervenção dos investigadores e docentes-investigadores portugueses em defesa de uma verdadeira política científica nacional que ultrapasse estrangulamentos estruturais do nosso sistema científico e técnico, promovendo a autonomia de gestão das unidades executoras de I&DE, acompanhada da desburocratização das regras e mecanismos de gestão, e da concessão dos meios financeiros indispensáveis ao cumprimento das importantes funções sociais que lhes cabem num Estado democrático moderno.

2 de Janeiro de 1992

A Comissão para as questões de CIÊNCIA E TECNOLOGIA do PCP

Concertação social chumba proposta governamental

As propostas do Governo sobre a política de rendimentos para 1992 foram recusadas, no Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), por todos os parceiros sociais, que as caracterizaram de «absurdas e não credíveis».

Segundo um telex da Lusa, a proposta apresentada pelo Governo, tendo em vista a contenção da inflação, inclui a aplicação de penalizações às empresas públicas e privadas, que excedam o nível de aumentos salariais acordados em sede de Concertação Social, ideia considerada inexecutável pela generalidade dos parceiros sociais.

Segundo Manuel Gamito, da CCP, este tipo de

penalizações iria «retirar transparência e credibilidade ao funcionamento do mercado empresarial», crítica que foi partilhada pelos restantes parceiros sociais, da área patronal e sindical.

Para Carvalho da Silva, da CGTP, a proposta de penalização das empresas «é absurda e não tem credibilidade».

Entre as propostas apresentadas pelo executivo destaca-se a política salarial para o corrente ano, nomeadamente a respeitante ao aumento do salário mínimo nacional e às remunerações dos trabalhadores da Função Pública.

Segundo os parceiros sociais, o ministro das Finanças, Braga de Macedo,

apresentou, durante a reunião, propostas «irrealistas» quanto a estas matérias, o que não permitiu avançar as negociações.

O Governo sustentou, no Conselho, que a taxa de inflação deverá rondar este ano os oito por cento e que o aumento salarial para a Função Pública deveria ser da ordem dos 6,5 por cento, proposta considerada «inadmissível» pela CGTP e «não credível» pela UGT.

«Tendo em conta a taxa de inflação prevista para 1992, a proposta do Governo para a Função Pública é inaceitável, assim como o enquadramento apresentado para o salário mínimo, embora quanto a este aspecto não tenha sido apre-

sentada nenhuma proposta concreta», salientou Carvalho da Silva.

A proposta da CGTP aponta para um salário mínimo nacional da ordem dos 50 mil escudos, uma vez que considera que este deverá crescer acima dos salários médios em vigor.

Também para João Proença, da UGT, as propostas apresentadas pelo Governo «não são credíveis», e o salário mínimo deverá sofrer um aumento superior ao da média dos salários nacionais.

Nogueira Simões, da CIP, salientou a necessidade de um «grande rigor» nestas negociações sobre a política de rendimentos, es-

pecialmente no que respeita à inflação, uma vez que 1992 é o «último ano em que o Governo português tem total liberdade para tomar estas medidas».

Esta opinião foi também partilhada por Manuel Gamito, da CCP, o único representante que considerou credível a previsão do Go-

verno de atingir uma taxa de inflação, em 1992, de oito por cento.

Manuel Gamito referiu que a CCP também discordava da proposta salarial do Governo para a Função Pública e caracterizou de «absurdo» o aumento do salário mínimo para 50 mil escudos proposto pela CGTP.

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes

edições Avante!

Presidência portuguesa da CEE

Oportunidade para pressionar comunidade internacional

Membros do Inter-Grupo do Parlamento Europeu dizem que visita de uma delegação de Estrasburgo a Timor será neste semestre.

Os membros portugueses do Inter-Grupo do Parlamento Europeu para a questão de Timor-Leste estiveram na sexta-feira passada na Presidência da República e na Assembleia da República, onde se reuniram com o presidente da AR e com os deputados da Comissão Eventual que acompanha este assunto para definição de estratégias comuns.

Depois de serem recebidos pelo Presidente da República, Mário Soares, os quatro eurodeputados, Rui Amaral (PSD), Maria Belo (PS), Joaquim Miranda (PCP) e Carvalho Cardoso (CDS) explicaram aos jornalistas que a constituição do Inter-Grupo visa dar a conhecer Timor às Instituições Comunitárias.

Rui Amaral diria que «o assunto parece estar a ser esquecido» pela comunidade internacional. O Inter-Grupo, embora esteja ainda numa fase de constituição, já levou ao Parlamento Europeu o representante de Xanana Gusmão, Ramos Horta, os jornalistas australianos que assistiram ao massacre do cemitério de Santa Cruz e o Comissário Europeu responsável pelas relações com a Indonésia.

Este Inter-Grupo está a participar activamente na constituição de uma delegação comunitária que se desloque a Timor.

A visita poderá realizar-se ainda no primeiro semestre deste ano e a composição da delegação será definida este mês para em Fevereiro se iniciarem contactos com a Indo-

nésia para a viabilização da visita.

Para este Inter-Grupo, fundamental é que a questão da autodeterminação do território de Timor seja internacionalmente reconhecida, não se reduzindo o problema aos direitos humanos.

Presidência da CEE

O exercício da presidência da CEE por Portugal foi referido pelos diversos eurodeputados como uma oportunidade para aumentar a dinâmica de esforços de sensibilização internacional.

Nesse sentido, no discurso de ano novo ao Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, cuja temática foi domi-

nada pela presidência portuguesa da CEE, o presidente Mário Soares aproveitou para fazer uma referência ao massacre de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz em Díli.

«A consciência internacional não pode tranquilizar-se com um inquérito suspeito de parcialidade nem muito menos com pseudogarantias dadas pelo Governo indonésio, ao qual falta legitimidade democrática e que como toda a gente sabe oprime sistematicamente os seus próprios concidadãos», disse Mário Soares.

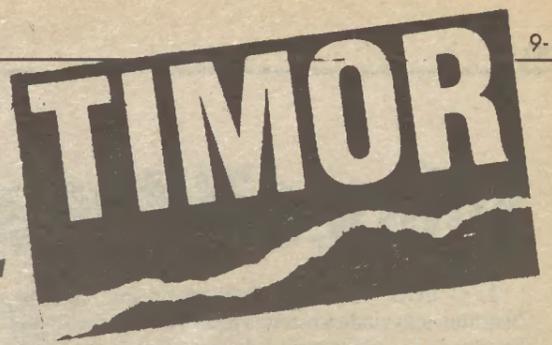
Entretanto a anunciada visita aos Estados Unidos de deputados portugueses para divulgar o problema de Ti-

mor deverá ocorrer ainda este mês. Segundo anunciou a persidência da Assembleia da República, ainda não há datas concretas mas já foram pedidos aos diversos grupos parlamentares que indiquem os seus representantes para esta deslocação.

O primeiro-ministro português, Cavaco Silva, apelou ao cumprimento das resoluções da ONU sobre Timor-Leste numa carta de felicitações que enviou ao novo secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali.

Citamos dois excertos da referida carta:

«A evolução recente da situação internacional e o fim da Guerra Fria abriram novas perspectivas para uma actua-



ção mais eficaz das Nações Unidas, retomando o papel que os seus fundadores lhe quiseram atribuir, actuação que já começou a dar resultados positivos e merece o inteiro apoio de Portugal».

«Tal como tem sido repetidamente sublinhado por Portugal, reafirmo que não move o Povo Português outro interesse que não seja o de permitir ao povo de Timor-Leste o que lhe é negado: a livre expressão da sua vontade e a preservação da sua identidade».

Registe-se ainda que a TAPOL, uma organização indonésia de defesa dos direitos humanos, enviou uma

carta às autoridades portuguesas (Presidente da República e ministro dos Negócios Estrangeiros) e ao novo secretário-geral da ONU defendendo a retirada das tropas indonésias de Timor-Leste.

A propósito do início da presidência portuguesa da CEE, a carta refere que esta é altura para a Comunidade Europeia persuadir o Conselho de Segurança da ONU a analisar a questão.

Na missiva a Butros-Ghali, a TAPOL solicita a deslocação a Timor-Leste de uma missão da ONU e considera não existir credibilidade no recente inquérito indonésio ao massacre de Santa Cruz.



A foto recorda um dos momentos de solidariedade com Timor que aconteceram em Lisboa a seguir ao massacre de Díli. Por todo o País essa solidariedade tem-se repetido como acontece em Viseu até ao próximo dia 15, no auditório Mirita Casimiro, onde está uma exposição de fotografias intitulada «Timor Precisa de Todos»

Bush ignora manifestantes timorenses

Os dois dias de estadia do presidente norte-americano, George Bush, a semana passada na Austrália, país vizinho da Indonésia, foram aproveitados por refugiados timorenses naquele país para a realização de diversas manifestações que chamavam a atenção para a situação do povo maubere. A Convergência Nacionalista de Timor-Leste chegou mesmo a solicitar um encontro com o presidente norte-americano, que foi recusado, e em nenhuma situação George Bush referiu o problema.

Manifestantes timorenses e australianos concentraram-se durante alguns dias junto à embaixada da Indonésia em Camberra e simultaneamente ali construíram uma embaixada simbólica de Timor-Leste.

Tal foi suficiente para a Indonésia enviar um «enérgico protesto» à Austrália, chegando mesmo a ameaçar com uma reavaliação de relações entre os dois países, caso as manifestações não terminassem.

O Governo australiano, que tem importantes relações económicas com a Indonésia, acabou por dar um prazo de 24 horas para os manifestantes se retirarem, depois de funcionários diplomáticos indonésios e manifestantes terem entrado em confrontos, dos quais resultaram um ferido e um detido.

Apesar de o presidente George Bush se ter mantido indiferente aos diversos apelos para reavaliar as relações do seu país com a Indonésia por causa da situação em Timor-Leste, dois influentes membros do Congresso, membros de um grupo informal para a defesa dos direitos do Homem daquele parlamento norte-americano, en-

viam na semana passada uma carta ao embaixador de Djakarta em Washington onde afirmam que o Congresso norte-americano pode cortar a ajuda à Indonésia, caso continuem as violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

Aliviar as pressões internacionais sobre a Indonésia foi um dos objectivos do presidente da Indonésia ao reagir tão rapidamente à apresentação do relatório oficial ao massacre de 12 de Novembro, demitindo os dois principais comandantes militares de Timor-Leste.

Este comentário pertence à revista «Far Eastern Economic Review», uma das mais influentes publicadas na Ásia.

Também a «Asia Watch», uma organização de direitos humanos, considerou o relatório das autoridades indonésias sobre o massacre de Díli de «parcial» e «incorrecto», por estar demasiado dependente de fontes militares.

Entretanto, a Amnistia Internacional alertou para a situação do padre Ricardo, figura importante da Igreja Católica timorense, por correr o risco de «esgotamento psicológico» após ter sido submetido a três interrogatórios pelas autoridades indonésias após os acontecimentos do cemitério de Santa Cruz.

Notícias provenientes de Timor referem que grupos de jovens militarizados pela Indonésia têm vindo nos últimos dias a conduzir campanhas de terror no interior do território, sobretudo nas zonas de Zunalai e Ainaro, prendendo e torturando vários timorenses, incluindo uma autoridade local que teve de ser submetida a tratamento hospitalar.

Ximenes Belo diz «não» a espingardas e quer conversações

Um jornal indonésio, o «Djarta Post», publicou uma mensagem de Natal do administrador apostólico de Díli, D. Ximenes Belo, onde este apelaria aos timorenses para que esqueçam o passado e ajudem a desenvolver o território.

O texto da mensagem de Natal, divulgado no dia 26 de Dezembro passado, é citado pela LUSA e nele Ximenes Belo afirmaria o desejo de «ultrapassar os nossos problemas e pedir desculpas uns aos outros» para acrescentar: «vamos olhar em frente, dentro do espírito de Jesus Cristo, onde não há inimigos, conflitos ou mais problemas étnicos».

Na mesma notícia, o jornal indonésio afirma que na manhã do dia 25 de Dezembro D. Ximenes Belo organizou uma recepção em sua casa, para a qual convidou dirigentes da administração local e responsáveis das forças de segurança do regime indonésio, entre os quais estariam o brigadeiro-general Waroun, na altura do massacre de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz, comandante da Guarnição Militar Indonésia em Timor-Leste. Nesta recepção o «Djarta Post», afirma ainda que este esteve presente o comandante da polícia no território, coronel Ishak Kodiyan.

No entanto, existem dúvidas sobre a veracidade desta notícia depois de um matutino português, o jornal «Público», ter conseguido contactar telefonicamente, durante breves minutos, com o bispo de Díli, que desmentiu a realização da referida recepção: «Não convidei ninguém. É uma pura mentira», afirmou.

No relato dessa conversa com Ximenes Belo o diário português não refere se o conteúdo da mensagem de Natal do administrador apostólico de Díli foi assunto abordado, no sentido de se apurar serem ou não verdadeiras tais afirmações, até agora

não desmentidas.

No dia em que a LUSA divulgou o conteúdo da notícia do jornal indonésio, o porta-voz do Conselho Nacional da Resistência Maubere, Ramos Horta, criticou duramente as citadas declarações de D. Ximenes Belo por prejudicarem a causa do povo de Timor.

Ramos Horta lembrou o papel «muitas vezes ambíguo» da Igreja no caso de Timor-Leste e reconheceu que o bispo de Díli «está sujeito a muitas pressões» de diversas proveniências. «De qualquer modo essas pressões não são comparáveis às que se exercem sobre o líder da Resistência Maubere, Xanana Gusmão», lembrou o porta-voz timorense ao anotar que essas pressões não levaram Xanana Gusmão a fazer qualquer tipo de cedências ao poder indonésio.

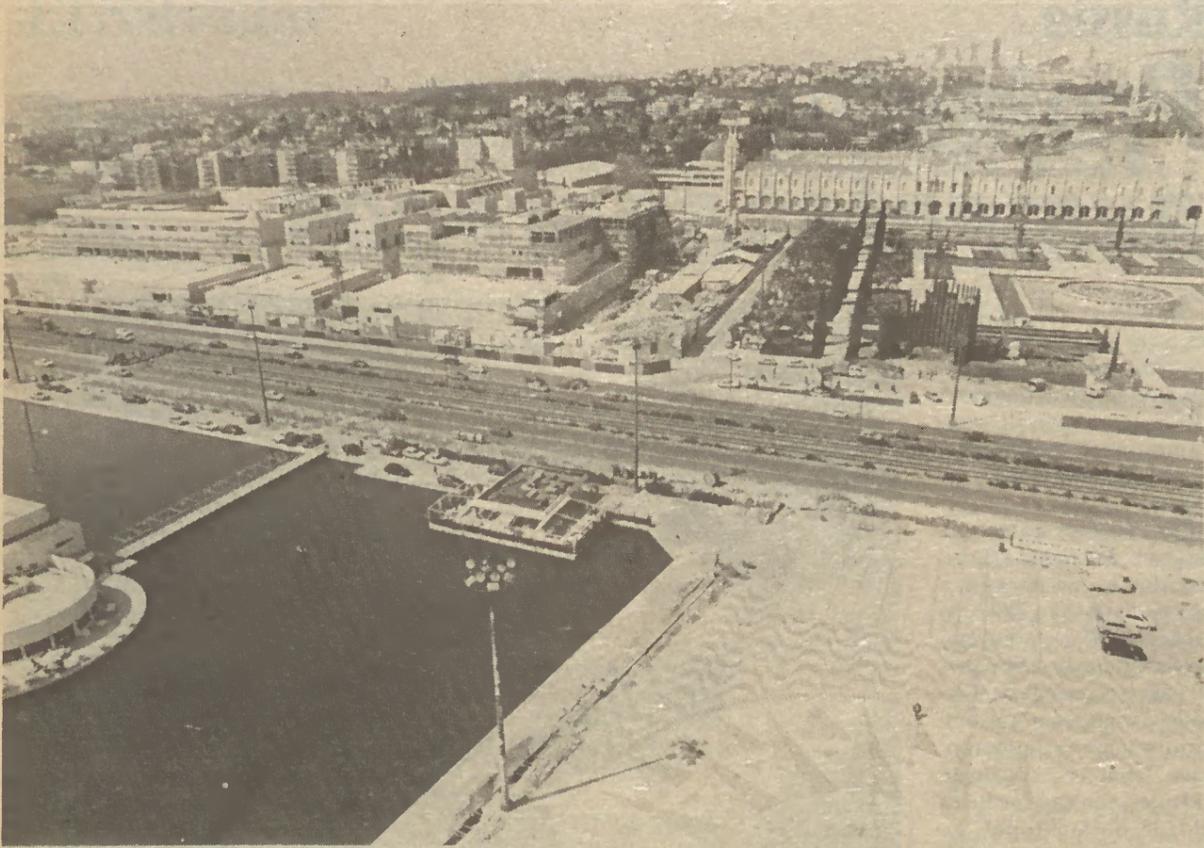
Na véspera do final do ano de 1991, o administrador apostólico de Díli apelou ao diálogo «sem pré-condições» para a resolução da questão timorense e criticou a falta de «iniciativas concretas» nesse sentido, em declarações proferidas numa entrevista concedida à RDP-Internacional.

Para Ximenes Belo, a questão timorense «só pode ser resolvida à base de diálogo, de um grande diálogo aberto a todas as partes envolvidas: Portugal, Indonésia, os timorenses que estamos aqui, os partidos da resistência e a Igreja».

Outra afirmação do bispo de Díli: «Não há espingardas, não há exigências de pré-condições que possam servir a resolução dos problemas de Timor».

O administrador apostólico escusou-se a adiantar soluções para o território, nomeadamente se considera a autodeterminação inevitável. «É preciso é conversar primeiro e só depois adoptar as soluções mais adequadas», sublinhou.

PARLAMENTO EUROPEU



Centro Cultural de Belém só lá para Fevereiro

O Centro Cultural de Belém, apurou o «Avante!», apesar de já ter sido oficialmente inaugurado, ainda não está realmente a funcionar como sede da presidência portuguesa da CEE, concretamente no que se refere ao apoio à imprensa.

Depois de tentarmos ligação para o *número verde* (permanentemente interrompido), para a Secretaria de Estado da Integração Europeia, para o centro de apoio à imprensa do MNE e para o próprio Centro Cultural, lá conseguimos encontrar uma voz suficientemente esclarecida para informar que, no vizinho dos Jerónimos, a primeira iniciativa comunitária aberta aos jornalistas terá lugar apenas no dia 17 de Fevereiro. Até lá (enquanto, talvez, são dados os últimos retoques na obra) os jornalistas portugueses terão que ir

bater à porta dos gabinetes do Governo. E poderão deliciar-se com as imagens das salas e gabinetes, amplamente divulgadas pelo «Público» e pela RTP...

O quê, onde e quando

Em Bruxelas - informou a Lusa - terá lugar a maioria das 1500 reuniões da Comunidade que, a diversos níveis, vão decorrer durante o semestre da presidência portuguesa. Para Portugal estão previstas duas dezenas de reuniões a nível ministerial, que decorrerão em Lisboa, Porto, Curia, Funchal, Vila-moura, Penina e Guimarães. Destas, a primeira teve lugar ontem, em Lisboa, entre a presidência portuguesa e a Comissão Europeia. É também na capital do Tejo que, a 26 e 27 de Junho, se realiza a

cimeira de Lisboa, que encerrará os trabalhos da presidência.

Em Bruxelas, na conferência de imprensa em que apresentou o programa da primeira presidência portuguesa da CEE, pouco antes do Natal, o ministro Deus Pinheiro referiu como principais assuntos a tratar neste semestre a redacção final dos tratados da união política e da união económica e monetária, aprovados em Maastricht e que deverão ser formalmente assinados em Março e depois submetidos a ratificação nos parlamentos nacionais, e as reformas emergentes daquela cimeira (nomeadamente o *pacote Delors II*, que incluirá a revisão das perspectivas financeiras da CEE para o período entre 1993 e 1997 e contribuições dos estados membros para o orçamento da Comunidade).

Ainda na sequência de Maastricht, referiu o MNE português, será necessário neste semestre efectuar estudos estratégicos sobre o alargamento da CEE a novos países e sobre as áreas que serão cobertas pela política externa e de segurança da Comunidade a partir de 1993.

As questões agrícolas ocuparão cerca de 50 por cento dos trabalhos, prevê a agência Lusa. No primeiro semestre de 1992, além da revisão dos preços para a próxima campanha, estará na ordem do dia a reforma da política agrícola comum e a conclusão (possivelmente em Março) das negociações sobre a liberalização do comércio internacional, no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras), que têm como problema mais quente a redução dos subsídios aos agricultores.

TERRA

CNA reclama baixa dos factores de produção

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera que metade do montante financeiro aplicado na construção do Centro Cultural de Belém «resolveria facilmente» alguns dos problemas mais prementes da agricultura portuguesa.

Em comunicado divulgado na segunda-feira, a CNA reivindica do Governo a adopção de um conjunto de «medidas indispensáveis e urgentes» para «garantir a sobrevivência

económica da larga maioria dos agricultores portugueses face à concorrência do Mercado Único».

Para a CNA, se o Governo português «tivesse gasto apenas metade do que gastou com a luxuosa construção do Centro Cultural de Belém resolveria facilmente, com a outra metade, algumas questões decisivas para os agricultores e para a economia nacional».

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) propõe que, no âmbito da

discussão do Orçamento de Estado para 1992, seja aumentado o montante do subsídio de gasóleo à agricultura, passando-o de 30 para 45 escudos/litro, ou reduzido o imposto sobre combustíveis.

A bonificação das taxas de juro, fazendo-as baixar para níveis idênticos aos dos restantes países da Comunidade Europeia (10 por cento ou menos), conta-se igualmente entre as propostas da Confederação.

No comunicado é também proposta a inscrição de

verbas no Orçamento de Estado destinadas a participar programas comunitários que «tem sido desaproveitados pelo Governo».

A CNA reclama ainda o pagamento de «milhões de contos de dívidas» aos agricultores, frisando que elas se tem acumulado por «falta de pagamento de subsídios por abates sanitários, indemnizações compensatórias, subsídios de cereais e participações nos programas da CEE».

Comissão saiu da estrela

A maior parte dos funcionários da Comissão Europeia, no regresso ao trabalho após as férias de Natal e Ano Novo, já não voltou ao edifício Berlaymont, a *estrela* que se tornou num símbolo da CEE e que vai ser totalmente desocupada até 15 de Janeiro para obras de renovação. Os funcionários da Comissão, como refere a Lusa, terão os seus escritórios (até agora concentrados naquele edifício) repartidos por doze prédios dispersos por Bruxelas. Os gastos da operação de reinstalação, comparticipados pelo Estado belga, deverão ascender a 89 milhões de ecus. Os gabinetes dos comissários europeus e respectivos serviços de apoio estão desde segunda-feira instalados no edifício Breydel, a cerca de 500 metros da antiga sede.

As obras de renovação do Berlaymont deverão prolongar-se por um período entre cinco e oito anos, de acordo com os prazos estabelecidos pelos serviços administrativos da Comissão, de que é responsável o comissário português Cardoso e Cunha.

Conferência sobre a Jugoslávia

Foi anunciado para hoje o início, em Bruxelas, da nona sessão plenária da conferência de paz da CEE para a Jugoslávia. O presidente da conferência, lord Carrington, convidou para participarem na reunião os presidentes das repúblicas jugoslavas.

Amanhã, também em Bruxelas, realiza-se uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE para analisar a situação na Jugoslávia e nas repúblicas da antiga União Soviética. Nesta reunião deverão ser discutidas também as modalidades de apoio da Comunidade às repúblicas da CEI e questões relacionadas com a renegociação do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras).

Mitterrand critica Alemanha

O presidente francês acusou a Alemanha de desrespeitar o espírito das decisões tomadas na cimeira europeia de Maastricht. François Mitterrand referia-se, em declarações à imprensa no passado dia 6, ao facto de a Alemanha ter decidido unilateralmente aumentar as suas taxas de juro e reconhecer a independência da Croácia e da Eslovénia. Mitterrand reconheceu, contudo, que o Governo do chanceler Kohl não violou as normas comunitárias, uma vez que a aplicação à letra dos tratados sobre a união económica e a união política só se verificará em 1997, 1998 e 1999.

Kohl quer alemão equiparado

Numa carta que enviou na semana passada ao presidente da Comissão Europeia, o chanceler alemão manifestou a pretensão de equiparar o alemão às línguas inglesa e francesa junto da administração da CEE - refere o correspondente da Lusa em Berlim.

Oficialmente, a CEE tem nove línguas, e os documentos para negociação são traduzidos para todas elas (só os irlandeses, luxemburgueses e belgas não reivindicam uma língua nacional). Para os alemães o problema está em que os documentos começam a ser traduzidos, primeiro, para francês e inglês, a fim de serem dados a conhecer mais rapidamente, e só depois para as restantes línguas.

Bush contra subsídios

O presidente norte-americano criticou, durante a sua recente visita à Austrália, a política de subvenções agrícolas da Comunidade Europeia, defendendo um acordo global de liberalização do comércio internacional no seio do GATT.

Respondendo aos protestos públicos dos agricultores australianos contra os subsídios dos EUA às exportações agrícolas, George Bush disse no parlamento de Camberra que tal política tem por objectivo «forçar a CEE a pôr fim à sua avalanche de subvenções à exportação». Para o presidente Bush, refere a Lusa, a solução para o problema das subvenções agrícolas passa por um acordo global, no âmbito do GATT, que reduza os subsídios, especialmente à exportação.

As próximas negociações do GATT (Uruguai Round) têm início na segunda-feira, dia 13.

Inflação sobe nos Doze

No mês de Novembro a taxa de inflação agravou-se em todos os países da Comunidade Económica Europeia - revelou o serviço de estatística da CEE. Segundo o Eurostat, Portugal registou a segunda maior subida do índice de preços ao consumidor, continuando a ser a Grécia o único parceiro com uma situação pior que a portuguesa.

O agravamento do índice de preços ao consumidor provocou uma forte subida da taxa anual de inflação, que aumentou de 4,4 para 4,8 por cento entre Outubro e Novembro, interrompendo a tendência descendente dos três meses anteriores, refere a agência Lusa.

As mais baixas taxas de inflação da Comunidade eram, no final de Novembro, as da Dinamarca (2,3%), do Luxemburgo (2,6%), da Bélgica (2,8%) e da França (3%).

PC da Índia em Congresso Mensagem do PCP

Por ocasião do 14.º Congresso do Partido Comunista da Índia (Marxista), o Comité Central do Partido Comunista Português enviou aos comunistas indianos a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português saudou calorosa e fraternalmente o 14.º Congresso do Partido Comunista da Índia (Marxista) e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e o povo da Índia.

Seguimos com muito interesse a actividade política do PCI (M) em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo da Índia, actividade que lhe tem grangeado importante prestígio, bem patente no governo dos Estados de Bengala Ocidental e de Kerala.

A luta do PCI (M) e de outras forças de esquerda pela formação de um governo democrático e de esquerda que impeça o deslize para a direita, que responda às aspirações das massas populares da Índia, que dê novo vigor à política de não-alinhamento da Índia, que promova na Ásia uma política de paz e cooperação, merece todo o apreço dos comunistas portugueses.

Queridos Camaradas

Na nova situação internacional marcada pelo desmantelamento da URSS na sequência do colapso dos Estados socialistas do Centro e Leste da Europa, novas dificuldades se vão colocar aos comunistas e outros revolucionários na sua luta pelo progresso social e o socialismo.

O imperialismo norte-americano, servindo-se do seu potencial militar tenta impor a sua hegemonia, embora enfrente no plano económico uma recessão que se agrava.

O bloco europeu corporizado na CEE tenta, a partir da sua integração económica, relançar as bases de um novo bloco político-militar.

Apesar de importantes medidas no plano do desarmamento nuclear prossegue a corrida aos armamentos, mantêm-se com a intervenção do imperialismo conflitos regionais que ameaçam a paz no mundo.

A situação dos países do Terceiro Mundo degrada-se também por motivos que decorrem de uma ordem económica profundamente injusta.

Nesta conjuntura um importante papel cabe aos partidos comunistas e a todas as forças revolucionárias.

Em Portugal os comunistas enfrentam uma enorme campanha que visa dividir, enfraquecer e liquidar o PCP. Animados pelas derrotas do socialismo os inimigos do PCP tentam, nesta conjuntura, quebrar a sua importante influência de massas.

Mas o PCP, atento às lições da vida, aberto ao que é novo, renovando-se na dureza da luta para melhor poder intervir ao serviço dos trabalhadores e do povo de Portugal, mantêm-se firme na sua identidade comunista e confia na justiça do seu ideal que inspirou ao longo de mais de um século gerações e gerações de comunistas.

Fazendo frente à política de direita do actual Governo, o PCP empenha-se na luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI, pelo seu projecto de sociedade socialista, liberta da exploração do homem pelo homem.

O PCP, consciente dos desafios que os comunistas enfrentam em todo o Mundo, defende o reforço da solidariedade e da cooperação entre todos os PC's e as forças revolucionárias de forma a poder fazer recuar os planos hegemónicos do imperialismo.

Fazendo votos para que os trabalhos do 14.º Congresso decorram com o maior êxito, o PCP manifesta a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCI (M).

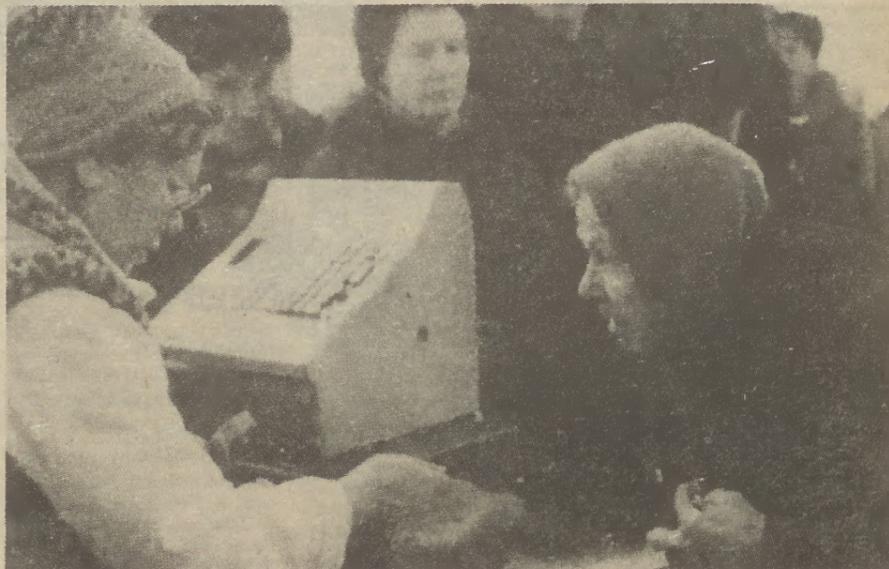
Rússia Protestos contra aumentos de preços

Manifestações de protesto em várias cidades russas obrigaram as autoridades a descenderem os preços de alguns dos bens de consumo, cujos aumentos foram decretados dia 2 de Janeiro.

Os enormes aumentos nos bens de primeira necessidade — que chegam a atingir os 100%, 200% ou mesmo 300% —, considerados como um primeiro passo para a economia de mercado, originaram um descontentamento generalizado, tendo-se registado incidentes, nomeadamente na cidade de Stavropol, no norte do Cáucaso, na cidade de Vladimir, no centro da Rússia, e em Kirov, no nordeste.

Apesar das baixas de preços de alguns produtos, por iniciativa das autoridades locais, a maioria dos preços continua cerca de 10 vezes acima do que há pouco mais de uma semana atrás.

Estes vertiginosos aumentos de preços não foram acompanhados de



medidas sociais minimamente compensatórias. Os salários nas empresas de Estado deverão aumentar cerca de 90% (claramente muito menos que os preços). Subsídios de 25 a 60% do salário mínimo são atribuídos às crianças, estudantes, inválidos e mulheres que de momento não trabalham para tomar conta dos seus filhos. Medidas que es-

tão longe de permitir a qualquer família fazer face aos novos preços.

De referir ainda a perspectiva de um rápido aumento do número de desempregados. Com os cortes no orçamento, o fim das ajudas a empresas deficitárias, a redução do pessoal administrativo, calcula-se que o número de desempregados poderá multiplicar-se

de 4 ou 5 vezes (actualmente é de 2,5 milhões na Rússia).

O sector de serviços, que se supõe vir a sofrer sensível desenvolvimento com as privatizações, não estará em condições de absorver tão grande número de desempregados. Quanto aos desempregados, deverão contentar-se com 30% do salário mínimo.

O brutal aumento de preços está a originar protestos populares em várias cidades russas

Jugoslávia Cessar-fogo respeitado

A Jugoslávia vive finalmente momentos de paz, pontuados embora por alguns incidentes, e enquanto na Croácia o cessar-fogo continuava a ser respeitado, na Sérvia, Montenegro e Macedónia os ortodoxos celebravam o Natal, de acordo com o calendário juliano, a 7 de Janeiro.

Neste quadro, o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, propôs o envio imediato de 50 oficiais de ligação para a Jugoslávia, para reforçar a missão de verificação da Comunidade europeia, já no país, a supervisionar o cessar-fogo.

Entretanto, o presidente da Conferência de Paz da CEE para a Jugoslávia, Lord Carrington, anunciou

em Lisboa a realização de conversações com as seis Repúblicas da Jugoslávia, para hoje, dia 9, considerando que é possível reactivar as negociações depois do cessar-fogo, e que este deve ser «salvaguardado pois a situação na Jugoslávia é virtualmente catastrófica».

Dias antes foi divulgado em Belgrado o texto da «Convenção para uma nova Jugoslávia», promovida pela Sérvia para lançar a criação de uma nova comunidade que assegure a continuidade da Jugoslávia.

O texto da Convenção declara que «aqueles povos e repúblicas jugoslavos que não tenham optado pela se-

cessão asseguram a continuidade da Jugoslávia com novas fronteiras, bem como a sua transformação numa comunidade federal». Esse novo Estado federal, concebido como um Estado de direito, democrático e pluralista, compromete-se a respeitar estritamente os direitos do homem e das minorias.

A Croácia excluiu já qualquer possibilidade de adesão a uma eventual comunidade jugoslava.

De momento, tudo está em debate, e antes do mais o que está em causa é a possibilidade de tal debate poder decorrer de forma pacífica.

O número de vítimas da

guerra civil — ainda que não haja números certos —, é sem dúvida muito elevado. Estimativas apontam para um máximo de 30 mil.

Quanto ao número de refugiados, mais de 600 mil sérvios e croatas perderam ou abandonaram as suas casas devido à guerra. Muitos foram para a Hungria e outros dirigiram-se a Belgrado ou a Zagreb.

A crise — que de há muito se arrastava — e foi precipitada quando da proclamação da independência da Croácia e da Eslovénia em Junho de 1991, está talvez a entrar numa nova fase, em que se afirmam algumas possibilidades de diálogo político.

Mais um passo para a desnuclearização da Coreia

A Coreia do Norte e a Coreia do Sul anunciaram simultaneamente novas medidas para fazer avançar o processo de reconciliação.

O Ministério sul-coreano da Defesa anunciou que foi cancelada a realização em 1992 das manobras militares conjuntas com os Estados Unidos — «Team Spirit».

Estas manobras foram sempre um obstáculo maior na melhoria das relações entre as duas Coreias e provocaram várias vezes a suspensão de conversações entre os dois governos.

Simultaneamente, a Coreia do Norte, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, anunciou que vai assinar o acordo com a Agência Internacional de Ener-

gia Atómica e decidiu aceitar a inspecção das suas instalações nucleares.

As medidas agora anunciadas inserem-se num processo que inclui um acordo — anunciado dia 31 de Dezembro — para a assinatura de um Pacto de Desnuclearização da Península.

O acordo estipula que as duas Coreias só poderão utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, proibindo-as de produzir, possuir ou desenvolver armas nucleares de qualquer espécie.

As duas Coreias concordaram em estabelecer um órgão conjunto de fiscalização para verificar a implementação do acordo, que deverá ser formalmente aprovado em Fevereiro na sexta ronda de conversações entre os dois primeiros-ministros.

O Militante

TIMOR

UM COMBATE EXEMPLAR

MES 4 REDONDA com Abílio Araújo FREILIN

El Salvador

Paz finalmente possível

O acordo de paz para El Salvador, concluído na passagem do ano, foi saudado no país com manifestações de alegria e profundo entusiasmo popular. Um carnaval improvisado percorreu as ruas da capital. Na Praça das Américas, manifestantes de diferentes organizações populares guardaram um minuto de silêncio em memória das cerca de oitenta mil vítimas da guerra que ao longo de anos devastou o país.

Para que a paz fosse possível, foi necessário resolver, entre outras, a questão fundamental do futuro papel a atribuir às forças armadas, responsáveis de numerosos assassinatos de camponeses, dos seis jesuítas da universidade centro-americana de São Salvador e do de Mr. Romero, arcebispo da capital.

Nestes dias, tanto as forças guerrilheiras da FMLN como a delegação governamental trabalham no sen-

tido de solucionar os assuntos pendentes para os acordos serem assinados a 16 de Janeiro na capital mexicana. Em debate, o calendário da execução dos acordos, modalidades para dismantelar o aparelho militar da guerrilha e reintegração dos seus membros na vida civil e política do país.

Os partidos políticos de El Salvador com representação parlamentar concordaram decretar 16 de Janeiro «Dia Nacional da Paz».

Entretanto, o México prepara para o dia da assinatura dos acordos uma grande cerimónia, em que estarão presentes chefes de Estado da América Latina — Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Panamá, Nicarágua, Guatemala — o primeiro-ministro espanhol, o actual secretário-geral das Nações Unidas, Brutos Ghali, o seu antecessor, Perez de Cuellar, e um representante de alto nível dos Estados Unidos.

A festa popular deverá prolongar-se por todos estes dias, com a participação de dezenas de organizações.

A Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional prepara a constituição de um partido político, o que, segundo um dos seus dirigentes, «é uma necessidade fundamental para estruturar toda a sociedade no contexto político, económico e social». E ainda para a «reintegração total dos combatentes na vida civil do país».

O cessar-fogo entrará formalmente em vigor em 1 de Fevereiro.

Acta de Nova Iorque

A «Acta de Nova Iorque» materializa o acordo de paz para El Salvador. Nele se afirma nomeadamente: «O governo de Salvador e a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) declaram ter chegado a acordos de paz definitivos, que, juntamente com os anteriormente subscritos em San José (Costa Rica), México e Nova Iorque, levam à conclusão das negociações em todos os pontos fundamentais (...). A sua aplicação acabará definitivamente com o conflito armado salvadoreño».

O período fixado para o fim do conflito estende-se até 31 de Outubro de 1992.

O acordo prevê a redução das forças armadas e a criação de uma polícia nacional civil (PNC) que substituirá os actuais corpos de segurança. Os membros da FMLN receberam garantias da sua participação nestas forças, a todos os níveis. O exército deve ser depurado sob o controlo de uma comissão *ad hoc*, composta por três salvadoreños, reconhecida democraticamente, nomeados pela Comissão Nacional para a Consolidação da Paz (COPAZ). A COPAZ designará igualmente o responsável pela PNC. O acordo inclui a reintegração dos combatentes da FMLN na vida institucional, política e civil do país.

Argélia

Movimentação popular contra Frente Islâmica

Nos primeiros dias da campanha eleitoral para a segunda volta das eleições legislativas argelinas, que deverão realizar-se no próximo dia 16, a vida política no país está marcada por profunda preocupação com a vitória eleitoral da FIS na primeira volta.

Como é conhecido, a FIS, que pretende criar um Estado islâmico na Argélia, assegurou 188 dos 430 lugares do Parlamento na primeira volta das eleições (a 26 de Dezembro), ficando a escassos 28 lugares da maioria absoluta, que é o seu objectivo na segunda volta.

As forças socialistas elegeram 25 deputados, enquanto o antigo partido único, FLN, que controla a actual Assembleia Nacional, limitou-se a obter 15 assentos. Os independentes ficaram com apenas três lugares.

Um quadro a que há que acrescentar uma elevada abstenção, da ordem dos 41 por cento, o milhão de boletins de voto que não chegaram aos seus destinatários e ainda o milhão de votos nulos.

A situação gerada com os resultados da primeira volta levantou alarme generalizado entre as forças demo-

cráticas argelinas.

Diversos partidos, nomeadamente os ligados ao «Movimento Democrata», e certas associações não políticas e organizações sindicais apelaram mesmo à suspensão do escrutínio, argumentando que a vitória da FIS põe em risco a democratização da Argélia, com a instauração «de um novo partido único e de um Estado totalitário», ambos islâmicos.

Ao Conselho Constitucional foram enviadas 341 queixas acusando as diferentes organizações políticas de fraudes e irregularidades em 145 circunscrições eleitorais.

Entretanto assiste-se a algumas iniciativas de mobilização popular em defesa da democracia.

Trezentas mil pessoas manifestaram-se dia 2 nas ruas de Argel em defesa da democracia. Acenando com flores e ramos de oliveira e exibindo cartazes com o apelo «Salvem a democracia argelina», a multidão exprimiu o seu receio pelo futuro político da Argélia, numa marcha pacífica de quatro horas, que assinalou a primeira grande movimentação popular de oposição à FIS.

Dias antes, diversos sindicatos argelinos, em conjunto com organizações defensoras dos direitos humanos e outras associações não políticas, constituíram em Argel uma Comissão Nacional de Salvaguarda da Democracia.

A Comissão propõe-se reunir todas as forças da sociedade civil para defender a inviolabilidade da Constituição e contactar todas as instituições, estatais ou não, para garantir as liberdades colectivas.

Os resultados eleitorais traduzem entretanto problemas de fundo que não podem ser torneados.

Nas primeiras declarações proferidas depois de divulgados os resultados da primeira volta, o primeiro-ministro argelino, Sid Ahmed Ghazali, disse que a vontade de uma alteração radical, expressa pelo povo argelino — «um grito profundo do povo para exprimir a sua vontade em se alterar radicalmente o sistema», como afirmou em entrevista à televisão argelina —, ao dar a vitória à Frente Islâmica de Salvação, arrisca-se a ser desviada.

Na verdade, uma vez mais a FIS tirou partido da

crise económica e social que abala a Argélia desde a queda brutal dos seus rendimentos do petróleo, em 1986.

Já em Junho de 91, quando das eleições locais, os candidatos islâmicos atraíram muitos jovens desempregados, gente sem casa, muitos dos que são vítimas da alta de preços.

Os que votam na FIS são em grande medida os jovens desempregados dos bairros populares das grandes cidades onde vive mais de metade de uma população de que três quartos têm menos de trinta anos. Para esta juventude marginalizada e sem perspectivas de futuro, votar na FIS é, no fundo, apostar tudo por tudo.

Claro que uma vitória da FIS não irá resolver tais problemas. Antes agravará muitos outros. Que farão as forças islâmicas se deixarem de ser oposição? Tudo indica que o problema do desemprego — para referir um problema maior — continuará a agravar-se (a «solução» apresentada passa pelo regresso da mulher ao lar...), fruto, que é também, da política imposta pelo FMI, e que a FIS nunca contestou.

Imigrantes

Uma organização francesa contestou os números divulgados pelo governo parisiense sobre o direito de asilo a estrangeiros, considerando que «pelo menos 60 mil» estrangeiros vivem actualmente indocumentados no país.

Jean-Pierre Perrin, representante da Coordenação Nacional dos Indeferidos e vice-presidente da Federação das Associações de Solidariedade dos Trabalhadores Imigrados (FASTI), avaliou em pelo menos 60 mil o número de estrangeiros «que se encontram actualmente em França, privados de documentos, impedidos de trabalharem, condenados a viverem na clandestinidade e no medo abaixo do nível das leis».

O governo francês anunciou que dos 50 mil processos apresentados por candidatos a asilo que anteriormente o não tinham obtido, sete mil receberam resposta positiva e 13 mil foram rejeitados, enquanto os restantes aguardam resposta.

«Este número são exactos mas é falso pretender que esses 50 mil processos representem “a quase totalidade” dos pretendentes ao direito de asilo em França, isto por defeito», diz Perrin em comunicado.

«Efectivamente, cinquenta mil indeferidos não foram às esquadras. Eles sabiam que não respondem aos critérios draconianos da circular de 23 de Julho de 1991 ou recebiam, não sem razão, ser detidos nos guichets», afirma Perrin.

Sindicalização

A taxa de sindicalização dos trabalhadores japoneses atingiu em 1991 o seu ponto mais baixo do pós-guerra com 24,5 por cento, anunciou em Tóquio o Ministério do Trabalho.

Mantendo a tendência verificada ao longo dos últimos 15 anos, a taxa dos trabalhadores sindicalizados caiu em Julho último 0,7 pontos percentuais em termos anuais, acrescentou ainda o Ministério.

Mesmo assim, a taxa de sindicalização japonesa não é das mais baixas dos países industrializados, com a dos Estados Unidos a ser em 1990 de 16,1 por cento e a da Coreia 23,7 por cento em 1989, os números mais recentes disponíveis no Ministério.

O número de sindicatos (registre-se que no Japão um Sindicato reporta-se a uma empresa) caiu de 72 202 em 1990 para 71 685 em 1991.

Greve

Os trabalhadores portuários franceses fizeram uma paralisação de trabalho de 48 horas, a 11.ª greve desde Outubro, para protestar contra o projecto de reforma da sua classe.

Esta greve, tal como as precedentes, paralisou a quase totalidade do tráfego de mercadorias nos portos franceses. O tráfego dos navios de passageiros e automóveis não foi afectado.

O projecto de modernização da frota marítima do Estado francês prevê, nomeadamente, reformar o estatuto dos portuários, que rege esta corporação desde 1974 e lhes assegura contratos permanentes.

Polónia

Setenta e seis por cento dos polacos considera que a implantação do regime capitalista na Polónia lhes «saiu caro», revela uma sondagem do Centro de Investigação da Opinião Social, divulgada em Varsóvia.

Por outro lado, metade dos inquiridos acusa os líderes e activistas da Solidariedade e do antigo movimento da oposição de se aproveitarem da nova ordem para enriquecer.

No inquérito, os agricultores, operários, professores e serviços médicos são considerados os mais afectados pela transição para o novo regime.

Pelo menos 63 por cento dos polacos reconhecem a existência de grupos de pessoas que gozam de privilégios injustificados.

Cuba

O ano de 1992 começa em Cuba com novas medidas de austeridade, anunciadas no único jornal cubano, o diário, do Partido Comunista, Granma, reduzido a uma dupla página.

O jornal anuncia um plano de redução em cinco etapas dos transportes urbanos em Havana. Assim, para já, 48 carreiras de autocarros serão suprimidas e, nas zonas periféricas da capital, serão puxados por «tractores, animais ou outros».

A quantidade de viagens diárias dos transportes, que em poucos meses passou de 30 mil para 16 mil, «deixará da disponibilidade de combustível».

O jornal anuncia ainda o reajustamento dos horários das salas de cinema da capital, cujo número de sessões será reduzido. A partir de dia 6, a difusão de programas de televisão será igualmente limitada.

A reforma educativa - balanço e futuro

A reforma educativa constitui, sem dúvida, uma das questões nacionais que mais decisiva influência desempenha no presente e para o futuro da sociedade portuguesa.

Cinco anos decorridos desde o seu início, torna-se particularmente oportuno fazer o ponto da situação da reforma e questionar da realização (ou não) dos objectivos proclamados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Acresce, ainda, que a recente e total substituição da equipa do Ministério da Educação vivamente recomenda que se não tarde em confrontar os novos responsáveis com os problemas existentes e com a reclamação de correcções de rumo que permitam levar a bom porto um processo desta importância e envergadura.

Ao proceder a uma aprofundada análise sobre o estado da reforma educativa, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP chegou à conclusão de que as alterações que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos no ensino em Portugal não correspondem em aspectos fundamentais aos objectivos de política educativa consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição. E que se impõem medidas para retomar o curso de uma reforma educativa democrática que assegure um ensino de mais alta qualidade para todos os portugueses.

Não se pretende, com as reflexões que a seguir se adian-

«O modelo de gestão das escolas básicas e secundárias recentemente imposto por decreto configura uma regressão dos princípios democráticos e um avanço dos princípios autoritários de direcção»

tam, abarcar todos os enfoques em que a problemática da reforma educativa carece obviamente de ser examinada. Que elas sejam entendidas fundamentalmente como um contributo político para um balanço e como estímulo para um debate que envolva o conjunto das forças activas do país — políticas, sociais, económicas, culturais —, é essa a nossa vontade.

I — A Lei de Bases

A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, representou um passo positivo para a concretização de princípios e valores fundamentais da política educativa consagrados na Constituição da República:

— a responsabilidade do Estado para a democratização do ensino, enquanto garantia do direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares;

— a liberdade de aprender e de ensinar tanto no acesso à educação como na sua prática;

— a resposta a necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho;

— o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

II — Cinco anos passados

Passados cinco anos é possível estabelecer como traços caracterizadores do processo da reforma conduzidos pelo PSD/Roberto Carneiro, os seguintes:

a) Uma concepção globalmente empobrecedora dos valores, princípios e objectivos contidos na LBSE.

A LBSE aponta, como meta, para a construção de uma escola de sucesso educativo e de alta qualidade.

A reforma educativa decidida pelo Governo ignorou a necessidade de promover a gratuitidade (real e não formal) do ensino básico e, em lugar da gratuitidade progressiva dos restantes níveis de ensino, como consagra a Constituição,

foi fomentando o ensino privado e propondo a elevação das propinas dos estudantes do ensino superior público, como única solução possível para o prosseguimento de estudos para dezenas de milhares de estudantes.

A reforma curricular foi reduzida a uma mera revisão atomizada dos conteúdos programáticos, considerou ilegítimamente a formação tecnológica como não obrigatória no 3º ciclo do Ensino Básico, não concebeu a avaliação das aprendizagens como sua parte integrante, considera facultativa ou adiável *sine die* a concretização de algumas das principais novidades como a área - escola.

O modelo de gestão das escolas básicas e secundárias recentemente imposto por decreto configura uma regressão dos princípios democráticos e um avanço dos princípios autoritários de direcção.

O estatuto da carreira docente (Pré-Escolar/Básico/Secundário) limita potencialmente a autonomia e a responsabilidade dos professores quanto à melhoria de trabalho

b) Uma concretização da reforma aparentemente sem estratégia que se caracteriza tanto pelas decisões tomadas como pela ausência de outras.

A reforma tem avançado de forma desordenada, por peças separadas, sem rigor nem clareza de faseamento quanto às etapas de concepção — experimentação — generalização das inovações a introduzir.

Vejam-se alguns exemplos:

— revisão e início da experimentação de uns tantos novos programas enquanto outros permanecem por rever;

— experimentação dos novos programas mas não experimentação do novo sistema de avaliação dos alunos;

— concretização de alguns aspectos dos novos planos curriculares e não concretização de outros;

— generalização dos novos planos curriculares no 1º ciclo do E. Básico sem que se conheça a avaliação da «experiência» a que foram submetidos.

Ausências mais gritantes desta reforma educativa têm sido, entre outras:

— a não concretização da gratuidade real dos 9 anos de ensino básico e obrigatório;

— a não regulamentação de grande número de disposições do Estatuto da Carreira Docente;

— a não melhoria de condições de trabalho nas escolas (espaços, número de alunos por turma, equipamentos didácticos);

— a não criação de um sistema de formação contínua dos professores e a degradação da qualidade da profissionalização em serviço;

— a falta de apoio adequado às escolas e aos professores envolvidos na «experimentação» dos novos programas;

— a falta de uma avaliação rigorosa da dita experimentação.

— a falta de medidas adequadas para o desenvolvimento da educação e do ensino especial;

— o não aumento significativo do número de lugares no ensino superior público.

Ainda como peças separadas foram sendo implementados um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) e o desenvolvimento de Escolas Profissionais e acaba de ser criado um outro Programa intitulado «Educação para Todos» — tendo todos estes projectos o pressuposto da multiplicação dos intervenientes sociais e institucionais na educação o que, em si, seria positivo se não fosse acompanhado por uma relativa diminuição de responsabilidades ou do Estado ou, no mínimo, do Ministério da Educação, e por uma tendência crescente para a transferência para as autarquias de responsabilidades financeiras e

«Hoje abundam, entre os professores, sentimentos de estranheza e desconfiança e situações de desconhecimento em relação à reforma educativa. A subalternização dos professores, seja no novo modelo de gestão das escolas, seja nos programas acima citados (PIPSE, Educação para Todos), é evidente»

outras no que se refere, nomeadamente, à educação pré-escolar e à escolaridade básica obrigatória (apoios sociais, equipamento, construção e reparação, pessoal, etc.), sem a correlativa transferência de meios.

c) Uma desconfiança bastante evidente e sistemática em relação aos professores e às escolas.

Os professores têm sido entendidos, sobretudo como profissionais, que é preciso disciplinar e controlar e de cujas opiniões se desconfia.

Hoje abundam, entre os professores, sentimentos de estranheza e desconfiança e situações de desconhecimento em relação à reforma educativa. A subalternização dos professores, seja no novo modelo de gestão das escolas, seja nos programas acima citados (PIPSE, Educação para Todos) é evidente.

O Estatuto consagra uma carreira onde a promoção aos escalões de topo privilegia o individualismo e a demonstração de posse de uma cultura académica; a prática, o empenhamento profissional na aula e na escola não são valorizados.

Alguns grupos de professores vêem, entretanto, eternizar-se sem solução os seus problemas de estabilidade de emprego e de acesso à carreira.

d) Uma relativa abundância de recursos financeiros provenientes de fundos da CEE e uma má perspectivação e controlo do uso dos mesmos.

Não se conhece globalmente o modo de aplicação dos recursos financeiros adicionais, razoavelmente avultados,

«O Estatuto consagra uma carreira onde a promoção aos escalões de topo privilegia o individualismo e a demonstração de posse de uma cultura académica; a prática, o empenhamento profissional na aula e na escola não são valorizados»

provenientes da CEE. Há, no entanto, vários indícios de que esses recursos têm sido introduzidos para uma relativa diminuição de investimentos do Estado português na educação e de que algum do dinheiro tem sido malbaratado em acções de efeito provavelmente nulo ou muito fraco.

O «buraco» orçamental de dezenas de milhões de contos em falta no M.E. no ano de 1991 só é explicável pela ausência da dotação necessária para este sector na Lei do Orçamento de Estado aprovada.

e) Uma concepção desvalorizadora do ensino público, em geral, e do ensino básico e obrigatório de 9 anos, em particular.

A desvalorização do ensino público e o relativo privilégio dado a certos sectores de ensino privado tem sido um facto com múltiplas manifestações.

O recente despacho sobre avaliação dos alunos do ensino básico obrigatório, ao eliminar a expressão pública do insucesso escolar, traduzida nas reprovações, não é factor de sucesso escolar enquanto verificação de efectivas aprendizagens pelos alunos. Pode mesmo vir a promover, em formas mais extensas que as conhecidas até hoje, o fracasso dos alunos e o fracasso do sistema educativo.

Os efeitos de tal sistema de avaliação sobre a escolha social de frequência de uma escola pública ou de uma escola privada são imprevisíveis. Mas não é de excluir um cenário em que o ensino público vá ficando como o reduto onde se guardam durante nove anos crianças e jovens que pouco (ou nada) aprendem e a quem será conferido apenas um certificado de presença prolongada na escola.

O novo sistema de avaliação pode ser visto como uma peça fundamental de uma estratégia política que visa assegurar, antecipadamente, o «êxito» burocrático da reforma educativa sem ter que se promover o seu êxito social efectivo e o sucesso escolar efectivo dos estudantes.

III — Pela reforma educativa democrática

Realizar a reforma educativa para que a Lei de Bases do Sistema Educativo aponta implica, actualmente, promover significativas alterações no rumo que foi traçado pela equipa ministerial de Roberto Carneiro durante os últimos cinco anos.



Embora no quadro de uma política geral que não irá ser substancialmente diferente, não está ainda claro se a actual equipa ministerial irá manter inalteradas todas as orientações da política educativa que esteve em curso nos últimos cinco anos: o programa do actual Governo para a educação é excessivamente genérico e vago e o actual ministro da Educação permaneceu silencioso durante o debate do mesmo na Assembleia da República.

Em quaisquer circunstâncias, porém, as movimentações reivindicativas dos professores, dos estudantes, dos pais, das autarquias, as lutas por objectivos concretos e imediatos e as acções políticas, os movimentos de opinião pública, são chamados a desempenhar um importante e decisivo papel para o avanço real da reforma democrática da educação que a LBSE e a Constituição consagram.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, pela sua parte, continuará a dar a sua contribuição a essa luta, defendendo firmemente que a reforma educativa concretize os seguintes princípios e objectivos fundamentais:

A democratização da educação e do ensino traduzida em:

- medidas que visem a efectiva gratuitidade da escolaridade básica e obrigatória de 9 anos, o que implica o aumento e o alargamento de diferentes ajudas sociais ao cumprimento da escolaridade obrigatória, bem como a progressiva gratuitidade de frequência dos restantes níveis de ensino;
- medidas valorizadoras do ensino público;
- o fim das restrições administrativas (numerus clau-

sus) no acesso ao ensino superior público, a abolição da PGA e a definição de um novo regime de acesso mais justo que o actual;

— medidas de combate simultâneo às diversas causas (sociais, institucionais, pessoais) que originam o insucesso escolar;

— medidas que visem garantir a participação de toda a comunidade na orientação da política educativa (e designa-

«O novo sistema de avaliação pode ser visto como uma peça fundamental de uma estratégia política que visa assegurar, antecipadamente, o “êxito” burocrático da reforma educativa sem ter que se promover o seu êxito social efectivo e o sucesso escolar efectivo dos estudantes»

damente os jovens, os professores, os pais e encarregados de educação e as suas organizações representativas);

— medidas facilitadoras do acesso e do sucesso escolares de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, de trabalhadores-estudantes, de crianças e jovens originários de minorias étnicas e culturais;

— fiscalização, por parte do Estado, da qualidade dos produtos educativos oferecidos pelo ensino privado.

A democratização da educação e do ensino implica, também, que seja revogada a legislação que frontalmente a contraria e que foi publicada pela anterior equipa do Ministério da Educação. Isso diz respeito, nomeadamente, ao diploma que consagra um sistema antidemocrático de gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, ao despacho que estabelece o sistema de avaliação das aprendizagens dos jovens.

A modernização do sistema educativo traduzida em:

— reforma profunda, participada, cientificamente conduzida e devidamente apoiada dos currículos escolares;

— articulação do sistema educativo com as necessidades de desenvolvimento do país, alargando, melhorando e coordenando as diversas formações profissionalizantes e profissionais de nível médio e de nível superior;

— desenvolvimento da investigação científica no ensino superior visando a melhoria da qualidade do ensino e o reforço da importância deste sector para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país;

— desenvolvimento de um novo conceito de escola, enquanto centro educativo que estimule as capacidades e múltiplas potencialidades de todos, mediante espaços de aprendizagem formal e não formal que contribuam para um efectivo sucesso educativo;

— desburocratização e desburocratização da administração do sistema educativo, conferindo às escolas não apenas autonomia formal mas também os meios para a exercerem;

— aumento do investimento nacional na educação e distribuição transparente dos recursos adicionais provenientes do exterior e, em especial, dos fundos comunitários;

— atribuição, às autarquias locais, dos meios necessários para o cumprimento do papel que lhes cabe na administração do sistema educativo.

A modernização do sistema educativo implica, entre outras acções, que se revejam opções curriculares já estabelecidas e, sobretudo, que se faça uma avaliação rigorosa e pública das experiências que já tiveram lugar de modo a que a generalização dos novos currículos tenha lugar com segurança, com previsão e preparação dos recursos necessários à sua implementação, com a participação esclarecida e empenhada dos jovens, dos professores e das escolas.

A revalorização da função docente, traduzida em:

— revisão e melhoria dos estatutos de carreira e remuneratórios dos docentes (da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; do ensino superior universitário; e do ensino superior politécnico), através da procura de soluções negociadas com as organizações sindicais de professores;

— resolução de inúmeros problemas sectoriais dos docentes — aumentando as garantias de direito ao emprego e à estabilidade de emprego; de profissionalização e de acesso à carreira;

— desenvolvimento dos sistemas de formação inicial, contínua e em serviço dos docentes por forma a responder não só em quantidade mas também em qualidade às necessidades do sistema educativo e às exigências de um trabalho de elevada especialização que hoje se pede a estes profissionais.

*
* *

A quantos dedicam aos problemas educativos uma especial atenção - aos professores, aos estudantes, aos pais, aos responsáveis autárquicos — o PCP pode assegurar, pela sua parte, que tudo fará no plano das instituições onde está representado, e que no plano social, através dos seus militantes, procurará dar um contributo ainda maior para o reforço da intervenção unitária, para que Portugal tenha a reforma educativa que melhor sirva os interesses dos jovens e o futuro do país.

Este texto foi apresentado numa conferência de Imprensa do PCP, a 8.1.92, sobre a Reforma Educativa, onde estiveram presentes os seguintes membros da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino: **Manuela Esteves**, professora, membro do CC do PCP; **Elvira Nereu**, membro do CC do PCP; **António Filipe**, deputado à Assembleia da República; **Lurdes Silva**, professora, membro do Organismo de Direcção dos Professores da ORL do PCP.

Respostas necessárias

Sublinhando a utilidade de os leitores terem presente o artigo de José Casanova publicado no «Avante!» de 27/12 em que se procede a uma caracterização e a uma desmontagem de aspectos essenciais da ofensiva política e ideológica que, com destacada expressão em meios de comunicação social, está sendo conduzida contra o PCP, gostaríamos de, em torno desta matéria, acrescentar três ideias complementares.

A primeira é a de que não é possível ignorar ou deixar de denunciar o fundo inequivocamente autoritário e intolerante que se desvenda por detrás de tal campanha, designadamente quando se ponderam os altíssimos níveis de mentira gritante (de que um dos exemplos mais recentes está na demente afirmação feita por Cáceres Monteiro em «O Jornal» de 3/1 que o PCP teria defendido a integração de Portugal no COMECON); de invenção mais despudorada (de que, entre muitas outras, são exemplo recente as declarações atribuídas pelo «Expresso» na sua edição de 21/12 a Carlos Aboim Inglês e a Octávio Pato na reunião do Comité Central de 16 e 17/12); de repelente calúnia, insulto e provocação (de que é exemplo mais recente a peça do «Independente» sobre inventadas actividades de investigação de dirigentes do PCP por outros dirigentes do PCP; de desastinada fúria e rancor (de que é exemplo dificilmente ultrapassável a catilinária subcrita por Francisco Sousa Tavares no Público de 5/1 a propósito ou a pretexto de um abaixo-assinado de intelectuais apelando ao fim do bloqueio económico norte-americano a Cuba); de deformação das orientações do PCP e de persistente substituição do que realmente afirma ou defende por comentários ou interpretações deturpadoras; de pertinazes silenciamentos ou desvalorização das actividades e tomadas de posição do PCP centradas sobre os problemas vivos do povo e do país (que estão tendo o significativo contraponto de generosidades nunca vistas e de uma postura quase oficiosa — com relevo para o «Público» e para a RTP — na cobertura de actividades ou declarações dos promotores de um novo movimento político).

A segunda é de que se trata da expressão e repercussão em Portugal de toda uma ofensiva política e ideológica à escala universal que, com base na derrocada dos países socialistas e, ultimamente do fim da URSS, procura explorar em profundidade o abalo sofrido e a derrota sentida pelos comunistas e por outras forças progressistas no claríssimo objectivo de, em toda a parte, cavar a desorientação, minar a sua confiança, avançar no enfraquecimento e liquidação de forças essenciais da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos. E neste quadro, não é difícil perceber que **toda esta ofensiva visa destacadamente obter ao nível das consciências a passagem do abalo (que é natural) para a desorientação, do desgosto e amargura (que são compreensíveis) para a abdicação, das interrogações (que são praticamente obrigatórias) para a paralisia, das preocupações (que são mais que justas) para a rendição.**

A terceira é a de que, também no nosso país, estamos diariamente assistindo à evidência do papel fundamental

viciados critérios desta manobra de culpabilização ficam particularmente patentes se tivermos em conta que, no quadro partidário nacional, a nenhuma das forças políticas defensoras do capitalismo são pedidas contas dos fracassos, injustiças, guerras, crimes e massacres que fazem parte da história do capitalismo, nenhuma assume qualquer responsabilidade por coisas feiússimas praticadas pelos partidos congéneres noutros países e todas, ao arrepio da verdade, se comportam ou como se não tivessem afinidades internacionais ou como que se as famílias políticas em que se inserem não tivessem nem história, nem passado nem responsabilidades.

Face a esta campanha, e a esta operação é necessário responder à letra e, com vigor, ir varrendo a testada.

É preciso responder que muito do que melhor e mais avançado vive na fisionomia do nosso mundo neste final de século é tributário do esforço, do trabalho, da inteligência, da coragem e da luta dos comunistas e que é extensa e convincente a lista dos avanços, conquistas e vitórias de capital importância (seja a derrota do nazi-fascismo, ou o fim do colonialismo; sejam os direitos e regalias dos trabalhadores, as férias pagas, a segurança social; sejam o sufrágio universal e o direito de voto das mulheres e dos jovens) que têm historicamente a marca da contribuição dos comunistas, num processo de luta em que — é oportuno recordá-lo — as classes dominantes nada ofereceram de bandeja e tudo teve de lhes ser arrancado.

É preciso responder, alto e bom som, que os comunistas portugueses, e tal como eles os comunistas de imensos países do Mundo, figuram não na lista dos torcionários mas na lista dos torturados, não na lista dos carrascos mas na lista das vítimas, não na lista dos assassinos da liberdade mas na lista dos mais dedicados e sacrificados combatentes pela liberdade.

É preciso responder que os comunistas portugueses — e o seu partido — figuram não na lista dos muitos que ou colaboraram ou conviveram tranquila e acomodadamente com o fascismo mas na lista dos que lhe moveram combate sem tréguas nem limites, não na lista considerável dos que, depois do 25 de Abril, atentaram e conspiraram contra a liberdade, contra o novo curso libertador e contra a legítima ascensão dos trabalhadores e das camadas populares ao primeiro plano da cena social e política do País, mas na lista dos que mais generosa e responsabilmente contribuíram para o êxito das tarefas fundamentais da democratização da vida nacional, dos que mais persistentemente estimularam a intervenção de vastas massas na vida cívica e política e nos destinos de Portugal democrático, dos que mais contribuíram para a projecção transformadora da reconquista popular da liberdade, da dignidade e da cidadania, dos que mais energias e esforços investiram nos pequenos e grandes avanços, realizações e conquistas que mudaram a face de Portugal, dos que assumiram um papel decisivo na fundação e construção do regime democrático plasmado na Constituição de 1976.

É preciso responder que os comunistas portugueses, e



Vítor Dias
Membro da Comissão
Política

Não é difícil perceber que esta ofensiva visa obter ao nível das consciências a passagem do abalo (que é natural) para a desorientação e a abdicação.

comunistas tantas balas de ódio, de raiva, de insultos, de mentiras e de intolerância.

Não nos deixaremos sangrar em vida, não tencionamos ajoelhar diante dos provocadores e da provocação, dos mentirosos e da mentira, dos arrogantes e da arrogância, dos caluniadores e da calúnia, e a todos continuaremos a olhar de frente, a enfrentar sem medo e a responder com frontalidade e firmeza.

Não por ultimato de inimigos e de adversários, mas porque isso corresponde a imperativos básicos da ideologia e dos valores de que nos reclamamos, ao interesse vital do nosso próprio projecto e à nossa distintiva maneira de estar na vida e na acção política, prosseguiremos e ampliaremos todo o vasto e exigente esforço de reflexão, actualização e renovação que as próprias lições da vida e da experiência revolucionária à escala mundial impõem mas não lhes faremos o favor de carregar sobre os ombros e sobre a consciência erros, culpas, fracassos, crimes, dramas ou tragédias de que, em rigor, não somos responsáveis.

Resistiremos à reescrita da História ao sabor dos interesses das classes dominantes e das suas legiões de serventuários.

Daremos combate à inquinada e absurda pretensão de serem os anticomunistas e os não comunistas a definirem e decretarem o sistema de referências político-ideológicas dos comunistas.

Aos que falam e escrevem num tom e em termos que parecem ter como pressuposto que o PCP e os comunistas portugueses ou estariam encerrados numa espécie de mal disfarçado «apartheid» político ou estariam na contingência de implorar e suplicar alheias benevolências ou favores quanto à sua existência e actividade, lembraremos quantas vezes se tornar necessário que devem estar confundidos quanto ao País em que vivem, porque neste em que os portugueses realmente vivem o PCP e os comunistas portugueses são parte integrante do regime democrático por mérito e direitos próprios que não estão nem em saldo nem em liquidação.

E não se equivoquem os funcionários da moderna e mediática Inquisição política e ideológica quanto às verdadeiras raízes e motivações deste estado de espírito, desta atitude, desta orientação, deste disposição de luta e de combate.

É que, ao contrário do que estão afirmando, não se trata de estarmos a inventar à pressa saídas de circunstância para «o deserto intelectual de um sonho perdido».

Trata-se sim da consciência de um rico património de ideias e de marcas deixadas no processo histórico, da firme determinação de não o deixar enxovalhar, amesquinhar e liquidar, da valorização dos sonhos que se ganharam e dos que continuam a ser necessário ganhar.

É que, ao contrário do que estão perorando, não se trata da «obstinação falsa e patética do apego a ideais apodrecidos e naufragados».

Trata-se sim, num quadro de lucidez e espírito crítico, de afirmar uma fidelidade a ideais, valores e objectivos, cuja vitalidade essencial continua fortemente ancorada nas realidades do mundo contemporâneo e numa visão humanista de mais largo fôlego da evolução das sociedades e para os quais não se desenha nenhuma alternativa válida.

É que, ao contrário do que monocórdicamente repetem, não se trata de um fenómeno do domínio da «fé» ou de qualquer pretensamente reconfortante atitude de refúgio num irracional amontoado de dogmáticas certezas, mas da corajosa afirmação de valores e convicções que não temem confrontar-se com as perplexidades, acidentes e abalos da vida, de uma noção de dignidade pessoal e colectiva, de uma postura ética e de uma verticalidade que incomodam no panorama de falta de escrúpulos, de arrivismo, de egoísmo, de abdicação, resignação e rendição que alguns pretendem tornar arrasadoramente dominante na nossa sociedade.

Trata-se, enfim, de todo um conjunto de motivações que, com toda a probabilidade, não deve estar ao alcance da compreensão dos mandantes e diversificados executores da suja e desleal guerra política e ideológica movida contra o PCP, mas que, neste ano de 1992 e apesar de tudo o que aconteceu, constituem e devem continuar a constituir, sem jactância, fundamentos da honra e do orgulho de ser comunista.



que desempenha ao serviço dos objectivos desta ofensiva toda uma vasta e sofisticada operação de implacável e inquisitorial culpabilização e responsabilização dos comunistas portugueses por todos os erros, fracassos e tragédias ocorridos nos países do leste europeu e que, manifestamente, visa não apenas conseguir que como tal sejamos olhados pelos outros portugueses mas também que, sobretudo pela asfixiante pressão e agressão mediática, os próprios comunistas interiorizem essa alegada culpa e responsabilidade. E é neste quadro que também desempenha um significativo papel o vendaval de afirmações decretando falsa e ilegítimamente a URSS e os países socialistas como a referência dominante ou exclusiva dos comunistas portugueses, procurando que na consciência dos comunistas entre em perda de nitidez o nosso sólido carácter de partido nacional e a nossa autorizada afirmação de que, assumindo que esses países e as suas conquistas constituíram não apenas referências mas também estímulos para a nossa luta, a referência fundamental do PCP e dos comunistas portugueses, emergente da nossa própria história, sempre foram os interesses dos trabalhadores, do povo e da pátria portugueses. O absurdo e os

tal como eles os comunistas de imensos países do Mundo, figuram, na actualidade, não na lista dos que agem implacavelmente para o reforço da exploração de quem trabalha, para a limitação das liberdades e a mutilação e empobrecimento da democracia política, para aprisionar os cidadãos nas teias de novas e velhas alienações, para agravar injustiças e desigualdades sociais que, à beira do terceiro milénio, são uma intolerável afronta mas na honrosa lista dos que, dia a dia, através das suas ideias, das suas propostas, da sua acção e do seu multifacetado combate e intervenção marcam indelével e insubstituível presença na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses populares, pela defesa, expansão e concretização dos direitos e liberdades dos cidadãos, pela ampliação da participação popular, por reformas democráticas de carácter socioeconómico que dêem resposta a gritantes carências e agudos problemas do povo e do País, por uma vida melhor para todos os cidadãos, por uma democracia à altura dos avanços e progressos conquistados pela luta dos homens no acidentado caminho deste século e das necessidades, aspirações e possibilidades que se afirmam na época contemporânea.

Desenganem-se os que estão disparando contra os

Fortalecer a Organização (II)

1. A negativa evolução da situação nacional com o muito prolongado domínio da direita no Governo e as consequentes modificações de ordem política, social, económica e também cultural, que atingem as diversas camadas laboriosas e os trabalhadores em particular, têm tido uma influência fácil de verificar entre muitos comunistas.

Por seu lado, também as graves transformações que tiveram lugar na Europa do Leste, primeiro em diversos países e, mais recentemente, na União Soviética, têm tido naturalmente uma grande repercussão nas organizações do Partido.

Nas respostas que foram colhidas para um questionário que foi realizado em 1990, muitos organismos do Partido apresentaram como causas fundamentais das suas dificuldades exactamente o agravamento da situação nacional e os acontecimentos no campo socialista.

Já então era acrescentada muitas vezes uma outra razão que até alguns organismos colocavam em primeiro lugar: o facto de haver membros do Partido que aproveitavam a comunicação social dominante para criticarem a orientação partidária, para denegrirem a Direcção, para porem em causa a natureza e a identidade do Partido, contribuindo assim para alimentarem uma violenta campanha contra o Partido.

2. Este conjunto de situações, que se têm desenvolvido ao mesmo tempo que os valores do neo-liberalismo - o individualismo, a competição acima de tudo, o «salve-se quem puder» - campeiam abertamente na sociedade, tem levado muitos à desmobilização, ao desinteresse, ao afastamento. A acção do Partido tornou-se mais difícil.

Entretanto, uma grande campanha mediática tudo faz para impor a ideologia dominante e inculca em muitas pessoas uma posição acrítica, mistificada e manipulada. Mesmo entre membros do Partido ouvem-se «bocas» que a TV e outros meios espalham, embora sejam calúnias ou mentiras, muitas vezes profundamente contraditórias.

3. Nestas condições a importância da organização ganha ainda maior relevo.

Os meios de que o Partido dispõe para esclarecer e para formar assentam nos contactos e nas reuniões partidárias, na ligação que a organização tem junto das massas, nos seus documentos e na sua imprensa que são divulgados fundamentalmente pela organização.

É através da organização que se obtém o conhecimento da realidade social bem como das aspirações e reivindicações mais sentidas. É através da organização que o Partido se liga aos trabalhadores, às outras camadas sociais, às populações em geral, aos seus problemas e anseios. É através

da organização que se influencia e se ajuda a mobilizar, a unir, a organizar e a lutar.

4. Apesar das dificuldades existentes, o reforço da organização é indispensável e é possível.

Ele exige o conhecimento concreto da situação que se vive e também das características da própria organização. Exige que se debatam as dificuldades existentes, se tomem medidas que as combatam e se tirem lições dos seus resultados. E exige determinação, confiança e muita persistência.

Embora as condições em que actualmente o Partido actua sejam muito diferentes das de há alguns anos atrás, embora existam muitas debilidades e deficiências orgânicas, por todo o lado são muitos os militantes do Partido que continuam a desenvolver a sua acção entre os seus companheiros de trabalho, os seus vizinhos ou os seus conhecidos e que contribuem, muitas vezes de uma forma determinante, para as lutas reivindicativas e outras. Os muito diversos organismos dirigentes lutam continuamente pela melhoria da organização e da actividade partidária. Constantemente ingressam no Partido novos elementos.

5. É tendo em conta a importância da organização e a necessidade do seu reforço que, dentro da preparação do XIV Congresso, o Comité Central, na sua última reunião (Dezembro de 91) resolveu dedicar aos problemas da organização do Partido um período especial de 30 dias - de 15 de Fevereiro a 15 de Março.

Pretende-se, através de um diversificado debate a realizar por toda a estrutura orgânica, analisar com o maior número possível de camaradas as dificuldades e deficiências que existem em cada uma das organizações, obter opiniões sobre a forma de as contrariar e vencer e envolver um grande número de militantes na aplicação das soluções encaradas ou que foram decididas.

6. Este especial período de discussão de problemas organizativos é uma forma de lhes dar uma grande saliência, é uma forma de relembrar uma resolução do XIII Congresso em que se afirma: «passar a considerar o trabalho de organização e da formação dos quadros uma preocupação fundamental de toda a estrutura partidária e como atribuição de todos os organismos.»

Tem também em conta o que foi particularmente salientado na Reunião Nacional de Quadros sobre questões de organização (Novembro de 1990) em relação à generalização do debate, à participação e responsabilização de numerosos militantes que serão indispensáveis para melhorar e fortalecer a organização do Partido.

7. Em cada uma das Direcções de Organização Regional é necessário, com tempo, encarar as reuniões que se



Blaquie Teixeira
Membro do Secretariado do CC

Pretende-se analisar com o maior número possível de camaradas as dificuldades e deficiências que existem em cada uma das organizações, obter opiniões sobre a forma de as contrariar e vencer e envolver um grande número de militantes na aplicação das soluções encaradas ou que foram decididas.

devem fazer - quando, onde e com quem -, encontrar formas eficientes de convocação dos participantes, preparar a orientação dos debates e tomar medidas para que se obtenham prontamente os ensinamentos ou conclusões de cada uma das discussões realizadas.

8. No que respeita aos temas a que, em cada reunião, devemos dar maior importância é necessário ter em conta duas questões.

Em primeiro lugar, embora exista um fundo comum de dificuldades e de deficiências, qualquer organização tem especificidades que devem ser bem conhecidas e que levam a que existam soluções próprias para cada uma.

Em segundo lugar, as debilidades existentes podem ser muito diversas e com aspectos muito diferentes. É necessário saber encontrar as que são mais importantes, as que mais podem influenciar ou estar na origem das deficiências. Isto quer dizer que é indispensável perceber o que é mais prioritário para «dar a volta» à situação, às dificuldades.

9. Há, em geral, um relacionamento muito grande e complexo entre as diversas questões organizativas. A sua separação é, muitas vezes, difícil.

Apesar disso, podem considerar-se, para facilitar o entendimento e a análise dos muitos problemas e aspectos existentes, quatro grandes áreas:

- 1 - a direcção, a estrutura e o funcionamento da organização
- 2 - o enquadramento, a participação e a responsabilização dos militantes
- 3 - a ligação às massas por parte da organização e o seu desenvolvimento
- 4 - a propaganda e os fundos.

Interessa referir as questões que existem em cada uma destas áreas pelo menos de uma forma resumida. Será assunto para próximos artigos.



O caminho faz-se caminhando

1. No quadro do debate e da ofensiva ideológica que, nos últimos tempos, tem envolvido o PCP, duas questões têm ressaltado nas críticas e posições públicas que têm sido formuladas:

• uma é a da, segundo certos autores, ausência de espaços de debate e de circulação da informação e das opiniões no seio do Partido em resultado de uns estatutos em que o princípio do centralismo democrático bloquearia essa necessidade de debate e informação;

• outra (menos explícita) é a de que o projecto do PCP estaria desadequado da realidade actual onde teria terminado «o tempo das revoluções» e onde o marxismo-leninismo deixaria de ter tido lugar.

São matérias de interesse para reflexão e debate mesmo se os seus autores dificilmente escondem que os seus propósitos, inserindo-se em concepções liquidacionistas do Partido e reformistas quanto ao projecto de sociedade, estão sobretudo orientados para acções de hostilização à direcção e à organização.

2. Quanto à questão dos estatutos e dos espaços de debate e circulação de informação:

É um dado que resulta do mínimo bom senso que a estrutura de qualquer organização não é um fim em si mesmo mas um meio, um instrumento ao serviço da estratégia e dos objectivos que se pretende atingir. E se assim é a estrutura tem que ir sendo adequada de modo a melhor servir os fins que a organização se propõe atingir. Mas essa adequação não pode ser de tal modo que acabe, ela própria, por desvirtuar e subverter os princípios e objectivos da organização.

Isto é, as regras e os estatutos de uma estrutura não sendo um Bíblia também não são um qualquer texto de ocasião.

O projecto comunista é um projecto revolucionário que se propõe, nos seus objectivos, romper com o capitalismo e construir uma nova sociedade sem exploração do Homem pelo Homem. Pela primeira vez na história da Humanidade o que se procurou (e se procura) com a teoria marxista-leninista e o processo emancipador iniciado com a revolução de Outubro foi (é) não uma passagem entre formações sociais baseadas todas elas na exploração do trabalho mas um corte com todos esses modos de produção anteriores e o início da construção de uma formação social radicalmente outra em

que a acumulação do capital não se faz com a apropriação privada do valor novo, do excedente, criado pela força de trabalho.

Esta ruptura tinha e tem de ser conduzida, no plano da luta política, com «energia, estabilidade e continuidade» (V.I. Lênine — «Que Faire»). Os partidos comunistas corporizam a luta por um tal projecto revolucionário e ao contrário dos partidos da família social-democrata não se limitam a gerir o capitalismo, a procurar diminuir os seus efeitos perversos e a potenciar os seus aspectos positivos.

O princípio do «centralismo democrático» que se pode resumir na expressão estatutária de o máximo de democracia interna com o máximo de unidade e de orientação e direcção únicas, é um princípio intrínseco à própria concepção de Partido revolucionário que é o PCP e claramente compatível com a necessidade de reflexão, diálogo e debate permanente entre todos os membros do Partido.

O abandono do «centralismo democrático» faria resvalar o Partido, em curto prazo, para a discussão dileitante, de círculo, numa lógica de lutas internas pelo poder.

E se tal lógica se pode compaginar (embora deixando sempre feridas difíceis de sarar) com a natureza dos partidos da social-democracia seria completamente suicida para um partido revolucionário. Os seus militantes, a sua base social de apoio não se reveriam num Partido que em vez de canalizar as suas energias para o combate por uma vida nova e melhor, em defesa dos trabalhadores e das classes e camadas sociais desfavorecidas, por uma sociedade económica e socialmente equilibrada se perdesse no combate interno e em eternas e inconclusivas querelas entre os seus quadros. E não se reveriam porque aqueles que no seu local de trabalho, nas empresas, nas fábricas, nos campos, suportam difíceis e complexas condições laborais e de vida; os intelectuais progressistas e coerentes e em geral os grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade não se veriam representados num partido em que a sua vocação revolucionária, de dádiva aos outros, fosse substituída por lógicas de aparelho, lutas intestinas, jogos de poder.

Significa isto que tudo está bem e que nada há para alterar ou melhorar? Seguramente que a resposta é negativa.

Na linha das decisões tomadas no XII Congresso é necessário prosseguir o esforço difícil de cruzar na composição dos organismos do Partido, a todos os níveis, os quadros funcionários dedicados a tempo inteiro, os revolucionários



LINO DE CARVALHO
Deputado do PCP

Dois caminhos se abrem hoje: o da aceitação de que o capitalismo ganhou a guerra e que a única solução é a de se procurar, dentro dele, lutar pela sua reforma. É a tese reformista e oportunista. O outro a de que continua válida a essência do projecto de ruptura com o capitalismo e de luta pelo socialismo. É a tese revolucionária porventura mais nebulosa no imediato mas seguramente mais certa no final do túnel.

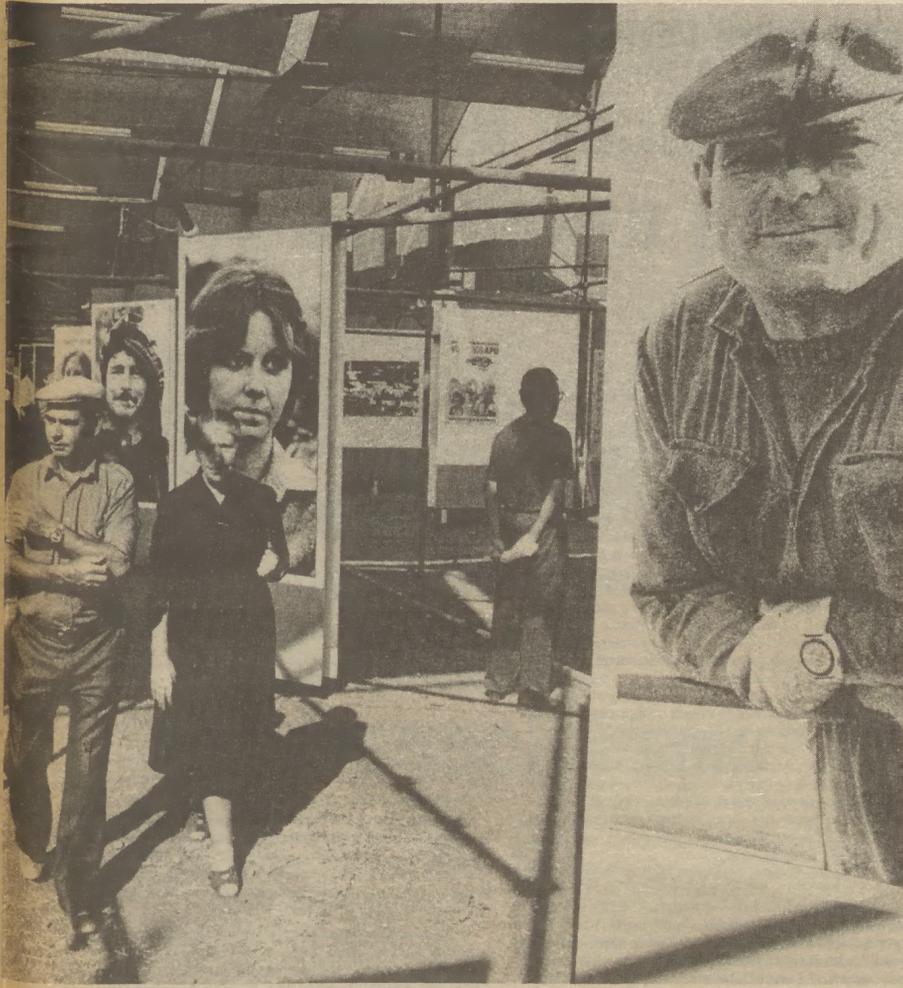
profissionais de que falava Lênine, com os quadros que intervêm nas organizações de classe, nos movimentos de massas, na vida pública, que têm a sua vida profissional própria potenciando, no trabalho colectivo, a disponibilidade, conhecimento, capacidade e experiência de uns e a inserção na vida pública e nas estruturas sociais de massas de outros; é necessário melhorar o debate, o diálogo e a circulação de informação nos diversos organismos do Partido; é necessário que os militantes sintam que a sua opinião, críticas e propostas são efectivamente ouvidas, passam para os escalões superiores da organização e contribuem realmente para a formação da opinião colectiva do Partido; é necessário que os organismos do Partido se viam mais para fora, na discussão e na acção e sejam os veículos privilegiados para a intervenção e reforço da influência dos comunistas; é necessário que os militantes sintam interesse e gosto pelas reuniões dos seus organismos o que pode ser melhor conseguido se as ordens de trabalho, os debates, o trabalho estiver ligado e reflectir os temas e problemas do respectivo sector; é necessário procurar conciliar a disponibilidade e interesses dos militantes com a sua participação em organismos onde seja possível potenciar essas condições; é necessário continuar a trabalhar-se na diversificação, maleabilidade e simplificação das estruturas partidárias.

Tudo isto — e porventura mais — é necessário. Mas tudo isto é possível no respeito pelo núcleo essencial dos estatutos do partido, o centralismo democrático, que permite na sua concepção, no seu espírito e na sua letra os espaços necessários à participação de cada um individualmente e do colectivo no seu conjunto (sem prejuízo, obviamente, da sua melhoria reflectindo as diversas experiências de trabalho existentes).

O que não é admissível é que à margem e violando os estatutos — aprovados pelo Congresso — alguém procure, conspirando, subverter as regras existentes. A final alguns que tanto reclamam o respeito pelas opiniões, querem impor, antidemocraticamente, as suas teses, derrotadas em Congresso contra a opinião da maioria do Partido. Afinal quem são os democratas?

3. O segundo grupo de questões liga-se a uma pretendida desadequação do projecto revolucionário do PCP e do marxismo-leninismo à realidade actual.

Ninguém duvida das profundas — e alguns aspectos inesperadas — transformações que percorrem a humanidade neste final de século. O mundo não parece orientar-se para o socialismo após 70 anos em que a emancipação dos povos fez o seu caminho.



Há evidentes alterações quantitativas e qualitativas na estrutura social e nos padrões de comportamento das diferentes classes e grupos sociais; podemos e devemos nos questionar sobre as fronteiras da classe operária hoje, sobre o modo como ela assume o seu papel revolucionário e intervém na sociedade, sobre a importância e o papel de outras camadas e grupos sociais (trabalhadores de serviços; agricultores; intelectuais, juventude, mulheres, reformados).

É evidente que o capitalismo soube incorporar e absorver muitas das reivindicações dos trabalhadores e das forças progressivas da sociedade e procura diminuir as suas contradições e os seus ciclos de crise. Os crescentes processos de integração económica e política, como os do Mercado Único e da União Europeia têm esse sentido.

É também verdade que revoluções socialistas feitas neste século têm soçobrado devido a desvios, perversões e modelos desadequados da realidade. A inexistência de «contra-poderes», e de efectivos órgãos fiscalizadores, de mecanismos de participação dos indivíduos nos processos de construção e decisão das sociedades socialistas, a ausência de espaços para uma real concretização do pluralismo existente na sociedade, a não mobilização das novas gerações e a não satisfação de novas e legítimas necessidades de consumo, são alguns dos factores que certamente estão na génese do desmoronamento dos regimes socialistas.

É igualmente evidente que a natureza humana se revelou bastante mais complexa na sua assunção de uma nova cultura de emancipação e de solidariedade do que alguém havia imaginado.

Mas será que tudo isto anulou ou modificou a natureza exploradora e opressora do capitalismo?

É óbvio que não!

Dos países capitalistas desenvolvidos aos países do chamado «terceiro mundo» o capitalismo cresce e expande-se à custa da exploração do trabalho na pilhagem dos recursos dos países menos desenvolvidos, na criação de novas periferias, novas assimetrias, novos desequilíbrios e novos marginalizados.

Os novos-velhos teóricos das teorias darwinistas aplicadas aos processos de transformação social, que recuperam as teorias revisionistas e reformistas bernsteinianas do princípio do século — «o objectivo final não é nada, o movimento é tudo» — defendem tal como ontem que o capitalismo se auto-supera e lutam por pequenas reformas no quadro do capitalismo.

Daqui que apostem prioritariamente e privilegiadamente na intervenção dentro das instituições democráticas.

Sem diminuir um milímetro a importância da luta institucional — que tem um peso crescente — a verdade é que aquilo a que assistimos é a uma crescente marginalização das instituições parlamentares dos processos de fiscalização e decisão política, é a um crescente afastamento dos povos de decisões que têm a ver com o seu destino colectivo, é a uma aceleração da intervenção dos poderes executivos e de novas formas de autoritarismo. As decisões tomadas na Cimeira de Maastricht são um bom exemplo destas questões. A estratégia do PSD (com a cumplicidade do PS) de reduzir e esvaziar a intervenção legislativa e o debate político da Assembleia da República é outro exemplo.

Outros falam no «controlo democrático das multinacionais» e no «controlo do poder económico pelo poder político». Mas não é verdade que aquilo a que se assiste é exactamente a uma crescente subordinação das estratégias económicas e das decisões dos poderes políticos aos interesses e objectivos das grandes transnacionais, dos grandes grupos económicos, das grandes metrópoles do capitalismo? Não é isso o GATT, a reforma da PAC?

Assim sendo o projecto comunista, da ruptura com o capitalismo e de luta pela construção de uma sociedade nova continua plenamente actual e não se confunde nem se dilui nas teorias sociais-democratas.

O materialismo histórico, a teoria da mais-valia, a luta de classes, a teoria do imperialismo, o papel dos trabalhadores e do Partido não são, pois, um objecto de museu.

4. Dois caminhos se abrem hoje: o da aceitação de que o capitalismo ganhou a guerra e que a única solução é a de se procurar, dentro dele, lutar pela sua reforma. É a tese reformista e oportunista. O outro a de que continua válida a essência do projecto de ruptura com o capitalismo e de luta pelo socialismo. É a tese revolucionária, porventura mais nebulosa no imediato mas seguramente mais certa no final do túnel (e que não exclui, evidentemente, a luta por reformas democráticas e melhoria das condições e de qualidade de vida no quadro do capitalismo).

Sendo evidentemente necessário encontrar respostas para as novas condições em que se processa a luta dos povos e dos trabalhadores e às novas condicionantes referidas atrás (sem voluntarismos nem teorizações prematuras), o caminho não é contudo o do «desarmamento ideológico unilateral» (Joan Tafalla — uma nova economia para a democracia socialista — Revista Vértice/Setembro de 91) mas o da continuação da luta pela emancipação social dos trabalhadores e da humanidade. Hoje, talvez mais do que nunca, o caminho faz-se caminhando.

O Militante

MESA
REDONDA
com

Abílio Araújo FREILIN
Paulo Pires UDT
Miguel Urbano PCP

MELHOR
UM COMBATE
EXEMPLAR

Prática velha com roupa nova:

Atacar a Direcção do Partido para atacar e desagregar o Partido

Os recentes ataques à direcção do Partido, apesar da nova situação em que acontecem, inserem-se na velha prática de atacar a Direcção para atingir e tentar desagregar o Partido.

Se a nossa memória colectiva fosse curta, se se tivessem apagado da nossa lembrança factos, mais recentes uns, mais remotos outros, uns, porque, na nossa própria experiência vivida os tivemos que enfrentar directamente, outros, porque, através da história os conhecemos ou analisámos, provavelmente, neste momento, estaríamos convencidos de que nos encontrávamos perante fenómenos «novos», «originais», como por vezes acontece num percurso de luta que é longo. Refirme aos ataques que têm sido dirigidos à Direcção do nosso Partido.

Da Direcção do Partido dizem e sobre ela levantam as maiores falsidades, calúnias, fazem as mais graves acusações.

Dizem, por exemplo, que as sanções decididas pela CCCQ e ratificadas pelo Comité Central são «acto cínico e mesquinho», que dirigentes do Partido «põem a máscara hipócrita de fingimento», que «a questão central continua a ser a sua incompatibilidade para viver e praticar democracia» (Victor Neto - Público/24.11.91). Acusam os dirigentes do Partido de «burocratas», afirmam que «um grupo de dirigentes do Partido Comunista Português está de facto a comprometer um projecto de esquerda» (Mário Lino - Semanário 23.11.91). Ousam fazer ameaças veladas: «quando forem restabelecidas as condições normais dentro do PCP, os dirigentes actuais é que devem ser expulsos». A falta de legitimidade deve-se aos «desvios de fins estatutários» que efectuaram, à falsificação de maiorias nos últimos Congressos e que levaram ao afastamento de quase todas as vozes discordantes» (A. Hespanha - Capital 27.11.91).

Não é a primeira vez na história do nosso Partido que a sua Direcção é o alvo preferencial dos oportunistas políticos de todas as cores. Tão-pouco na história do movimento comunista e operário mundial tal facto é inédito. Mas, verdade seja dita: o que a esses ataques falta em «novidade» sobra em baixeza e grosseria de linguagem.

As tiradas oportunistas de hoje trazem-nos à lembrança o verbalismo dos radicais pequeno-burgueses de fachada socialista dos anos 60 e inícios de 70 e as actividades dos anarquistas dos anos 20 no nosso país; a acção, em tempos mais recuados, dos oportunistas no movimento revolucionário russo de começos do século e nos partidos operários dessa época em outros países da Europa; e, por que não, também, o mais longínquo «socialismo dos catedráticos», corrente da ideologia burguesa dos anos 70 e 80 do século XIX, firmemente combatida por Marx e Engels.

Sem dúvida, que, hoje, as condições históricas são outras, as situações que se vivem são diferentes, as formas de expressão diversas. Sem dúvida o nosso século e particularmente o findar do século comportam lições que obrigam a uma acrescida atenção pelas divergências, pelas críticas e mesmo por todas as origens e motivações das dissidências. Mas, vistas mais de perto, não andaremos longe da verdade se, nuns e noutros en-

contrarmos, por exemplo, as mesmas raízes sociais. E também objectivos semelhantes e semelhante linguagem.

Por exemplo, os doutrinadores radicais pequeno-burgueses de 60 e 70 propunham-se «criar a vanguarda revolucionária» que, em seu entender, «faltava aos trabalhadores portugueses» e «promover a iniciativa histórica das massas». Hoje, os doutrinadores e estrategos que pretendem criar a «nova esquerda portuguesa», e, reconhecendo, têm ambições mais vastas, horizontes muito mais largos: propõem-se criar uma «nova esquerda apta a assumir as responsabilidades do poder». E isto, porque, dizem, o «Partido Comunista Português deixou de ser uma força revolucionária, uma força transformadora para ser uma força que está neste momento a bloquear qualquer transformação social neste país» (Barros Moura - Picoas, 23.11.91). Deste modo, com este tipo de raciocínio, não é a política de direita, restauracionista e antidemocrática do governo PSD/Cavaco Silva que está a entrar a solução dos graves problemas do País e do povo e contra a qual é preciso lutar, mas sim o PCP que está a bloquear qualquer transformação social e que, portanto, tem de ser combatido!

«O PCP está a bloquear», dizem. Ora, não foi, também, exactamente esta mesma expressão utilizada pelos radicais pequeno-burgueses de fachada socialista dos anos 60 quando disseram estar «o processo revolucionário português bloqueado», não pelo regime fascista de Salazar e pela reacção, mas pelo PCP? PCP que era, segundo eles, nessa altura, «em Portugal o maior obstáculo à revolução».

Não clamaram, também, os radicais pequeno-burgueses de 60 contra o que chamaram o «burocratismo» do PCP e não chamaram «burocratas» aos seus dirigentes? Não respondeu Lênine à mesma acusação feita pelos oportunistas de direita de começos do século aos revolucionários russos daqueles anos? Na sua conhecida obra «Um passo em frente, dois passos atrás», escreveu Lênine: «(...) os gritos a propósito do famoso burocratismo são apenas um meio de dissimular o descontentamento com a composição pessoal dos centros; são apenas uma parra destinada a ocultar a infração à palavra solenemente dada no congresso. És um burocrata, porque foste designado pelo congresso não de acordo com a minha vontade mas contra ela; és formalista, porque te apoias nas decisões formais do congresso e não no meu consentimento; aces de modo grosseiramente mecânico, porque invocas a maioria «mecânica» do congresso do partido, e não tens em conta o meu desejo de ser cooptado; és um autocrata, porque não queres pôr o poder nas mãos da velha panelinha, que defende a sua «continuidade» de espírito de círculo com tanto mais energia quanto lhes desagrada a desaprovação desse mesmo espírito de círculo pelo congresso». (Edições Avante! - pág. 177)

Os doutrinadores da «nova esquerda portuguesa» reflectem-se nestas palavras de Lênine como num espelho. Pois não é que Barros Moura, no Picoas, acusa os dirigentes do nosso Partido de «burocratas», dizendo: «sejam pelo menos comunistas, não sejam burocratas preocupados com a ordem das coisas».



MARIA DA PIEDADE MORGADINHO
Membro do Comité Central

No PCP não comerciamos os princípios. Não pomos à venda na praça pública o património edificado com os sacrifícios de muitas gerações de comunistas.

Não gritavam também os doutrinadores de 60 «abaixo os chefes» para reivindicar a chefia? Não clamaram contra o que chamaram «os chefes perpétuos», os «messias», os «salvadores», contra o que chamaram a «mística do Partido» e contra o «aparelho»?

E não é que, hoje, passados tantos anos, Raimundo Narciso vem dizer que o PCP é um Partido de despotismo iluminado no qual Álvaro Cunhal é o príncipe? (O Jornal - 22.11.91) E não se refere Barros Moura à direcção do Partido dizendo: «este pequenino grupo de pessoas preocupadas em eternizar-se no seu pequenino poder»? (Público - 20.11.91)

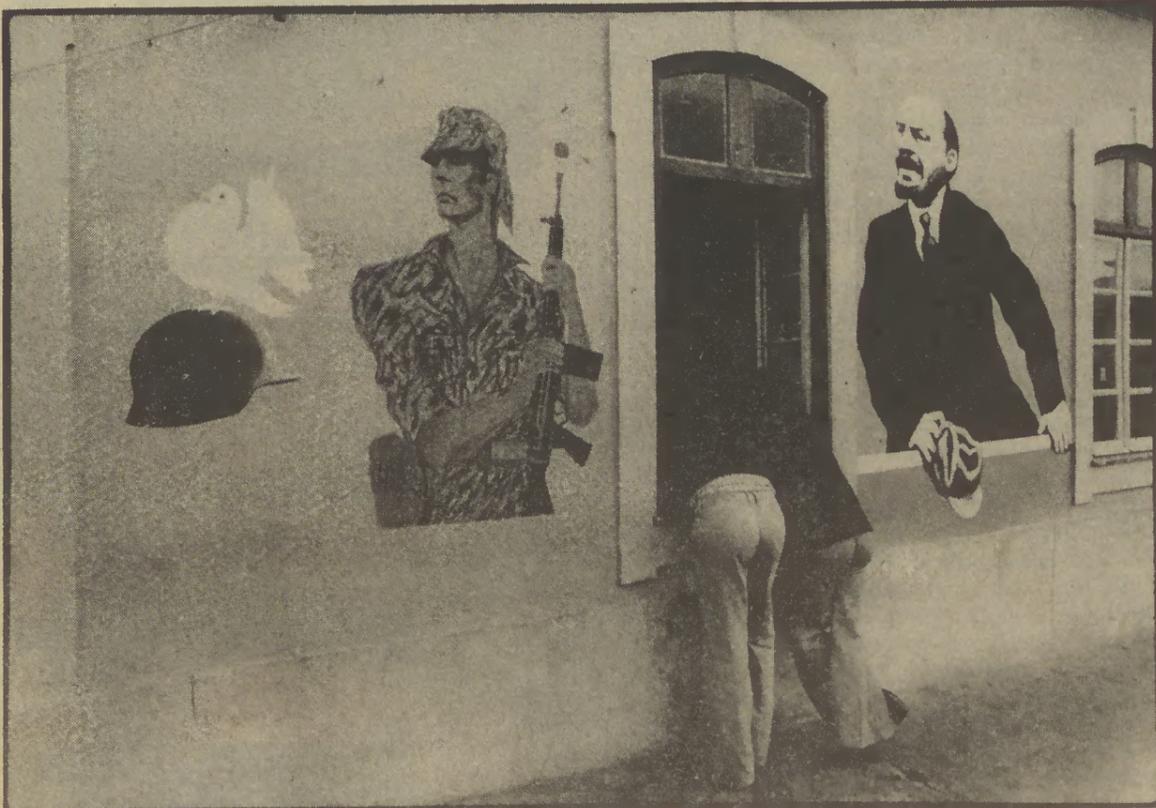
Ao menos tenham originalidade na linguagem. Pois é caso para se dizer, como há mais de vinte anos atrás: «assim, tais «novidades» têm o sabor das anedotas que contavam os nossos avós e que, esquecidos longos anos, voltam a fazer rir os nossos filhos». («O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista» - Álvaro Cunhal).

Mas, num ponto temos de concordar, são realmente os oportunistas de hoje diferentes dos de ontem: no trajar. Trajam de forma diferente. Nos anos 60, era moda entre os doutrinadores pequeno-burgueses vestir-se de operário, gangas velhas, desbotadas, com imitações de manchas de tinta, etc. Vestiam-se assim para conquistar, pensavam, a simpatia e o apoio da classe operária. Hoje, os doutrinadores da «nova esquerda portuguesa» já não vestem assim, até, porque, segundo eles, «classe operária» é coisa doutros tempos, é coisa que já não existe, e que há que procurar o «diálogo frutífero» com outras «correntes» e «sensibilidades», mas há, porém, um elo forte que os une, um traço marcante que os caracteriza ao longo de dezenas de anos e que se mantém inalterável: os ataques (verbais e não só, por conta própria ou não) assestados contra a Direcção do Partido. E não é por acaso. Fazem-no, na tentativa de isolar os seus dirigentes dos militantes de base, de minar a sua unidade, de socavar e abalar a confiança das massas do Partido, para, assim, desagregar e desarticular o trabalho do Partido, todo o Partido.

Alimentaram ilusões de que, facilmente, com a sua actualização, poderiam alcançar esse objectivo. Enganaram-se. Porque a autoridade política, o prestígio, a confiança, a legitimidade da Direcção do Partido não foram encontradas às portas do Hotel Roma ou do Picoas e avalizadas por umas escassas dezenas ou centenas de pessoas de variados quadrantes. Assentam, por um lado, na sólida confiança que lhe foi manifestada, ampla e democraticamente, nos XII e XIII Congressos do Partido, através, respectivamente, de 2090 e 2061 delegados eleitos respectivamente em 925 e 804 assembleias plenárias em que participaram dezenas de milhares de membros do Partido. Congressos em que, convém lembrar, alguns dos que dizem haver no PCP um «défice de democracia», utilizaram a tribuna para dizer o que bem entenderam. Possivelmente, já esqueceram isso ou fazem por esquecer, assim como, também, a forma como os delegados responderam às suas ideias e propostas, algumas delas submetidas à votação.

Aqueles que pensam poder tirar proveito político da situação política nacional, das condições difíceis em que se trava a nossa luta, da complexa situação internacional, dos acontecimentos nos países de Leste, do desmoronamento do sistema socialista, da desagregação, desfiguração e desaparecimento de partidos comunistas para modificar a seu bel-prazer o PCP, para o dividir, enfraquecer e destruir - tirem daí as suas esperanças.

No PCP não comerciamos os princípios. Não pomos à venda na praça pública o património edificado com os sacrifícios de muitas gerações de comunistas e agora muito cobiçado por alguns. Todos os nossos esforços, energias e vontades estão orientados para o reforço cada vez maior do Partido e da sua luta.





Congresso do Partido Comunista Sul-Africano

O futuro é o socialismo

Nasrec, um pequeno subúrbio de Joanesburgo com o Soweto negro, interminável à vista, foi o palco há poucas semanas de um acontecimento verdadeiramente histórico — a realização do 8º Congresso do Partido Comunista da África do Sul.

Emergindo de 70 anos de repressão, incluindo 40 anos de luta clandestina nas condições mais difíceis que é possível imaginar, o primeiro congresso legal que os comunistas sul-africanos realizaram desde que em 1950 o regime do *apartheid* decretou a «supressão do comunismo», não se notabilizou apenas, porém, como o símbolo do fim de um longo e heróico período de resistência.

A África do Sul constitui um grande e poderoso país, em que uma ditadura racial e de natureza terrorista e a mais flagrante e continuada violação dos direitos humanos têm sido o suporte da exploração colonial e da exploração sem limites do ser humano.

Não houve nenhum crime a que o capitalismo e o imperialismo não tenham aí recorrido. E princípios democráticos tão elementares como o de um homem um voto e do governo pela maioria, continuam ainda hoje a ser frontalmente negados pelo regime branco.

Não é, pois, pequeno o mérito histórico dos comunistas de terem constituído a primeira organização política não racial da África do Sul.

E de terem assumido firmemente e durante décadas a tarefa do desenvolvimento da luta e da organização das massas trabalhadoras negras, o combate pela democracia política e por um governo da maioria e transformado o seu partido num dos sectores-chave da causa da libertação nacional, combate que caminha hoje a passos largos para a realização dos seus objectivos fundamentais.

* * *

O crescente movimento democrático de massas, o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores negros, o alargamento das acções militares revolucionárias, o isolamento internacional do regime, os complexos problemas da economia decorrentes nomeadamente da extrema concentração monopolista existente e do colonialismo e os graves problemas sociais existentes (40% de desempregados, desigualdades extremas, problemas gravíssimos no plano da habitação e da saúde) e acima de tudo o apoio popular massivo ao ANC e aos seus aliados, tornaram nos últimos anos o país crescentemente ingovernável «à velha maneira» e forçaram o regime do *apartheid* a entrar no caminho das negociações.

Sem ilusões quanto às reais intenções do governo de De Klerk — que fomenta divisões e a violência e procura alongar indefinidamente o período transitório, para impedir uma autêntica democratização e reter para os seus apoiantes tanto quanto puder dos seus privilégios raciais acumulados — as organizações que integram o movimento de libertação nacional decidiram ainda assim participar nesse processo de negociações, em conjugação com a intensificação da mobilização popular e da luta de massas.

Há pouco mais de duas semanas, com o início da conferência para a democratização da África do Sul — a Codesa —, esse processo de negociações entrou numa nova e importante fase.

A questão da realização de eleições democráticas no prazo de um ano, um ano e meio, na base de uma pessoa um voto, que eleja uma Assembleia Constituinte para decidir da futura constituição do país, e a instalação de um governo democrático, constituem para as forças populares pontos centrais e inegociáveis. Para garantir o carácter verdadeiramente livre e democrático das eleições, está colocada na ordem do dia a exigência da formação urgente de um governo interino, representativo, que assegure de facto a regularidade de todo o processo eleitoral, e possa controlar com firmeza as forças de segurança, os órgãos públicos de comunicação social e o próprio orçamento.

* * *

Numa situação interna e internacional particularmente complexa e num processo semeado de perigos e manobras, o Partido Comunista da África do Sul, o ANC, e a sua aliança histórica, que integra actualmente também a Confederação dos Sindicatos — a COSATU —, desempenham um papel absolutamente decisivo no curso dos acontecimentos.

No que respeita à aliança entre os comunistas e o ANC, apesar dos constantes esforços que o imperialismo e o regime do *apartheid* fazem para a quebrar, o 8º Congresso do Partido Comunista, do mesmo modo que o Congresso do ANC em Julho passado, exprimiram bem a força dos laços existentes e a profundidade do consenso existente em relação à estratégia e à tática no processo revolucionário que está em curso.

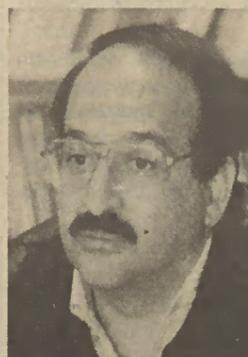
A esta realidade não é naturalmente estranho o facto de alguns dos principais dirigentes do ANC manterem um relacionamento estreito com os comunistas, como é o caso de Oliver Tambo e Walter Sisulu, ambos presentes na sessão inaugural do Congresso, e de um terço dos dirigentes nacionais do Partido Comunista terem sido eleitos no Congresso do ANC para o desempenho de funções ao mais alto nível desta organização de libertação nacional (Comité Executivo Nacional).

É, também, o caso do novo Secretário-Geral do Partido, camarada Chris Hani, que é o responsável pelo Umkhonto we Sizwe — a estrutura armada do ANC —, estrutura que embora tenha suspenso as suas acções mantém operacionais todas as suas organizações e meios.

É neste contexto que a realização do 8º Congresso do Partido Comunista, e o propósito de fortalecer o partido e de reforçar o seu papel insubstituível na vida política sul-africana, necessitam também de ser devidamente valorizados.

Constituído por 400 delegados em representação dos 21 mil membros do Partido (80% dos quais aderiram no último ano), o Congresso constituiu uma impressionante demonstração de vitalidade e de fraternidade revolucionárias, e uma expressão do profundo amadurecimento político das massas trabalhadoras sul-africanas e em particular da juventude.

De um debate vivo e apaixonante em que ao longo de quatro dias estiveram presentes não só as grandes questões da luta na África do Sul como os problemas políticos e ideológicos decisivos com que o movimento comunista e revolucionário está confrontado a nível mundial, interessa em particular sublinhar a decisão dos comunistas sul-africanos permanecerem como um partido guiado pelos



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

«Emergindo de 70 anos de repressão, incluindo 40 anos de luta clandestina nas condições mais difíceis que é possível imaginar, este foi o primeiro congresso legal que os comunistas sul-africanos realizaram desde que em 1950 o regime do *apartheid* decretou a «supressão do comunismo»»

princípios do marxismo-leninismo, que procura continuar a ser a vanguarda política da classe operária e cujos interesses básicos avançam na luta pela libertação nacional e o socialismo.

* * *

O 8º Congresso do Partido Comunista da África do Sul foi também motivo para um importante encontro de solidariedade internacionalista.

Solidariedade expressa, em primeiro lugar, pelas mais de duas dezenas de delegações vindas de todos os continentes para com a heróica luta dos comunistas e do povo sul-africano.

Mas solidariedade também com todos os povos em luta, com destaque para Cuba, que prestou sempre uma poderosa ajuda à luta libertadora do povo sul-africano e que enfrenta neste momento enormes dificuldades e uma ofensiva particularmente violenta por parte do imperialismo.

No que respeita ao PCP, são profundas e de longa data as relações que mantemos com o Partido Comunista da África do Sul.

E trabalhamos para estreitar ainda mais os laços de camaradagem e de cooperação entre os dois partidos.

A importância da solidariedade para com a luta do povo sul-africano impõe-nos, aos comunistas portugueses, mais esforços e energias.

Porque, como estava escrito no Congresso do Partido Comunista da África do Sul, o socialismo é o futuro.

«A outra face do capitalismo no Terceiro Mundo»

Uma troca de blocos de texto na montagem final do artigo de Domingos Lopes com o título acima publicado na pág. 18 do último número do «Avante!» altera significativamente a sua legibilidade. Com efeito, o bloco central sob o subtítulo «Cooperação» deveria ser o último — conclusivo dos dois restantes como aliás claramente é.

Aos leitores e a Domingos Lopes o nosso pedido de desculpas.

Duras realidades a Leste

Dois anos decorridos desde o início do desmoronamento dos regimes socialistas nos países da Europa Central e de Leste, podemos, embora com limitações de informação e sem pretender conclusões definitivas, vislumbrar quais foram e o que significaram as «liberdades» alcançadas, as virtualidades da «economia de mercado», a acção dos defensores dos direitos humanos de ontem. E podemos aferir do estado de bem-estar e da democracia prometidos.

A que conduziu a «economia de mercado» ...

Medidas aceleradas e demolidoras do modo de produção socialista foram tomadas - para garantir o abastecimento, a quantidade, qualidade e diversidade dos produtos, como se propagandeava - liquidando-se conquistas sociais, direitos dos trabalhadores e a própria estrutura produtiva. A emigração teve expressão significativa nalguns destes países e o desemprego atinge de 7 a 9 milhões de pessoas no seu conjunto (na Jugoslávia, antes da guerra civil, atingia já 25% da população activa, na Polónia, Bulgária e Hungria 11,8 e 6% respectivamente). No desemprego estão entre um terço e metade da população activa da ex-RDA, 500 mil pessoas que ali habitam vão todos os dias trabalhar para a ex-RFA, enquanto outros 500 mil funcionários públicos aguardam recolocação.

Os salários não acompanham a inflação e diminuem ainda com o corte de regalias sociais, nomeadamente na habitação, electricidade e transportes que deixaram de ser subsidiados. As pensões dos reformados são irrisórias na actual situação. As mulheres são mais atingidas pelas desigualdades, enquanto os jovens se deparam com problemas até então desconhecidos.

A desorganização do aparelho produtivo, com a paralisação de empresas, as falências em série (na Jugoslávia, em Janº e Novº de 90, 1200 empresas que ocupavam 600 mil trabalhadores declararam falência) e o desaparecimento de sectores inteiros (como aconteceu com a indústria naval da RDA) acarretou quedas verticais na produção: 10 a 15% na Hungria; 20% na Roménia; 30% na Polónia; 50% na ex-RDA. E a tendência não vai no sentido da recuperação. O PIB diminuiu 12% na Polónia e 9,5% na ex-RDA em 1990; mesmo que se cumprissem as previsões do ministro alemão das Finanças, de um crescimento de 10% para este ano, seria necessário esperar 1994/95 para, com iguais ritmos de crescimento, se voltar ao nível atingido em 1989.

Com taxas de inflação que chegaram a 700% na Bulgária, 250% na Polónia e 170% na Roménia, com o desaparecimento do CAME e o corte com parceiros tradicionais, vai aumentando a dívida externa e a dependência face ao imperialismo e às multinacionais.

... e o «Estado de direito» ?

As forças que ascenderam ao poder, aproveitando-se das contradições provocadas pelas mudanças e das ilusões criadas, promoveram medidas legislativas que visam no

fundamental consagrar os novos poderes e liquidar características fundamentais dum Estado socialista. Nalguns países fizeram aprovar Constituições que as consagram.

As contradições, problemas e dificuldades destes processos têm conduzido à acentuação de tendências antidemocráticas de alguns dirigentes. Walesa, Presidente da República da Polónia, tem procurado continuamente chamar a si poderes do Parlamento, alterando calendários eleitorais, procurando impor governos da sua confiança. Havel, na Checoslováquia, acaba de promulgar uma lei que permite a prisão e a condenação (pena até 5 anos) daqueles que promovam propaganda comunista. E já anteriormente, outra lei definia como critério para a admissão num posto de trabalho não a competência, mas o facto de não se ser comunista.

Na ex-RDA, as célebres «interdições profissionais» da ex-RFA (comunistas não podem estar na administração pública e exercer algumas profissões) voltam a ser uma realidade no território da ex-RDA, onde investigadores científicos e professores universitários foram colocados em casa com 70% dos salários. A actividade do Partido do Socialismo Democrático é limitada, através do controlo da sua conta bancária e da obrigatoriedade de justificar todos os seus gastos.

Na Bulgária uma das primeiras medidas do novo Parlamento (eleito em Outubro último) foi a da confiscação de todos os bens do Partido Socialista Búlgaro (ex-PCB), adquiridos depois de 1949.

Enquanto se perseguem comunistas, se confiscam arbitrariamente bens dos partidos, sindicatos e outras organizações, facilitam-se o desenvolvimento de sentimentos reaccionistas de onde emergem movimentos racistas, xenofobos e neo-nazis. Na ex-RDA, em manifestações de rua ostentam-se símbolos e faz-se a saudação nazi, na Checoslováquia aparecem os «cabeça rapadas», na Croácia verificam-se «pogroms».

A insegurança invade as ruas, a corrupção alastra a todos os níveis, a delinquência e a criminalidade crescem.

É o triunfo do individualismo, do egoísmo, do «salve-se quem puder».

Como irá evoluir a situação ?

Desenhadas as principais opções — rejeição do desenvolvimento socialista e opção pelo capitalismo —, criadas novas instituições e definidas as principais orientações é, no entanto, difícil prever todos os desenvolvimentos possíveis, suas amplitudes, prazos e ritmos.

As medidas visando liquidar a propriedade social dos actuais defrontam-se com grandes dificuldades de implementação. O processo de privatizações tem-se processado em menor ritmo do que o previsto, devido à carência de capitais nacionais, à escassez de crédito e ao objectivo de desmantelar ao máximo as empresas para as vender mais barato (sobretudo ao capital estrangeiro) como se fosse «ferro velho». De resto, o capital estrangeiro dirige-se aos sectores mais rentáveis e não para os que respondem às necessidades do país e das populações. Tudo indica, que as privatizações avançaram de facto na ex-RDA (1/3 das 8000



MANUELA BERNARDINO
Membro do Comité Central

«Havel, na Checoslováquia, acaba de promulgar uma lei, que permite a prisão e a condenação (pena até 5 anos) daqueles que promovam propaganda comunista»

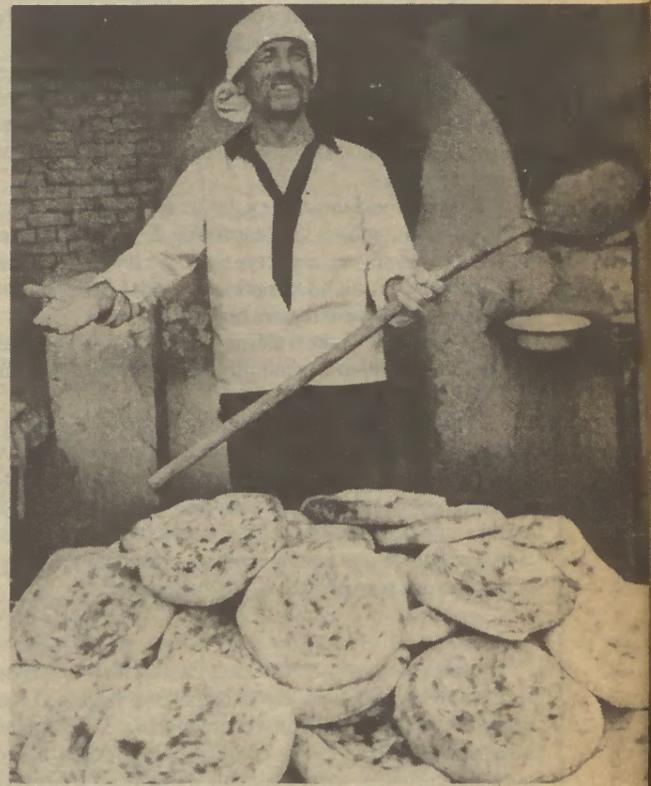
grandes empresas estatais estão privatizadas) por razões da especificidade do seu processo - anexada pelo o colosso RFA - enquanto nos outros países o ritmo é bastante menor, apesar de grandes Planos para grandes ritmos, como na Polónia, mas onde apenas 8,8% das empresas foram privatizadas.

No plano político, a base das instituições é frágil, com um quadro partidário ainda inseguro e não totalmente definido.

Em pleno processo de mudanças constituíram-se elevado número de partidos e organizações políticas, umas reclamando-se do socialismo, outras abertamente reaccionárias, a par de uma vasta gama de movimentos pugnando por objectivos ecologistas, feministas, pela defesa dos direitos do homem.

Nas primeiras eleições, partidos e frentes anticomunistas tiveram amplas vitórias na Checoslováquia, Hungria, Polónia e ex-RDA, enquanto na Bulgária, Roménia, nalgumas Repúblicas da Jugoslávia e mais tarde na Albânia ganhavam partidos e frentes na base dos antigos partidos comunistas.

A intervenção das forças políticas, antes e após as eleições, insere-se num processo complexo e cheio de contradições com a constituição e o desfazer de frentes, a alteração da correlação de forças, cisões, o desaparecimento de correntes e movimentos marginais, mas começa agora a de-



tear-se uma delimitação dos campos através de uma mais clara arrumação de forças.

Passada a expectativa das mudanças, começaram a cair ilusões sobre o modo de vida que o «mercado» proporciona, muitas insatisfações vêm à luz do dia, crescem revoltas sociais, mas o desencanto e a frustração são também empurrados para processos nacionalistas e conflitos étnicos, estimulados por forças reaccionárias internas e com apoios externos.

O surto dos nacionalismos

Problemas étnicos e de nacionalidades existem em quase todos os países e entre eles. Na Checoslováquia, cresce o movimento independentista na Eslováquia; os húngaros da Transilvânia (Roménia) têm as suas próprias organizações e movimentam-se enquanto a Roménia reconheceu a independência da Moldávia (ex-soviética). Em entrevista recente ao Diário de Notícias, o MNE romeno de-



A crise na Izquierda Unida

A crise actual da «Izquierda Unida» espanhola, latente há muito, despoletada há pouco pela passagem a partido da «Izquierda Unida» de Valência, decisão tomada unilateralmente, merece uma atenta análise e deveria ser motivo de reflexão aos «modernizadores», «refundadores» «renovadores» e outros «ores» tão em voga no momento.

O que se passa em Espanha mas não só — em França, na Itália, na Grécia, ocorrem também processos de confrontação a nível da Esquerda que proporcionam outros tantos elementos de estudo impossíveis de ignorar para quem quiser seriamente compreender o que se passa a nível da esquerda em Portugal.

Nos últimos três anos o fracasso da Perestroika acelerou o desmoronamento do modelo de socialismo implantado a Leste e lançou a perturbação e a crise na esquerda a Oeste, perturbação e crise que afectam também as correntes socialistas e sociais-democratas.

Formam-se e desfazem-se clubes, grupos, fracções, institutos; sucedem-se os colóquios, debates, encontros, reuniões — tudo com o objectivo de construir uma nova esquerda na base de «ideias novas».

Assistimos a uma busca febril, à multiplicação de teses que propagandeadas hoje como contribuições brilhantes para a definição dessa «nova esquerda» salvadora e sebastianista, são esquecidas no dia seguinte e tudo recomeça de novo na afanosa procura de uma unidade mítica que gere uma renascida esquerda liberta do seu passado, sem cheiro, se nódoas, sem conotações, nova e pronta a usar, capaz do milagre de agradar a todos os paladares.

Entretanto é legítimo interrogarmo-nos sobre os resultados concretos quer a nível teórico, ideológico e político quer a nível da acção prática e concreta sobre e na sociedade real de todos os dias.

A certidão de óbito é o denominador comum — enterra-se a história, as ideologias, as classes sociais, os partidos.

Defende-se uma nova esquerda num mundo sem ideologias.

Perdida a bússola defenestra-se o património, ideias, valores, princípios.

Em nome da democracia nega-se a pluralidade natural da esquerda, tenta-se sim impor modelos e não se aceita que outros continuem firmes nos seus princípios e que tenham do socialismo e dos dramáticos acontecimentos a Leste uma análise e uma posição não coincidentes com as suas.

Recusa-se a acção comum sobre questões concretas, envereda-se pela luta fratricida, violam-se todas as regras, recorre-se a todos os meios e apoios para deslealmente tentar impor o que a maioria não aceita.

O golpe, o facto consumado, a falsificação e a deturpação das ideias e das posições são assumidas como valores «democráticos».

Em nome da esquerda ajudam a carrear elementos que lançam sobre ela o descrédito.

Delapidam vontades e energias e, em lugar de fortalecer e unir, cada vez mais enfraquecem, dividem e pulverizam a esquerda.

Os exemplos caseiros e os outros conhecidos por essa Europa fora são bem elucidativos e, no caso italiano, o exemplo mais acabado dessa «nova esquerda» teorizada no concreto, o fracasso «renovador» é patente a nível teórico e político-eleitoral.

O mais a que se aspira é a uma fusão submissa com os socialistas de Craxi e a um mercado único federal e «humanizado» e possuidor de uma política de segurança e de defesa.

Entretanto, em alguns países de Leste, paradoxalmente para muitos o socialismo reagrupa forças, reacende esperanças; partidos comunistas, com grandes dificuldades é certo, reconstróem-se, reafirmam a sua identidade, obtêm resultados.

■ Martins Coelho



clarando não haver pressas, considera a existência de dois Estados romenos e adianta poderem «vir a seguir o modelo alemão». Na Bulgária, para além do movimento de base étnica pró-turco, existem problemas na Macedónia. Relativamente à Polónia poderão vir a surgir questões de fronteiras com a Rússia e Bielorrússia, enquanto subsistem problemas com a minoria polaca da Lituânia.

Constituindo estes problemas factores de grande instabilidade, o conflito jugoslavo é hoje o mais agudo, assumindo a expressão de guerra civil que, para além do carácter de luta «nacional», está relacionada com toda a evolução da Jugoslávia como Estado federativo e diferentes opções políticas em confronto. As tentativas da Alemanha de recuperar o domínio sobre a Eslovénia e a Croácia, que estão patentes no apressado reconhecimento destas repúblicas, as ingerências externas e o fornecimento de armas a essas repúblicas (pela Espanha, Áustria, Canadá, etc.) a par da existência dum movimento fascista armado na Croácia, torna a situação jugoslava num complexo e intrincado conflito de interesses com desenvolvimento e desfecho pouco claros.

Há resistência e luta

Passada a euforia da «liberdade» conquistada e das promessas de bem-estar, o quotidiano é sombrio e a insatisfação generaliza-se.

Muita gente compara a sua vida actual com o seu próximo passado, o que explica a necessidade dos novos poderes perseguirem os comunistas e os seus ideais, procurando abafar, invocando erros do passado, manifestações de descontentamento e revolta.

Atingido o direito ao trabalho, impossibilitada a intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas, diminuídas regalias sociais, a luta desenvolve-se entre a classe operária, os trabalhadores e nas mais diversas camadas da população, em todos os países.

Recorrendo à greve, pela manutenção de postos de trabalho, contra o encerramento de empresas e a liquidação de sectores, na ex-RDA, contra o congelamento salarial na Bulgária, Polónia e Roménia, contra os aumentos de preços e sua liberalização na Polónia, Roménia e ex-RDA.

Os camponeses privados, na Polónia, ocupam as estradas, pela fixação dos preços dos produtos agrícolas, enquanto os cooperantes agrícolas na Hungria, Che-

coslováquia e ex-RDA, fazem concentrações e desenvolvem protestos contra a liquidação das cooperativas.

Acções da intelectualidade, contra o encerramento de Institutos, teatros e revistas, na Polónia e ex-RDA, enquanto os estudantes se movimentam contra o encerramento de Universidades na ex-RDA e na Polónia contra o aumento das propinas.

As mulheres lutam contra a marginalização no emprego, contra o encerramento de creches e os seus elevados custos (na ex-RDA) e contra as tentativas de alterar a legislação relativa ao aborto na Polónia e ex-RDA.

Estas expressões de descontentamento, protesto e acções de todo o tipo revelam a disposição crescente para a luta social, a par de um alheamento e frustração no plano político (aumento das abstenções nas eleições mais recentes, queda de popularidade de dirigentes e instituições) e descrédito relativamente aos órgãos do poder e à inexistência de forças políticas credíveis capazes de garantir uma saída da crise.

Um futuro incerto

Era, sem dúvida, necessário democratizar a sociedade, tornar a economia mais eficaz, proporcionar as condições para uma participação mais activa dos trabalhadores e da população na construção da nova sociedade. Não foi, porém, nesse sentido que se desenvolveram os acontecimentos, com as dramáticas consequências que estão à vista.

Entretanto, em dois anos de contra-revolução muitas ilusões se esfumaram. Muitas esperanças em manter, melhorar e aprofundar reais conquistas se desfizeram. Muitos propósitos se tornaram mais claros, mas as indefinições mantêm-se quanto ao futuro.

Os esforços que irão prosseguir, no sentido de implantar o capitalismo, acarretarão maiores perdas de anteriores conquistas, a acentuação das dificuldades fará surgir novas tensões cujo desenvolvimento dependerá do grau de consciência das massas, da força e acção do movimento sindical e da influência dos partidos revolucionários que existirem.

O património histórico, político, económico, social e cultural dos povos do Centro e Leste da Europa, que conheceram experiências de evolução social desconhecidas noutros países, ajudá-los-á a encontrar as vias mais adequadas para retomarem o caminho que finalmente conduzirá a sociedades livres da exploração do homem pelo homem.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Investimento

A última notícia do banzé e que anda muito em voga: os ricos, infernais, cartéis da droga vão todos investir na CEE.

Vendo o Telejornal na jiga-joga bem me pareceu que já cheirava a droga...

Um milhão? PFFFFF!

Ignora-se a maneira. Foi doença? Furacão? A verdade é que um milhão desapareceu na Madeira. Jardim não quebra o encanto. Contas? Não há. Mas então pra quê palavrório tanto só por causa de um milhão? Um milhãozinho de contos? Senhores, não sejam tontos...

Ao continente e à Madeira Vai uma palavra douda: cuidado com a algibeira com certeza que está rota...

O su(b)cesso

Dentro da conhecida lógica começou a operação psicológica do «diz-se que». E que diz o «se que»? Diz que o aumento anda no vento está por um triz...

E talvez não — dizem alguns jornais — talvez ainda demore uns dias mais...

Água, pão, luz — aí vem os arremeços. Cavaco aperfeiçoa o seu processo. Em aumento de preços vai ser mesmo um governo de sucesso...

Ofensiva no IVA

No que respeita ao imposto também vai haver desgosto.

Alguna «taxa zero» tinha o IVA mas o governo entrou na ofensiva. A taxa vai-se ao ar: tudo a pagar...

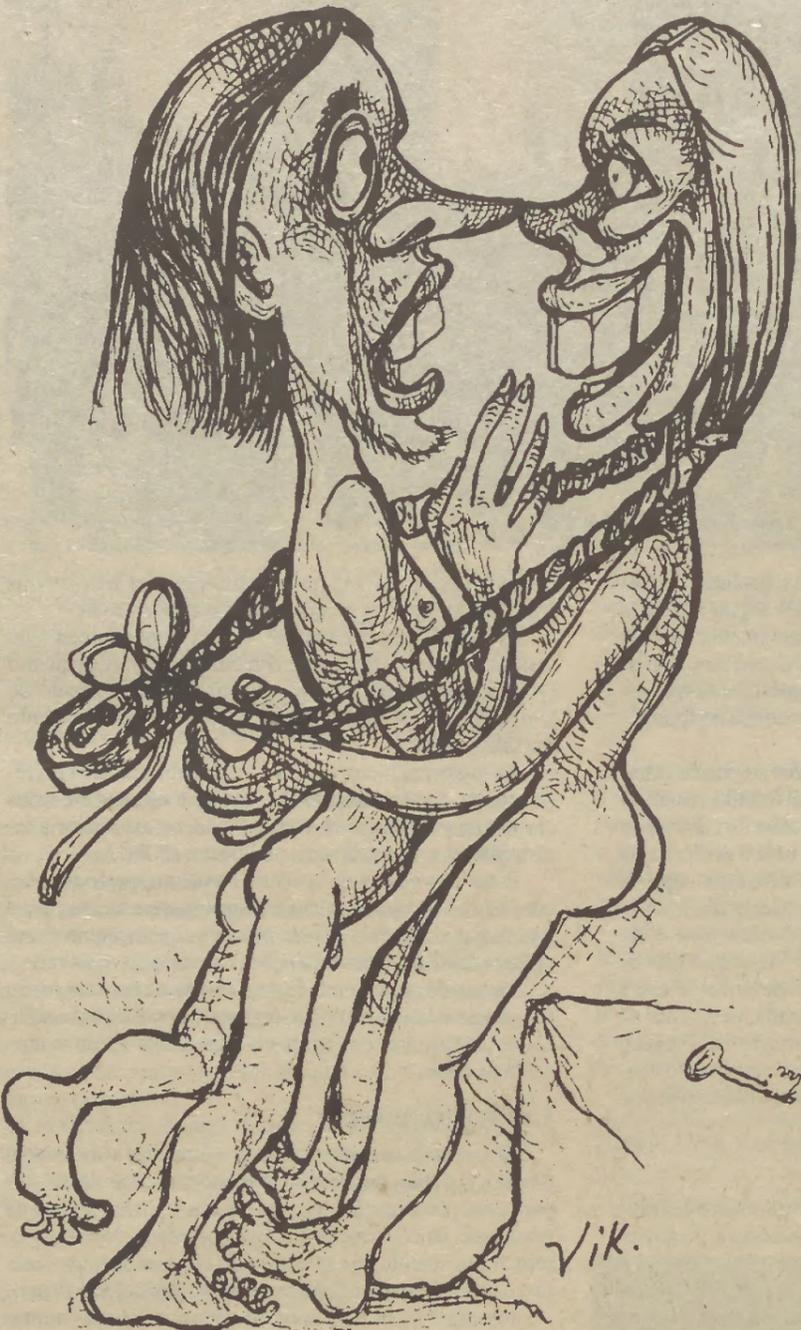
Eu cá, pra ser sincero, já tenho nota para o Cavaco: um zero...

Transpirência

Diante do Ministério à luz dos dias brilhantes protestaram os estudantes. Mas não sei por que mistério RTP esteve ausente por ser uma honesta dama.

É a isto que ela chama a «notícia transparente»?

Incrível!



Modelos

No mosaico de estados que os destrutores da União Soviética deixaram em herança às populações, é pelo menos curioso verificar que à frente dos seus governos, parlamentos e presidências se encontram — admitem agora os jornais da burguesia — os mesmos homens que antes eram chamados de «aparatchiks». Aqui há tempos chamavam-lhes democratas. Mas como os tempos mudam depressa, também os nomes dos homens têm tendência a mudar. Pois não é que, hoje, depois de uma campanha contra Gamsakhurdia, o evadido presidente da Geórgia, apelidado de autoritário e de ditador meses após a sua eleição — como democrata — por uma maioria esmagadora de 87 por cento, já o lamentam na sua fuga sem asilo? O certo é que um jornal da nossa praça vem revelar — hoje — que os oponentes ao deposto presidente georgiano, se reclamam nada menos do generalíssimo Franco. O líder da «transição», Kitovani, teria confessado aos jornalistas, aprêntou Franco como modelo. «Foi ele que salvou a Europa do comunismo», disse o georgiano.

Amigos

Mota Amaral, o presidente do Governo Regional dos Açores, apesar da sua fama de grande religiosidade, gosta de confessar-se ao... «Diabo». Com esse pasquim tem tido aquele político açoriano os mais saborosos diálogos. Desta vez o tema foi os despedimentos que os Estados Unidos querem fazer na base das Lajes. Indigna-se o homem. Aquilo andava tão mansinho e agora os trabalhadores portugueses da Base são postos na rua, o que, além de não ser bonito, pode proporcionar algumas feias lutas de classes! Assim, Mota Amaral, salta em defesa dos trabalhadores, antes que estes comecem a vê-lo também como cúmplice dos acordos entre os Estados Unidos e as autoridades portuguesas. Diz ele que «a efectivação prática dos despedimentos viola o acordo laboral em vigor e é, por isso, ilegal». O que espanta não é o facto de estarmos de acordo com ele. É o facto de ele estar de acordo com os trabalhadores. Nas as suas razões são outras. É que se sente um bocado posto de lado pelos americanos. E Mota

Amaral queixa-se ao «Diabo»: «Há realmente coisas que não se fazem aos amigos!»...

Promessas

Não há nada como um intervalozinho entre eleições para a gente ver a que estado chegaram as coisas. É que, em vésperas de actos eleitorais, ninguém leva a mal — ou pelo menos parece que a maioria dos votantes não leva — o facto de nos encherem os ouvidos com promessas e os olhos com anúncios de bela vida logo daqui a pouco. Mas vem o rescaldo, a maioria reinstala-se e... pronto, pode começar-se a falar verdade. O facto é que, normalmente, há sempre quem fale verdade. Mas essa não costuma vir de organismos oficiais, que guardam relatórios e pareceres até à boa altura. A boa altura é esta, parece ter achado o Instituto Nacional de Habitação, para vir anunciar que, por este andar, só daqui a quase trezentos anos é que todos os portugueses podem ter casa. Com efeito, face ao milhão de casas que agora o INH admite haver necessidade de construir, só dentro de um prazo entre os 190 e os 270 anos é que a casinha está pronta.

frases da Semana

«A coesão nacional reforça-se na solidariedade nacional. Uma sociedade dualista, com uma riqueza ostentatória chocante (que de novo reaparece, escandalosamente!) e uma pobreza sem perspectivas de mudança, que se esconde, envergonhada, não é nem pode nunca ser uma sociedade equilibrada e de progresso.»

✉ Mário Soares, P. R., Mensagem de Ano Novo — RTP, Canal 1, 1.01.92

«Sinto que precisamos de grandes debates nacionais — capazes de sensibilizar os mais competentes e os melhores e não apenas os epígonos ou os subservientes; que precisamos de nos entender, como Nação, sobre o que importa fazer para responder positivamente aos grandes desafios que nos esperam, neste final de milénio.»

✉ Idem

«Não basta ser um factor de consensos ou um excelente executor das vontades dos outros. Importa dar activamente o seu contributo original, procurando marcar a Comunidade com o espírito criativo, aberto e generoso do Povo Português.»

✉ Idem

«(...) a esquerda em geral tem uma apreciação errada do Governo e da sua política, tendo caído em fraseologias e slogans que rotulam o Governo de liberal e exclusivamente de direita (...).»

✉ José Luís Judas — «Diário de Notícias», 4.01.92

«O ministro que vai estar integralmente ocupado pela presidência, confessa, todavia, à TSF, alguns dos seus sonhos possíveis ou impossíveis: fazer um «talk-show» na RTP, participar em corridas de automóveis, escrever, melhorar a sua qualidade de jogador de golfe — desporto excelente «para se pensar, reflectir, limpar os neurónios.»

✉ Sobre a entrevista de João de Deus Pinheiro à TSF — «Público», 5.01.92

«A televisão croata decidiu proibir a difusão de filmes sobre as duas guerras mundiais, onde os alemães apareçam como «agressores», noticiou ontem a agência Tanjug, da Jugoslávia, citando o semanário «Danas», de Zagreb. Segundo este jornal, a televisão croata considera de «mau gosto» mostrar esse género de filmes num momento em que a Alemanha «defende sozinho os interesses da Croácia independente.»

✉ «Público», 3.01.92

«Penso — justamente porque não há forma constitucional de remover um líder como Gorbachov que nunca foi eleito — que o único meio de o fazer é alterar a estrutura de Governo de forma a que ele deixe de ter qualquer função. De certo modo, pode olhar-se para a CEI como uma forma de atingir este objectivo.»

✉ Chris Donnelly, conselheiro especial da NATO para o Leste europeu — «Público», 6.01.92

«Aquilo a que assistimos agora é a uma autêntica luta pelo poder em todos estes países, e o facto de os seus líderes terem sido eleitos democraticamente não significa que haja instituições democráticas nem quer dizer que esses líderes possam dirigi-los democraticamente. Gamsakhurdia na Geórgia foi eleito democraticamente e olhe o que se passa.»

✉ Idem

Agenda

LISBOA

Reunião-convívio com novos militantes do Partido da Organização Regional de Lisboa

sábado, às 15 horas
no Centro de Trabalho Vitória
com a participação dos camaradas
António Dias Lourenço
e **Marília Vilaverde Cabral**.



sábado, às 16 horas

Convívio no CT da Graça para entrega dos novos cartões 92/93 aos camaradas de freguesias da Zona Oriental



PORTO

Convívio no CT da Boavista promovido pela Organização de Empresas da Cidade do Porto

sábado a partir das 16 horas

Excursão à Serra da Estrela
promovida pela JCP/Lisboa

8/9 Fevereiro

Transporte+ alojamento+alimentação — 3.500\$00

Inscrições na sede da JCP
355 73 49-355 73 64

Quinta, 9

AMADORA

Plenário da célula da **Sorefame**, a partir das 18 horas, nas instalações dos Serviços Sociais da empresa.

ENTRONCAMENTO

Reunião de militantes do **Entroncamento**, para discussão da situação política e de questões locais (CP, autarquias, organização do Partido, às 18 horas no Centro de Trabalho.

Sexta, 10

AMADORA

Venda Nova - reunião da célula da freguesia, na delegação da Junta de Freguesia, às 21.30.

Brandoa - plenário de militantes da freguesia, no Salão dos Reformados da **Brandoa**, às 21.30.

TORRES VEDRAS

Plenário concelhio de militantes, no Centro de Trabalho, a partir das 21.30, com a participação do camarada **José Casanova**.

ESPINHO

Plenário da organização concelhia, para entrega dos cartões do PCP 92/93 e discussão da situação política, às 21.30 no Centro de Trabalho.

TOMAR

Plenário de militantes da organização concelhia para discussão da situação política e tarefas do Partido, no Centro de Trabalho, a partir das 21.30, com a participação do camarada **António Orcinha**.

SETÚBAL

Reunião de militantes da **Função Pública**, às 18 horas, no CT concelhio.

Reunião de **quadros técnicos e intelectuais** sob o tema «A solidariedade internacionalista no actual quadro mundial em mudança».

Sábado, 11

MAIA

«Ser comunista hoje» é o tema do debate público que vai ter lugar, a partir das 15 horas, no «Flor de Pedrouços», promovido pela Comissão Concelhia da **Maia** do PCP. Participa o camarada **Luís Sá**.

LISBOA

Reunião/convívio no Centro de Trabalho Vitória com



novos militantes do Partido da Organização Regional de Lisboa, a partir das 15 horas, com a participação dos camaradas **António Dias Lourenço** e **Marília Vilaverde Cabral**.

Zona Oriental - convívio durante o qual serão entregues os novos cartões 92/93 aos militantes das freguesias de Castelo, Graça, Madalena, Sta. Engrácia, Sto. Estêvão, Sta. Justa, Santiago, S. Cristovão, S. Miguel, S. Vicente, Sé e Socorro. No CT da Graça, a partir das 16 horas, com a participação do camarada **Carlos Grilo**.

Olivais - debate sobre questões actuais do Movimento Comunista, com a participação do camarada **Alberto Vilaverde Cabral**. Às 15 horas, no CT dos Olivais.

OEIRAS

Plenário concelhio de quadros de **Oeiras**, no CT de **Algés**, às 14.30.

AMADORA

Reunião de militantes do concelho, às 15 horas, no Centro de Trabalho.

PORTO

A Organização de Empresas da Cidade do Porto promove no Pavilhão do Centro de Trabalho da Boavista um convívio (com lanche e animação musical) para que estão convidados colegas de trabalho e familiares, a partir das 16 horas.

Plenário de militantes da célula da CP, com a participação do camarada **José Timóteo**, durante todo o dia, no CT da Boavista, onde também decorrerá o almoço.

SEIA

Reunião de militantes, para debate da situação política e das tarefas do PCP, com a participação do camarada **José Soeiro**. Às 15 horas, no Centro de Trabalho.

COVILHÃ

Colóquios com o camarada **Miguel Urbano Rodrigues** sobre a situação internacional, às 16 horas, no Centro de Trabalho de **Tortosendo**, e às 21.30, no Centro de Trabalho da **Covilhã**.

SETÚBAL

Reunião da célula da **RN**, às 15 horas, no CT concelhio.

CASCAIS

Reunião da Comissão Concelhia de **Cascais** para discussão da situação política e do próximo Encontro de Quadros da ORL. A partir das 15 horas, no CT de **Cascais**.

Tires - Plenário da célula da **Legrand** (SIPE) para entrega dos cartões 92-93 e discussão da situação política e dos problemas da empresa, às 15.30, no CT de **Tires**.

Igualmente no CT de **Tires**, a partir das 20.30, realiza-se um plenário de militantes e amigos de **S. Domingos de Rana** para debate da situação política, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

SINTRA

Rio de Mouro - Visita do vereador **Jaime Mata** e de eleitos da CDU na Assembleia Municipal à Freguesia de **Rio de Mouro**. A partir das 10 horas.

Montelavar - Plenário de militantes da freguesia, às 15 horas, no Centro de Trabalho.

Televisão

Quinta, 9

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos
14.00 Brinca Brincando
14.35 Toucinho do Céu
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpsons
21.45 Um Romance à Medida
22.40 Os Olhos da Lua
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.30 O Teatro de Ray
Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das
Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.40 Guarda Florestal
17.30 Aventura Especial
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Aventura do
Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Noite Latina
22.35 A Ilustre Casa de Black
Adder
23.05 Vidas Inquietas
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Especial Desporto

Sexta, 10

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Estranhos
(ver «Filmes na TV»)
15.35 Cover Story
16.00 Ponto Por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 O Comboio dos Malucos
(ver «Filmes na TV»)
23.05 Cheers, Aquele Bar
23.30 24 Horas
00.05 Remate
00.30 Negócio de Luxo
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.45 Sonhos de Rock
13.00 Filhos e Filhas
13.25 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino

19.25 B.I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 A Árvore
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.20 Visões

Sábado, 11

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País
dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 Happy Mondays
16.05 A Última Aventura de
Beaugeste
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Hale & Peace
17.55 Em Terras da Índia
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.00 Casa Cheia
23.45 O Grande Espião
(ver «Filmes na TV»)
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.15 A Deusa Desceu à Terra
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 12

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.05 O Mundo Animal-II
14.55 Top+
15.40 Onde Morrem os Pombos
(ver «Filmes na TV»)
17.45 ET - Entretenimento
Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 Mcgyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Kananga do Japão (último
episódio)
22.20 Domingo Desportivo
23.35 Confessional
00.30 Conversa Afiada
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «Jiri
Kylia»
23.00 Nada é Sagrado
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Especial Desporto

Segunda, 13

Canal 1

07.30 Bom dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas

12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Em Busca do Abrigo
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.55 As Noivas de Cristo
23.45 24 Horas
00.35 Remate
00.45 Segundos Para Uma Fuga
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Cursos de Inglês
12.45 Sonhos de Rock
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.45 As Aventuras de Black
Beauty
17.00 Aventuras
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Bailado - «A História do
Soldado»
23.35 Especial Desporto

Terça 14

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 Até as Nuvens Passarem
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
22.20 Rainha da Sucata
21.20 A Lei de Murphy
22.15 Primeira Página
23.15 Carol & Companhia
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Alemão
12.35 Sótão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 20 Anos de Desordens
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Festival de Cinema do
Cairo 1991
00.00 Pop Off
00.30 Especial Desporto

Quarta, 15

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias



A «divina» Rita Hayworth no filme de Alexander Hall «A Deusa Desceu à Terra»

Filmes na TV

dela e é então a vez de acabar em desespero com a vida de ambos ao provocar um novo acidente de automóvel precisamente no mesmo local onde haviam morrido o pai e a madrasta. O argumento deste filme, algo «sinuoso», não é propriamente o elemento mais recomendável nesta segunda obra (de um grupo de cinco) de Otto Preminger que a RTP apresenta este mês na rubrica «Cineclub». Mas a encenação do realizador é fabulosa e foi justamente exaltada por Rivette e Goddard em textos famosos publicados nos «Cahiers du Cinéma».

(Quinta, 23.05, Canal 2)

Estranhos

«Strangers» ou «Strangers: The Story of a Mother and Daughter» (EUA/1979). Realização de Milton Katselas. Interpretação: Bette Davis, Gena Rowlands, Fort Rainey, Donald Moffat, Royal Dano. Cor, 100 minutos.

O reencontro de uma mãe com a filha, após vinte anos de separação, é o tema central do argumento deste estimável telefilme em que brilham duas grandes atrizes: Gena Rowlands e, sobretudo, Bette Davis num papel que lhe valeu o Emmy.

(Sexta, 14.35, Canal 1)

O Comboio dos Malucos

«Smokey and The Bandit II» (EUA/1980). Realização de Hal Needham. Interpretação: Burt Reynolds, Jackie Gleason, Jerry Reed, Dom DeLuise, Sally Field. Cor, 98 minutos.

Sequela das aventuras de Smokey e do Bandido, inaugurada em 1977 e que já vai no terceiro episódio! Mais uma vez veículo para vender Burt Reynolds (acompanhado, como de costume, por Jackie Gleason e Sally Field) o destaque vai, desta vez, para uma perseguição de polícias e automóveis que inclui camiões de 18 rodados! «Mais uma corrida!»

(Sexta, 21.15, Canal 1)

Negócio de Luxo

«Mayflower Madam» (EUA/1987). Realização de Lou Antonio. Interpretação: Candice Bergen, Chris Sarandon, Chita Rivera, Victoria Loving. Cor, 89 minutos.

As referências não são entusiasmantes a propósito deste telefilme que conta a história verídica de Sidney Biddle Barrows, jovem pertencente a uma grande família de Mayflower, que dirigiu em Nova Iorque uma casa de prostituição de luxo até ter sido presa em 1984. O argumento é extraído do livro publicado pela própria Sidney Barrows e que apaixonou a opinião pública nova-iorquina. A atenção vai para a interpretação de Candice Bergen.

(Sexta, 00.30, Canal 1)

A Deusa Desceu à Terra

«Down to Earth» (EUA/1947). Realização de Alexander Hall. Interpretação: Rita Hayworth, Larry Parks, Marc Platt, Roland Culver, James Gleason. Cor, 101 minutos.

Num argumento sempre caro aos «musicais» de Hollywood, um produtor teatral está em dificuldades para montar um «show» para a Broadway. A ajuda vem-lhe de Terpsicor, a Deusa da Dança, personificada pela belíssima Rita Hayworth. Os personagens principais

Toucinho do Céu

«Made in Heaven» (G. Bret./1952). Realização de John Paddy Carstairs. Interpretação: David Tomlinson, Petula Clark, Sonja Ziemann. Cor, 78 minutos.

Comédia sobre os problemas vividos por um casal quando surge, na sua vida, uma empregada húngara que vem perturbar a sua paz e sossego.

A história passa-se em Inglaterra do pós-guerra.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

Vidas Inquietas

«Angel Face» (EUA/1952). Realização de Otto Preminger. Interpretação: Robert Mitchum, Jean Simmons, Mona Freeman, Herbert Marshall, Leon Ames. P/B, 88 minutos.

Um motorista de ambulância, Frank Jessup, apaixonou-se perdidamente por uma jovem de «rosto angelical» que conhece quando é chamado a socorrer a sua madrasta encontrada quase morta, por gaseamento, na casa dos Tremayne. Contratado como motorista destes, começa a perceber, dentro de pouco tempo, que a jovem é uma desequilibrada e confirma as suas suspeitas quando ela sabota o carro da família provocando um desastre em que morrem a madrasta, que odiava, e o pai, que adorava. Os dois são presos e julgados pela morte dos Tremaynes mas escapam à condenação devido à engenhosa actuação do advogado. A jovem apercebe-se que o motorista se quer afastar

12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 O Inspector Geral
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 O Preço da Liberdade
(ver «Filmes na TV»)
23.10 24 Horas
23.50 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Francês
12.35 Sótão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.20 Linha, a Quanto Obrigas
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.15 Uma Questão de Palavras
19.40 Bernstein: Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.25 Futebol - Portugal-Espanha
23.30 Carlos Cruz:
Quarta-feira
00.36 Especial Desporto

Cinema

deste filme (objecto de um falhado «remake» em 1980, com Olivia Newton-John) são saídos de um outro filme de Alexander Hall, «O Defunto Protesta» («Here Comes Mr. Jordan»), exibido em Novembro pela RTP.

(Sábado, 14.15, Canal 2)

A Última Aventura de Beau Geste

«The Last Remake of Beau Geste» (EUA/1977). Realização de Marty Feldman. Interpretação: Marty Feldman, Michael York, Ann-Margret, Trevor Howard, Peter Ustinov, James Earl Jones, Terry-Thomas. Cor. 82 minutos.

Paródia aos filmes de aventuras sobre a Legião Estrangeira, esta primeira realização de Marty Feldman (actor cómico inglês, fiel companheiro da trupe de Mel Brooks) não consegue ultrapassar, num todo coerente, algumas doses episódicas de boas gargalhadas.

(Sábado, 16.05, Canal 1)

O Grande Espião

«The Jigsaw Man» (G. Bret./1983). Realização de Terence Young. Interpretação: Michael Caine, Laurence Olivier, Susan George, Robert Powell, Charles Gray. Cor. 92 minutos.

A presença destes dois excelentes actores britânicos não faz esquecer esse grande espectáculo de representação que foi «Sleuth», de Mankiewicz, onde os dois brilhavam a grande altura. Aqui, num filme rotineiro do realizador de James Bond, estamos perante uma fraquíssima história de espionagem em que um agente duplo, após uma operação plástica, é enviado a Londres para recuperar documentos secretos.

(Sábado, 23.45, Canal 1)

Onde Morrem os Pombos

«Where Pigeons Go to Die» (EUA/1990). Realização de Michael Landon. Interpretação: Art Carney, Cliff De Young, Robert Hy Gorman, Michael Landon, Ronne Troup. Cor. 89 minutos.

Telefilme tipicamente familiar, realizado pelo conhecido actor de televisão (já falecido), conta a história de um homem que recorda os seus tempos de juventude em que, com o avô, treinava pombos-correios. As referências apontam-no como um produto televisivo de qualidade mediana.

(Domingo, 15.40, Canal 1)

Nada é Sagrado

«Nothing Sacred» (EUA/1937). Realização de William Wellman. Interpretação: Carole Lombard, Frederic March, Charles Winninger, Walter Connolly, Sig Ruman. Cor. 74 minutos.

Sátira virulenta à imprensa sensacionalista, este filme de um dos mais famosos realizadores dos anos 30 tem um excelente argumento de Ben Hecht que nos fala de uma jovem, Hazell Flagg (Carole Lombard), a quem é diagnosticada uma doença rara e mortal, que a torna, por obra e graça de um jornal nova-iorquino, heroína nacional. Convidada pelo jornal a passar os seus últimos dias de vida em Nova Iorque, com tudo pago, a jovem

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Anos de Fogo	★★	—	★★
B Um Anjo à Minha Mesa	★★	—	★★★
C A Vida, o Amor... e as Vacas	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Pat O'Conner — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Ron Underwood — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 24.00); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (14.00, 16.30, 21.30) — Lisboa.

apaixona-se pelo jornalista destacado para fazer a reportagem (Frederic March). Mas o inesperado acontece quando se descobre que o diagnóstico inicial estava errado (e que a jovem já disso tinha conhecimento...).

(Domingo, 23.00, Canal 2)

Em Busca de Abrigo

«Somewhere to Run» (EUA). Realização de Carol Wiseman. Interpretação: Angela Pleasence. Cor. 72 minutos.

(Segunda, 14.35, Canal 1)

Segundos para uma Fuga

«Breakout» (EUA/1975). Realização de Tom Griest. Interpretação: Charles Bronson, Robert Duvall, Jill Ireland, John Huston, Sheree North, Randy Quaid. Cor. 96 minutos.

Continuando a experimentar fórmulas de programação certamente tendentes a enfrentar a futura concorrência das «privadas», a RTP deu agora início a um novo espaço cinematográfico, «Fora de Horas», às segundas-feiras, após o «Remate». A julgar pelo primeiro espécime exibido («Cem Dias em Palermo»), na semana passada, a nova fórmula parece ser o cinema de «violência e acção», o que é confirmado por este filme em que um piloto (Bronson) liberta um homem (Duvall) de uma prisão mexicana antes de ele ser condenado por um crime. Algumas sequências de inesperada comédia são, entretanto, totalmente esmagadas e subvertidas por momentos de violência, gratuitos e sem limites. Assim se pisca o olho a alguma clientela...

(Segunda, após o «Remate», Canal 1)

Até as Nuvens Passarem

«Till The Clouds Roll By» (EUA/1946). Realização de Richard Whorf. Interpretação: Robert Walker, Van Heflin, Lucille Bremer, Dorothy Patrick, Judy Garland, Van Johnson, Angela Lansbury, Dinah Shore, June Allison, Cyd Charisse, Frank Sinatra, Kathryn Grayson, Lena Horne. Cor. 137 minutos.

A simples leitura da ficha técnica dá a entender tratar-se de um filme com muita música e muito bem cantada. Na verdade, é uma biografia musical do grande autor de canções que foi Jerome Kern e o interesse principal da sua visão (e audição) vai precisamente para algumas das sequências musicais, entre as quais uma mini-

-produção de «Showboat», conhecido musical do autor.

(Terça, 14.35, Canal 1)

Regresso a Viena

«Welcome in Vienna» (Áustria/1986). Realização de Axel Corti. Interpretação de Gargriel Barylli, Nicolas Brieger, Claudia Messner, Hubert Mann, Liliana Nelska. Cor. 126 minutos.

É a história de um judeu austríaco e de um intelectual alemão que haviam fugido para a América e regressam à Áustria como soldados do exército dos Estados Unidos durante os últimos meses da II Grande Guerra Mundial. Retrato implacável e frontal do comportamento do povo austríaco perante o agressor nazi, o filme completa uma trilogia do mesmo realizador que inclui «God Doesn't Believe in Us» e «Santa Fe».

A ver, com interesse.

(Terça, 22.00, Canal 2)

Inspector Geral

«The Inspector General» (EUA/1949). Realização de Henry Koster. Interpretação: Danny Kaye, Walter Slezak, Barbara Bates, Elsa Lanchester, Gene Lockhart. Cor. 101 minutos.

O ajudante de um vendedor

de elixir é confundido com o Inspector Geral de visita a uma aldeia. Adaptação musical de uma peça de Gogol, o falhado argumento é salvo pela interpretação descontraída e pelos «gags» de Danny Kaye.

(Quarta, 14.35, Canal 1)

O Preço da Liberdade

«The Kitchen Toto» (G. Bret./1987). Realização de Harry Kook. Interpretação: Bob Peck, Phyllis Logan, Edwin Mahinda, Robert Urquhart, Kirsten Hughes. Cor. 96 minutos.

Culminando sete dias de programação cinematográfica sem grandes pontos altos (o que é relativamente raro, nos últimos tempos) a RTP projecta, nesta «Lotação Esgotada», um interessante filme galardoadado no Festival de Cinema de Tóquio. Relato comovente das derradeiras e complexas lutas pela liberdade no Quênia face ao jugo colonial britânico, em meados da década de 50, a história é contada através da experiência de um jovem da tribo Kikuyu que vai trabalhar para a casa do Chefe da Polícia inglesa após o assassinato do seu pai. O realizador queniano Harry Hook escreveu o argumento para este seu primeiro (e conseguido) filme.

(Quarta, 21.20, Canal 1)

TEATRO

ACARTE

Rua Nicolau Bettencourt. 3ª e 4ª às 18.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. NUNCA NADA DE NINGUÉM, de Luísa Costa Gomes, encenação de Ana Tamem.

MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA, de Christoph Hein, encenação de José Peixoto, pela companhia do Teatro da Malaposta.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª

a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóto e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª, sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

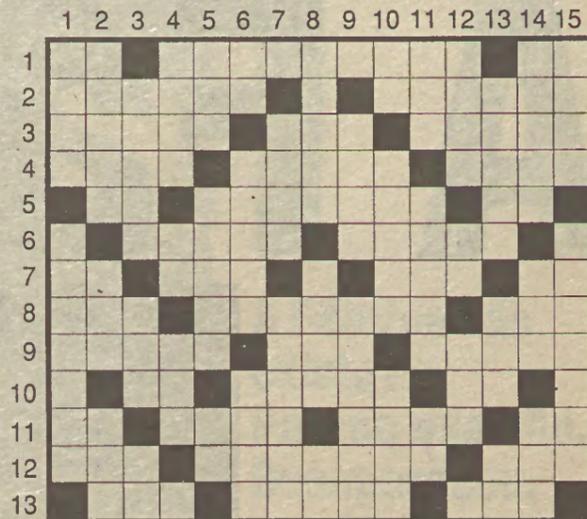
Para crianças TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Imediatamente; mosteiro fronteiro ao Tejo; antes de Cristo (abrev.); 2 — adornava; parvo; 3 — amarrava; nome do navegador português que pela primeira vez passou o Cabo do Bojador; cidade alentejana; 4 — escute; patamar; pátio; 5 — batráquio; localidade dos arredores de Lisboa de gente saloia; laço apertado; 6 — azeitona; elimino; 7 — qualquer; rainha de França, esposa de Luís XIII; Diogo, ilustre navegador português que por duas vezes foi mandado aos descobrimentos por D. João II; letra grega; 8 — móvel para bebidas alcoólicas; romancista russo autor de «Guerra e Paz»; cont. prep. e art.; 9 — cheiro; Estados Unidos da América (sigla em inglês); com saúde; 10 — além; actualmente; nesse lugar; 11 — brisa; sorte; garantia; entrega; 12 — meio-dia; defuntos; corpo aeriforme; 13 — cinco cadernos; plantas dos pés; afluente do Mondego.

VERTICAIS: 1 — Monarca português que teve o cognome de «Magnânimo»; senzalas; 2 — lendário rei do País de Gales que serviu de assunto à Távola Redonda; oceano; aguardente de melaço; 3 — pátria; relação; nota musical; 4 — ilha da Indonésia; pêlo de certos animais; defeito; 5 — a costela de Adão; cintura; ilha junto a Marselha; 6 — Rádio (símb.); galinácio de bela plumagem cuja cauda se levanta em leque; licor de ervadoce; 7 — desejo de vigança; cidade suíça; 8 — escuridão; essa coisa; art. árabe; 9 — combate; débil mental; 10 — nota musical; coxo; antepassados; 11 — composição poética; transpirais; campeão; 12 — ditador romano rival de Mário; lado do navio voltado para o vento; árvore cuja casca aromatiza o vinho; 13 — ovelhum; acrescentei; Gálio (símb.); 14 — envergonhado; já não é; entregam; 15 — facto; gargalhadas.

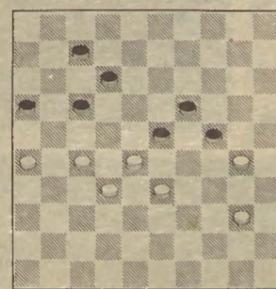
SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Palmela; Soveral; 2 — avô; largava; ETA; 3 — te; sob; iró; Er.; 4 — Sol; una; 5 — tuna; ruivo; Aida; 6 — anula; aia; anais; 7 — aturar; sabido; 8 — amigos; Samora; 9 — lãs; tês; SAS; 10 — as; criem; oc; 11 — cãs; Charlot; aro; 12 — Abel; amava; coar; 13 — remessa; Aspásia.

VERTICAIS: 1 — Pateta; atacar; 2 — avé; unam; sabe; 3 — ló; inútil; sem; 4 — alugam; le; 5 — elos; aros; 6 — labor; ás; chás; 7 — ar; luar; trama; 8 — Ge.; II; Beira; 9 — sã; uvas; Selva; 10 — ovino; ás; moas; 11 — vara; abas; 12 — animam; Ca.; 13 — ré; fiados; aos; 14 — até; Dior; orai; 15 — largas; âncora.

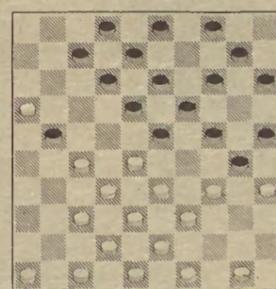
DAMAS

CCCXXXVII — 9 de Janeiro de 1992
Proposição Nº 1992D003
Por: RAYMOND SAINT-FORT
Haiti, 1963 [Jogando]
Pr.: [7]: 7-12-16-17-19-23-24
Br.: [7]: 26-27-28-30-32-33-40



(As PRETAS acabam de atacar: [20-24]?)
Jogam brancas e ganham

Proposição Nº 1992D004
Por: OSMIN CHAM - Haiti, Jeu De Dames nº 34, 1924
Pr.: [17]: 2-3-4-7-8-10-12-13-14-15-18-19-21-23-24-25-30
Br.: [17]: 16-27-28-32-33-34-35-37-38-39-42-43-46-47-48-49-50



Brancas jogam e ganham

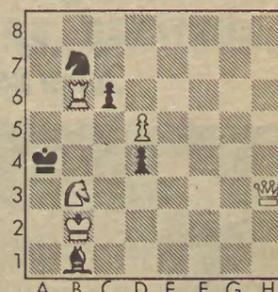
Soluções do Nº CCCXXXVII -
Nº 1992D003 [R.S.F.]: 1. 26-21!, (24x44); 2. 27-22!, (15x29); 3. 22x2=D, (23x32); 4. 2x8+
Nº 1992D004 [O.Ch.]: 1. 34-29, (23x34); 2. 16-11, (7x16); 3. 27-22, (18x27); 4. 37-31, (27x36); 5. 47-41, (36x47=D) 6. 46-41, (47x36); 7. 32-27, (21x23); 8. 33-28, (23x32); 9. 38x27, (36x44); 10. 49x7, (2x11); 11. 35x2=D!

A. de M. M.

XADREZ

CCCXXXVII — 10 de Janeiro de 1992
Proposição Nº 1992X003
Por: M. DOUDON
Le Courier des Échecs 225/1976

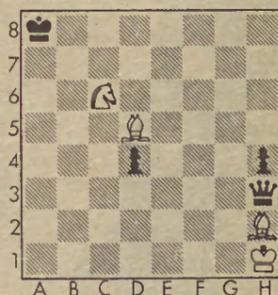
Pr.: [5]. Ps. ç6, d4 - Cb7 - Ra4
Br.: [5]. Pd5 - Cb3 - Tb6 - Dh3 - Rb2



Mate em 2 lances

Proposição Nº 1992X004
Por: HENRI RINCK
2º Prémio Revista Sah (Fasi), 1927

Pr.: [4]. Ps. d4, h4 - Dh3 - Ra8
Br.: [4]. Cç6 - B5 d5, h2 - Rh1



Brancas jogam e ganham

Soluções do Nº CCCXXXVII
Nº 1992X003 [M.D.]: 1. Df1! (Ameaça: 2. Dç4++) 1. ... Ca5 [Cd6, d3, Cç5, Bd3] 2. Cç5 [Da6, Df4, Db5, Da1] ++
Nº 1992X004 [H.R.]: 1. Bg2, D63 (b3, e6); 2. Cçd4+, Ra7; 3. Bg1, D68 [3. ... Dd3; 4. Cç6+]; 4. Cb5+, Rb8!; 5. Ba7+ e ganha.

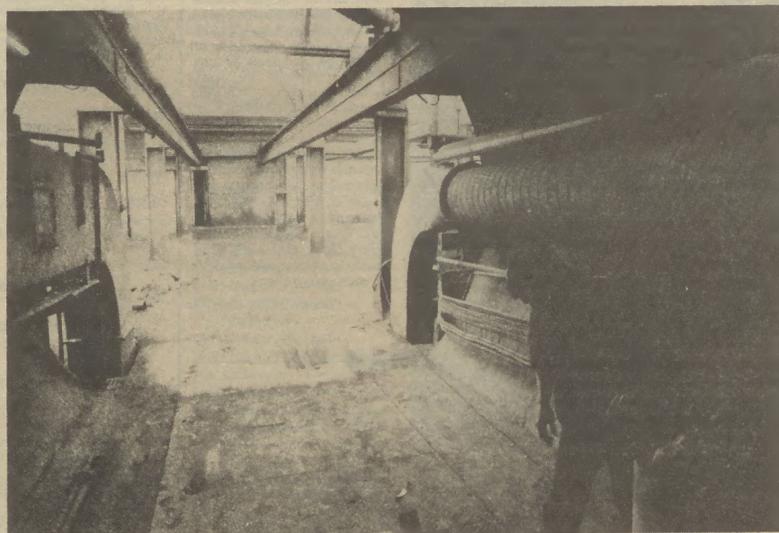
A. de M.

Tempo

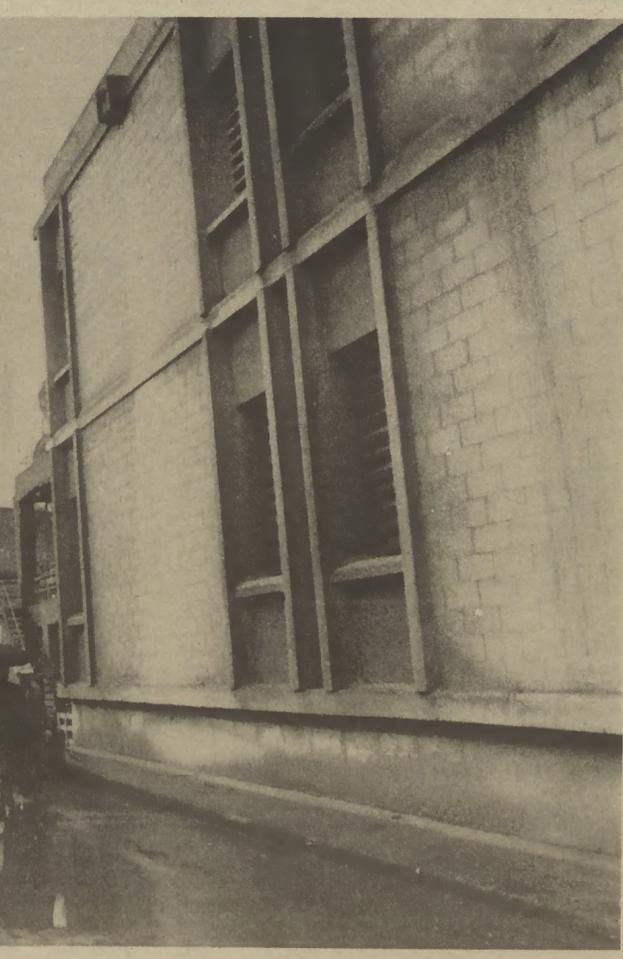
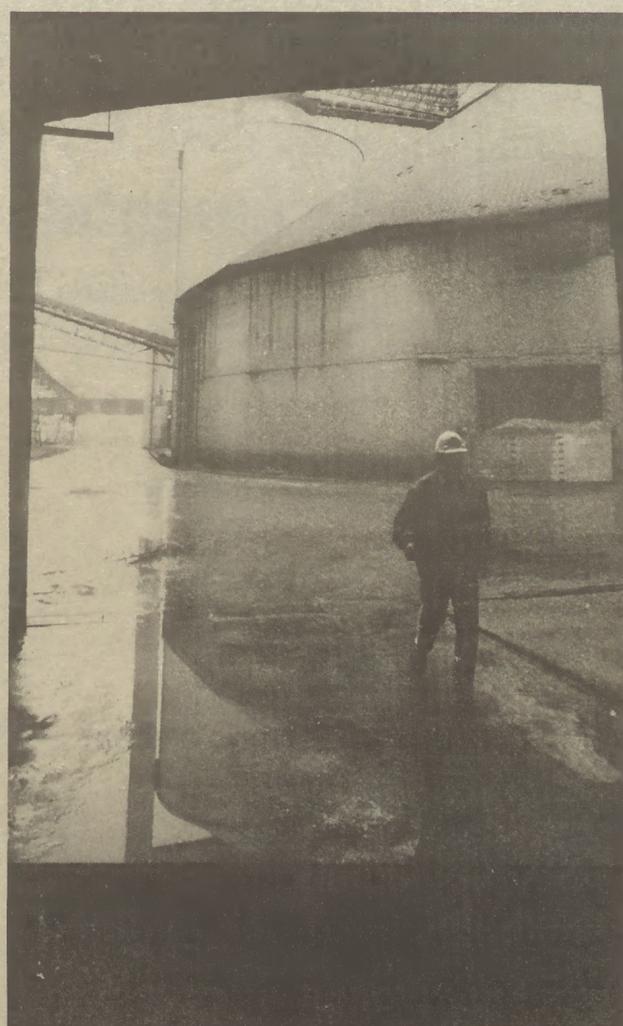
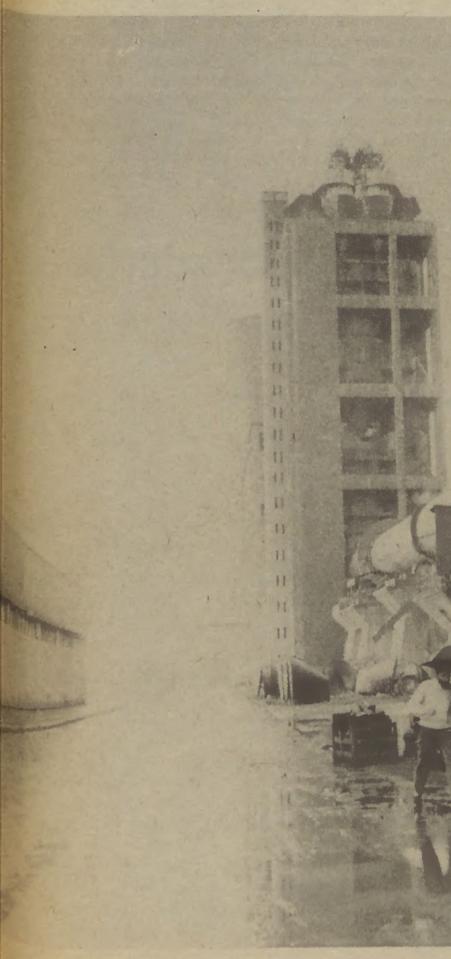
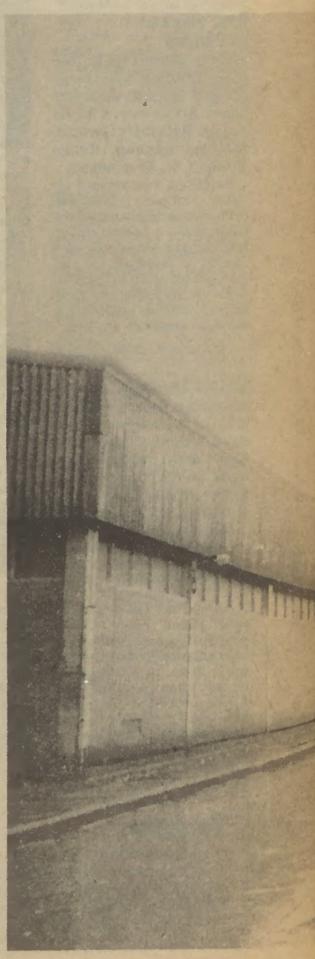
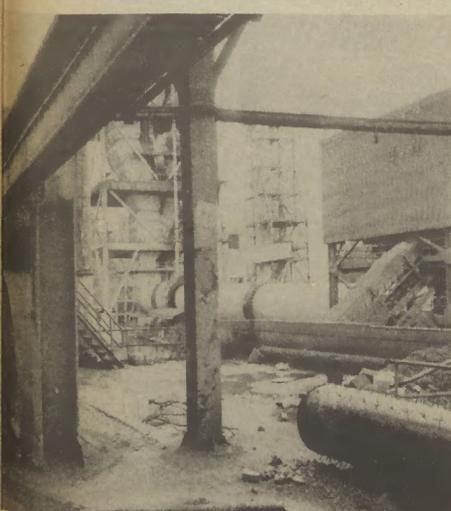
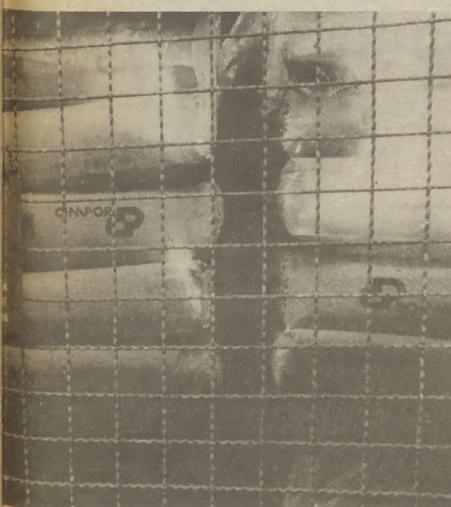
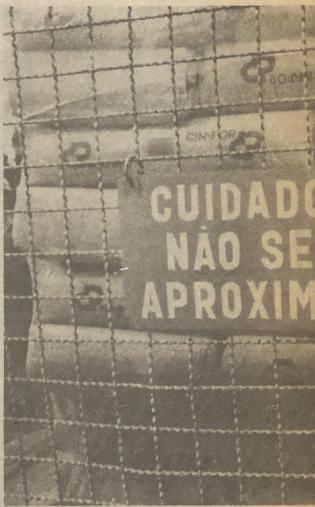


Sábado e Domingo: Céu muito nublado nas regiões Norte e Centro, onde poderão ocorrer aguaceiros que poderão ser de neve nas terras altas. Céu geralmente pouco nublado na região Sul. Formação de geadas.

A Fábrica



Fotos de Jorge Caria



A Fábrica não existe? Parece que não. Desapareceu, na aldeia global dos *media*, do nosso campo de visão. Como se o mundo, hoje, fosse feito apenas de ruas, escritórios, guerras e tecnologias de ponta. Mas a Fábrica permanece. Não como um cenário fantasmático do passado. Mas lugar, ainda, do gesto produtor. Paisagem, ainda, habitada pela solidariedade e pela luta. Espaço, ainda, onde o resto do mundo se constrói.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O Doutor catavento

Ronronante primeiro, decerto a disfarçar a unha afiada para um golpe mais fundo, um articulista da nossa praça, conhecido em tempos pelas posições, opiniões e solidariedades mais díspares e contraditórias, veio de novo à tribuna - desta feita poupando os ouvidos dos deputados de quem foi colega e remetendo-se para o papel de jornal onde também já fez estrago, para zurzir, de uma penada à moda, os intelectuais signatários de um documento que apela ao fim do bloqueio económico a Cuba. Trata-se do Dr. Francisco Sousa Tavares, que produziu no «Público» do passado domingo, em espaço a propósito, um artigo violento e venenoso, a que apelidou de «Os fantoches».

Que não era simpatizante do socialismo já se sabia, embora nisto de simpatias, o antigo deputado tenha, na sua vertiginosa vida política, jurado pelas mais diversas cartilhas e feito amigos em quase todo o lado, mesmo em lugares pouco convenientes para um eleito, o que lhe valeu a sua quota de dissabores e o terá arredado das ribaltas onde é mais importante parecer do que ser.

Talvez este azedume - ou este fel - o tenha transtornado a ponto de escrever a peça que o «Público» lhe fez o favor de imprimir. Jornal e articulista estão, de resto, bem um para o outro, pois a prosa anticomunista de Sousa Tavares não destoa nas páginas daquele jornal, nem nas de vários outros que afinam pelo diapasão da moda.

Se fosse apenas o anticomunismo, mesmo o mais primário, que tivéssemos a criticar-lhe não valeria a pena gastar um dedal de tinta.

É tal, porém, a mesquinhez e o ódio que exhibe, tão pouca a seriedade intelectual e política que usa, que não pode ir daqui em paz sem um comentário.

Insurge-se FST contra os intelectuais signatários do apelo ao fim do boicote económico a Cuba. Mas, ao criticar-lhes as solidariedades - o que está tão em moda - não pretende apenas repudiá-las, no que estaria no seu direito de anticomunista por primário que seja. Vai mais longe - e longe de mais - descendo ao insulto mesquinho de chamar «fantoches» aos que não pensam nem se portam como ele o faz.

Classifica-os de «abencerragem da pretensa intelectualidade comunista» e, aos que não são comunistas, de «cataventos sempre prontos à exibição do nome».

Estará FST a falar de quem?

É evidente que não temos procuração passada pelos intelectuais visados, sejam eles comunistas ou quaisquer outros democratas. Nem se trata aqui, apenas, de «política», no sentido estrito da palavra. Decerto que alguns dos signatários poderão não vir a público «apoiar» o regime cubano, nem sequer o socialismo de um modo geral. São todos, porém, acreditamos nós, democratas dignos, que não vão dar o nome por dá cá aquela moda da solidariedade mercantil, que só se lembra das crianças com fome em África quando a propaganda serve ao enfraquecimento das soberanias e à penhora das independências.

FST não quis ler o documento assinado por intelectuais portugueses. Prefere atacar os signatários que acusa de «quererem defender o seu domínio nas Sociedades de Autores e de Escritores, nas redes internacionais e locais do elogio e da propaganda, os relevos quase obscenos dados a episódios à margem da arte, como a exibição da pseudo-ópera Blimunda». Puro ciúme, despeito irrelevante. Que uma vez mais desprezarmos, não fosse o ser usado para esconder o essencial. E o essencial é o facto de haver há mais de trinta anos um boicote económico a um país, que faz sofrer a um povo a miséria de bens essenciais, pelo facto de esse país e esse povo quererem e demonstrarem querer viver a sua independência no regime que escolheram.

É que, sobre o boicote passa FST como tareco sobre brasas, os olhos vendados pelos «direitos humanos» que os americanos oferecem aos povos, até mesmo aos cubanos que, fartos da «tirania», seguem livremente para Miami engraxar as botas aos seus «libertadores», prostituíram-se nas esquinas do imperialismo, atravancar as ruas com o desemprego e a miséria.

Num país onde a saúde - que é um direito - está mais avançada que em países mais desenvolvidos, faltam medicamentos. Mas esse boicote não o quer ver FST. Não está na moda.

LM

«Os interesses nacionais não devem ficar entre parêntesis»

Carlos Carvalhas comenta Presidência portuguesa da CEE após encontro «útil mas tardio» com Cavaco Silva

Em declarações ao «Avante!», o secretário-geral adjunto do PCP sublinha que a Presidência portuguesa da CEE não deve ser governamentalizada e, tendo em conta os interesses nacionais, consagrados até nos tratados de adesão, deve dar prioridade ao pacote Delors II e às questões da coesão económica e social.

«Fizemos notar que estes encontros do Governo com a oposição não devem ser um formalismo para o Governo poder dizer que cumpre o Estatuto da Oposição» — refere Carlos Carvalhas. «Esta reunião, por exemplo, tal como salientámos na AR, quando o Governo apresentou as conclusões da cimeira de Maastricht, deveria ter precedido a apresentação do Programa da Presidência portuguesa, o que teria permitido colher as diversas opiniões e sugestões das oposições e, portanto, um melhor acerto do Programa e um maior peso negocial. Considerámos, assim, este encontro, embora útil, tardio.»

Questões centrais

A delegação do PCP apon- tou na reunião com o Governo questões centrais que devem estar presentes nestes seis meses em que Portugal detém a Presidência. «Manifestámos a opinião de que a Presidência, embora seja comunitária, não deixa de ser

portuguesa — e isto para sublinhar que os interesses nacionais não podem ser postos entre parêntesis. Assim, contrariamente às teses do Governo, consideramos que o chamado pacote Delors II, acerca do reforço dos fundos e do quadro comunitário de apoio para 1994, deve ter prioridade, pois as questões relativas à concretização do princípio da coesão económica e social são de interesse nacional, mas são também de interesse comunitário» — afirma o secretário-geral adjunto do Partido.

«Do mesmo modo manifestámos a nossa opinião de que a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) não deve ficar pendente das conclusões das negociações do Uruguai Round. Esta reforma tem de ter em conta a especificidade da agricultura portuguesa, o que está consagrado nos tratados de integração.

«A Presidência portuguesa e o Governo português deverão também dar um impulso à concretização de medidas do Programa de Acção da Carta Social Europeia (duração do

tempo de trabalho, descanso semanal, situação das mulheres grávidas...). O Governo português tem nesta matéria particulares responsabilidades.»

Sobre as relações externas da Comunidade, «entendemos que a Presidência deve prestar maior atenção ao Sul (África, Mediterrâneo, América Latina) e às questões do racismo e da xenofobia.

«Particularmente importante será a acção da Presidência portuguesa em relação a Timor, que não se pode resumir ao ângulo dos direitos do homem, deixando de lado a questão central da autodeterminação e independência.»

Prestigiar o País

Por último, Carlos Carvalhas afirma que «manifestámos ao primeiro-ministro o nosso interesse e empenho em que a Presidência portuguesa saia prestigiada, o que passa pela não governamentalização nem partidari- zação das questões da CEE,

pela conjugação de esforços e pela cooperação institucional, nomeadamente da Assembleia da República e Parlamento Europeu, por um trabalho sério e cuidado e não pelo provincianismo de certa pompa e circunstância.

«As solenidades não podem servir também para encobrir a falta de interesse em dinamizar dossiers importantes, como o social, nem, a nível interno, para abafar as graves questões económicas e sociais com que o povo português está confrontado (trabalho precário, inflação, habitação e saúde, taxas de juro, crise dos têxteis, penetração do capital estrangeiro em empresas básicas e estratégicas, modernização do aparelho produtivo).»

Cavaco Silva recebeu as delegações dos partidos da oposição na segunda-feira (PS e PCP) e na terça (CDS e PSN). A delegação do PCP integrava, além de Carlos Carvalhas, os camaradas Vidal Pinto, membro do Secretariado do Comité Central, e Sérgio Ribeiro, deputado ao Parlamento Europeu.

CNES marca 4.º Encontro do Secundário

«Agora que a realização da PGA está a menos de um mês, o acesso ao ensino superior constitui mais uma dor de cabeça para milhares de estudantes», afirma a Coordenadora Nacional do Ensino Secundários da JCP, num comunicado saído da sua reunião de 4 e 5 deste mês.

Os jovens discutiram igualmente as comemorações do Dia Nacional do Estudante e a preparação do 4º Encontro Nacional do Ensino Secundário, que foi marcado para o próximo dia 11 de Abril.

Na análise da política educativa do Governo PSD, esta estrutura da JCP sublinha que não se vislumbra a resolução dos inúmeros problemas existentes. O acesso ao ensino superior é prova disso, mantendo-se a tendência de elitização deste grau de educação, o que «não corresponde às aspirações de milhares de jovens, nem aos interesses do país».

Segundo dados avançados pela JCP, «o número de vagas no ensino superior público tem crescido muito lentamente, menos de duas mil entre 1970 e 1990, enquanto no ensino superior privado este índice triplicou. Este é o resultado da acção do Governo que promove uma política de autorização indiscriminada de cursos em estabelecimentos de ensino superior privados, muitos deles sem garantias de qualidade, e lhes garante um forte apoio financeiro, enquanto delega ao esquecimento as universidades públicas, hoje à beira da «bancarrota».

Não tem havido vontade política por parte do PSD para aumentar significativamente a capacidade dos estabelecimentos públicos e acabar assim com o *numerus clausus*. Para os jovens comunistas, «a PGA que não é específica para cada curso e as provas específicas que não são de âmbito nacional, e por isso não cumprem o exigido na Lei de bases do Sistema Educativo, constituem uma absurda barreira colocada aos estudantes que desejam ingressar no ensino superior».

Por outro lado, a JCP considera, com preocupação, que «se

comece a ventilar notícias de que o Governo pretende tornar eliminatórias as provas específicas, o que mais não seria do que o agravamento da elitização do ensino superior».

A CNES pronunciou-se uma vez mais pela extinção da PGA e lamenta que ao fim de três anos de aplicação experimental deste regime de acesso, não apareça nenhuma referência no programa do Governo que aponte para a eliminação daquela prova.

Assim, os jovens comunistas do ensino secundário apelam aos estudantes para que exijam a solução deste problema e anunciem uma série de iniciativas de divulgação das suas posições, nomeadamente do projecto de lei do PCP sobre o acesso ao ensino superior.

O dia 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, foi considerado como uma importante data para o movimento estudantil, decidindo a CNES apelar a todos os estudantes do secundário para que «desenvolvam actividades neste dia e aproveitem a data para relembrar as más condições de ensino dos estudantes portugueses, a superlotação das escolas, a degradação do material e dos estabelecimentos, a falta de pessoal e de segurança, a insuficiência de cantinas e ginásios, a reduzida ou mesmo quase nula assistência social e médica.

A reunião da CNES marcou ainda o 4º Encontro Nacional do Ensino Superior e definiu como principais objectivos o reforço da intervenção e da organização do secundário da JCP e o aprofundamento da discussão sobre questões do movimento associativo e da política educativa.

A CNES debateu vários aspectos da preparação do Encontro, sendo de destacar a realização durante o mês de Março de numerosas iniciativas, reuniões e debates de forma a proporcionar uma ampla discussão de toda a organização em torno dos objectivos fundamentais da iniciativa.